

Uma casa para os meus pais
Exercício de projeto sobre a “casa banal”
Beatriz Silva Oliveira



Beatriz Silva Oliveira
Uma casa para os meus pais: Exercício de projeto sobre
a “casa banal”



Uma casa para os meus pais
Exercício de projeto sobre a “casa banal”

Beatriz Silva Oliveira



Uma casa para os meus pais

Exercício de projeto sobre a “casa banal”

Beatriz Silva Oliveira

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Apresentado à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Sob a orientação do Professor Doutor Luís Soares Carneiro

Porto, 2025/2026

Nota à edição:

A presente dissertação está redigida em português, segundo o novo acordo ortográfico.

As citações de edições de língua não portuguesa são livremente traduzidas pelo autor e transcritas na versão visitada, referenciadas em rodapé. Quanto as citações de edições de língua portuguesa anteriores ao novo acordo ortográfico são transcritas de acordo com a versão original.

Recorre-se ao uso de bold nos títulos e subtítulos da nossa autoria. De igual modo, recorre-se ao uso de itálico de forma a dar ênfase a títulos de livros, a obras de arquitetura, ou a palavras e expressões relevantes, com contextos próprios.

As imagens e desenhos apresentados foram editados com o objetivo de responder ao formato pedido de uma versão impressa da dissertação de mestrado. Recorre-se, contudo, aos desenhos e fotografias de autor reproduzidos em anexo.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Luís Soares Carneiro, pelo acompanhamento, disponibilidade e olhar crítico;

à minha família, por acreditar em mim;

aos meus pais, Carla e Rogério, por estarem presentes em cada conquista, sempre com amor, carinho e entrega. Em vós encontro um exemplo que levo comigo todos os dias.

a todos que me receberam nas suas casas, Judite e Joaquim, Maria Idília e Fernando, Zélia e António, Liliana e Filipe, Manuela, Margarida e António;

ao meu amigo Zé, pela ajuda incansável e por caminhar comigo ao longo deste percurso;

às minha amigas Rita e a Lúcia, por crescerem comigo;

e, ao Gabriel, por encantar a minha vida.

Resumo

A presente dissertação desenvolve o projeto de uma casa para os meus pais, a implantar em Romariz, no concelho de Santa Maria da Feira. A possibilidade de trabalhar sobre uma situação real transforma-se, ao longo da investigação, numa oportunidade para interrogar a casa, a “casa banal” e o próprio processo de desenho.

O objetivo da dissertação ultrapassa a resolução de uma proposta concreta para a casa. Através do desenvolvimento simultâneo da investigação e do projeto, o trabalho observa a relação entre lugar e vida quotidiana. A habitação corrente é entendida como um campo disciplinar capaz de revelar permanências, usos e modos de habitar.

A leitura de Romariz acompanha o desenvolvimento da casa, reconhecendo no território uma condição ativa do projeto. O trabalho constrói-se através de aproximações sucessivas, confrontando os hábitos e as expectativas da família com os limites e as exigências da arquitetura.

A dissertação reflete sobre o desenho de uma casa comum, entendendo a arquitetura como continuidade da vida quotidiana.

Palavras-chave: “casa banal”; lugar; habitar

Abstract

This dissertation develops the project for a house for my parents, to be built in Romariz, in the municipality of Santa Maria da Feira. The opportunity to work on a real-life situation has, over the course of the research, become a chance to examine the house, the ‘ordinary house’, and the design process itself.

The aim of the dissertation goes beyond the development of a specific proposal for the house. Through the simultaneous development of research and design, the work examines the relationship between place and everyday life. Ordinary housing is understood as a disciplinary field capable of revealing continuities, uses and ways of living.

The analysis of Romariz accompanies the development of the house, recognising the territory as an active condition of the project. The work is constructed through successive approaches, comparing the family’s habits and expectations with the limits and demands of architecture.

The dissertation reflects on the design of an ordinary house, understanding architecture as a continuation of everyday life.

Keywords: “ordinary house”; place; inhabiting

Sumário

Introdução	15
I. O lugar habitado	19
Caracterização do lugar	20
Inquérito à arquitetura de Romariz	38
“Uma casa banal”	74
Expressão do lugar	78
Sítio como matéria do projeto	80
O loteamento e a limitação como oportunidade	88
II. A casa dos meus pais	93
A encomenda	94
O programa	96
Entre o cliente e o arquiteto	100
A ideia de projeto	102
Uma explicação	108
Proposta de intervenção arquitetónica	118
Nota final	128
Bibliografia	132
Crédito de imagens	136
Anexos	140

Introdução

Tema e motivação

Esta dissertação propõe desenvolver um exercício de projeto arquitetónico que parte de uma situação real – o desenho de uma casa para os meus pais. Este trabalho nasce de uma coincidência natural entre um momento familiar e académico: o fim do meu percurso em arquitetura e a vontade, há muito nutrida, dos meus pais em construir a sua casa.

O terreno onde o projeto se implantará foi adquirido há alguns anos, permanecendo desde então como um lugar de expectativa e desejo. Ao longo do tempo, este lote deixou de ser apenas um espaço físico, tornando-se ideia de futuro, num sonho silenciosamente construído. Assim, a escolha do tema surge da vontade de dar forma a essa aspiração antiga, de transformar um desejo familiar num exercício de arquitetura consciente e reflexivo.

Contudo, para além do vínculo pessoal que lhe dá origem, este trabalho procura também refletir sobre a “casa banal”. O grande desafio aqui reside precisamente em perceber como, a partir da banalidade, se pode construir uma arquitetura consciente na sua honestidade. Trata-se de um exercício de olhar crítico sobre o existente, de repensar o que é comum e, a partir daí, propor uma casa feita dos mesmos ingredientes de tantas outras — cozinha, sala, quartos —, mas atenta à forma como se organiza, como se habita e como se relaciona com o lugar.

Objeto e objetivos

Pretendo desenvolver um exercício de cariz teórico-prático, cuja componente projetual consiste na conceção de uma habitação unifamiliar a implantar na Travessa da Rua do Sol, em Romariz, no concelho de Santa Maria da Feira.

O projeto da casa serve aqui como objeto e oportunidade. Objeto de estudo, por se tratar de uma habitação concreta, e oportunidade para pensar a “casa banal”, a casa comum, quotidiana, que se deixa habitar pelo lugar, encontrando nele o seu equilíbrio. Em Romariz, como em tantos outros lugares do norte de Portugal, a arquitetura corrente revela-se, muitas vezes, indiferente ao terreno, à orientação solar, à relação com o espaço envolvente entre outros aspetos. Este trabalho procura, portanto, interrogar essas práticas e propor, a partir delas, uma leitura crítica.

A leitura do sítio, a análise do contexto urbano e social, e a observação dos modos de vida, hábitos e aspirações de quem habita podem informar o desenho arquitetónico, transformando a simplicidade do programa doméstico em algo significativo e cuidadosamente pensado. A ambição reside em criar uma casa que, sendo simples e funcional, seja também consciente do seu contexto, enraizada no território e pensada para durar.

Metodologia e estrutura

A presente dissertação estrutura-se em duas partes complementares — uma de natureza teórica e outra de caráter projetual — que se desenvolvem em paralelo e se informam mutuamente. Considerando a natureza teórico-prática deste trabalho, o método adotado articula investigação e projeto de forma indissociável. A investigação teórica, apoiada em bibliografia diversa, será desenvolvida a par do exercício projetual, com o intuito de o informar diretamente, permitindo reconhecer e estudar os principais conceitos arquitetônicos inerentes ao projeto.

A primeira parte constitui o enquadramento conceptual e analítico do trabalho, construindo a base de reflexão que sustenta o exercício de projeto. Conforme descrito no sumário, inicia-se com a caracterização morfológica, histórica e social do lugar, abordando Romariz enquanto território habitado. Analisa-se a forma urbana, a ocupação e as dinâmicas locais, procurando compreender como o tecido construído se desenvolveu, que lógicas orientaram o seu crescimento e de que forma condicionam novas intervenções.

Segue-se um inquérito à arquitetura corrente de Romariz, observando as habitações congêneres para identificar padrões e descuidos. Esta análise permite refletir criticamente sobre a “casa banal”: quanto mais comum e discreta uma habitação possa ser, maior será a sua capacidade de revelar sentido e cuidado no desenho, mostrando como a simplicidade do quotidiano pode ser traduzida em forma, função e relação consciente com o lugar.

O sítio é tratado como matéria ativa do projeto. Terreno, topografia e preexistências orientam o desenho arquitetónico, permitindo que a casa surja como extensão do lugar — não apenas nele implantada, mas dele emergente. A reflexão sobre o lote e a limitação reconhece o limite não como obstáculo, mas como instrumento de ordem e definição, mostrando como o projeto se constrói na negociação entre desejo, medida, liberdade e contenção.

A segunda parte dedica-se ao projeto da casa dos meus pais, colocando a família no centro do processo de desenho. São observados hábitos, fantasias e exigências concretas, elementos que moldam a forma, a organização e a experiência dos espaços. A partir desta leitura, o programa arquitetónico articula funções, relações e prioridades espaciais, procurando equilibrar as necessidades imediatas com a flexibilidade para o futuro. Cada decisão de projeto é tomada em diálogo constante com a vida que se pretende dentro e fora da casa, confrontando as expectativas da família com a visão profissional da arquiteta. Assim, o resultado final não é apenas funcional, mas também pessoal, coerente e profundamente conectado com os habitantes e com o contexto em que a casa se insere.

I. O LUGAR HABITADO

Caracterização do lugar

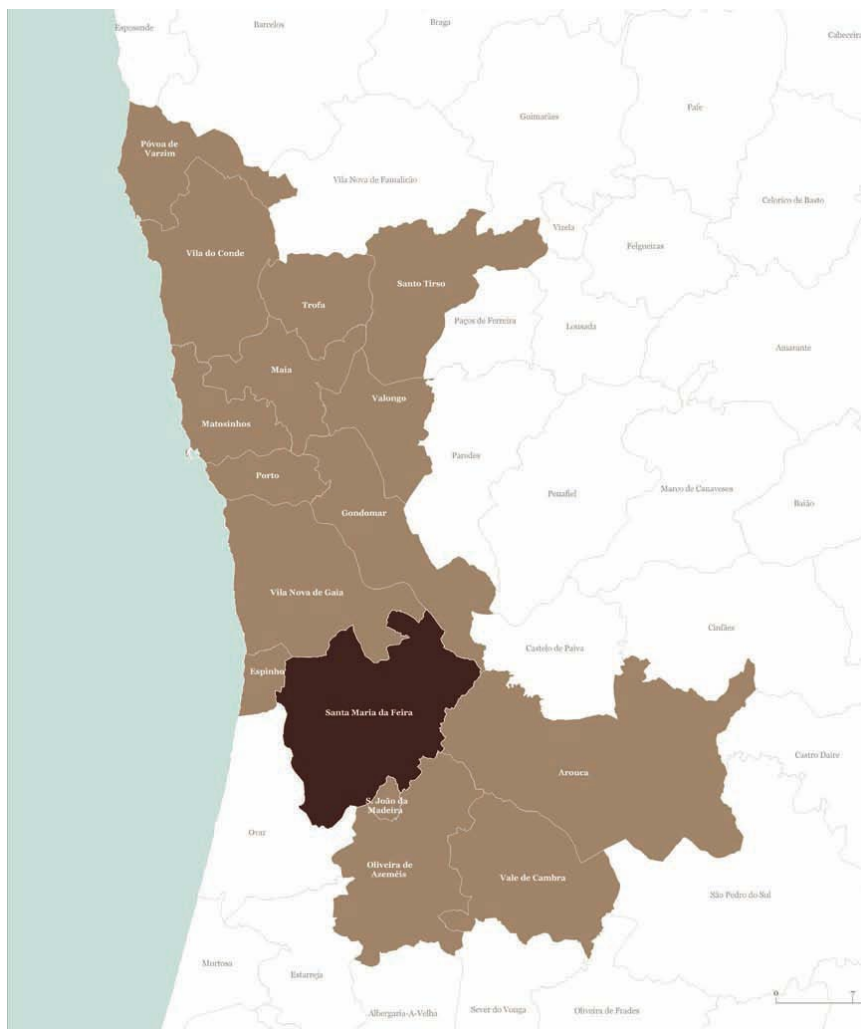
Santa Maria da Feira

O concelho de Santa Maria da Feira localiza-se no noroeste de Portugal, integrando a Região Norte e fazendo parte da Área Metropolitana do Porto desde 2005. Situa-se no distrito de Aveiro, numa posição intermédia entre o litoral norte e o interior, funcionando historicamente como território de charneira entre o Grande Porto — a sul de Vila Nova de Gaia e de Espinho — e os concelhos do Entre Douro e Vouga, como São João da Madeira e Oliveira de Azeméis.

Com uma área aproximada de 215,6 km², Santa Maria da Feira apresenta uma estrutura territorial extensa e heterogénea, organizada em 31 freguesias. A coexistência de áreas urbanas consolidadas, setores industriais dispersos e territórios de ocupação menos compacta, marcados por práticas rurais persistentes e por uma relação próxima entre habitação, produção e infraestrutura. Esta heterogeneidade traduz-se numa paisagem fragmentada e policêntrica, onde diferentes intensidades de ocupação coexistem no mesmo território.

A forte acessibilidade rodoviária, assegurada por uma rede de infraestruturas que articula o concelho com o litoral e com o interior industrializado do Entre Douro e Vouga, desempenhou um papel determinante na transformação do território ao longo das últimas décadas. A mobilidade e a proximidade aos principais eixos regionais favoreceram a consolidação de um tecido industrial denso e territorialmente disseminado, associado a setores historicamente enraizados na região, como a cortiça, o calçado, a metalomecânica e o papel.

É um território construído pela sobreposição entre ruralidade, indústria e dispersão habitacional, onde as transformações recentes não eliminaram as estruturas anteriores, mas se inscreveram sobre elas, contribuindo para uma paisagem marcada pela coexistência de diferentes tempos, escalas e formas de ocupação.



01- Mapa de enquadramento do concelho de Santa Maria da Feira na região Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga

Romariz

Romariz estende-se por cerca de 12 km² no setor oriental do concelho de Santa Maria da Feira, configurando um território de baixa densidade resultante de uma ocupação dispersa do solo. Com aproximadamente 3.650 habitantes, o povoamento distribui-se por treze lugares — Carvalhal, Casal do Monte, Duas Igrejas, Fafião, Goim, Igreja, Monte Calvo, Mouquim, Oliveira, Portela, Reguenga, Romariz e Vila Nova¹ — implantados de forma contínua, ajustados ao relevo e articulados pela rede de caminhos locais. Esta lógica de ocupação aproxima a habitação do campo e do percurso, estruturando uma paisagem habitada onde a vida quotidiana se organiza à escala do lugar.

Durante grande parte da sua história, Romariz estruturou-se em torno da agricultura, da extensão arável e da criação de gado, práticas que moldaram o relevo, fragmentaram o solo em unidades produtivas e consolidaram uma ocupação dispersa, ajustada à topografia e às condições naturais. Até às décadas de 1960 e 1970², esta matriz agrícola permaneceu como fundamento da vida quotidiana.

As transformações que se intensificam nas décadas de 1980 e 1990³ introduzem, contudo, novas camadas no território: a diversificação económica, a instalação de unidades industriais de pequena e média escala, a criação de uma zona industrial e a melhoria das infraestruturas básicas alteram os ritmos, os percursos e os modos de habitar. No entanto, essas mudanças não apagam o desenho anterior do lugar. Inscrevem-se sobre ele como uma nova camada, acrescentando usos, tempos e formas sem eliminar a memória do solo.

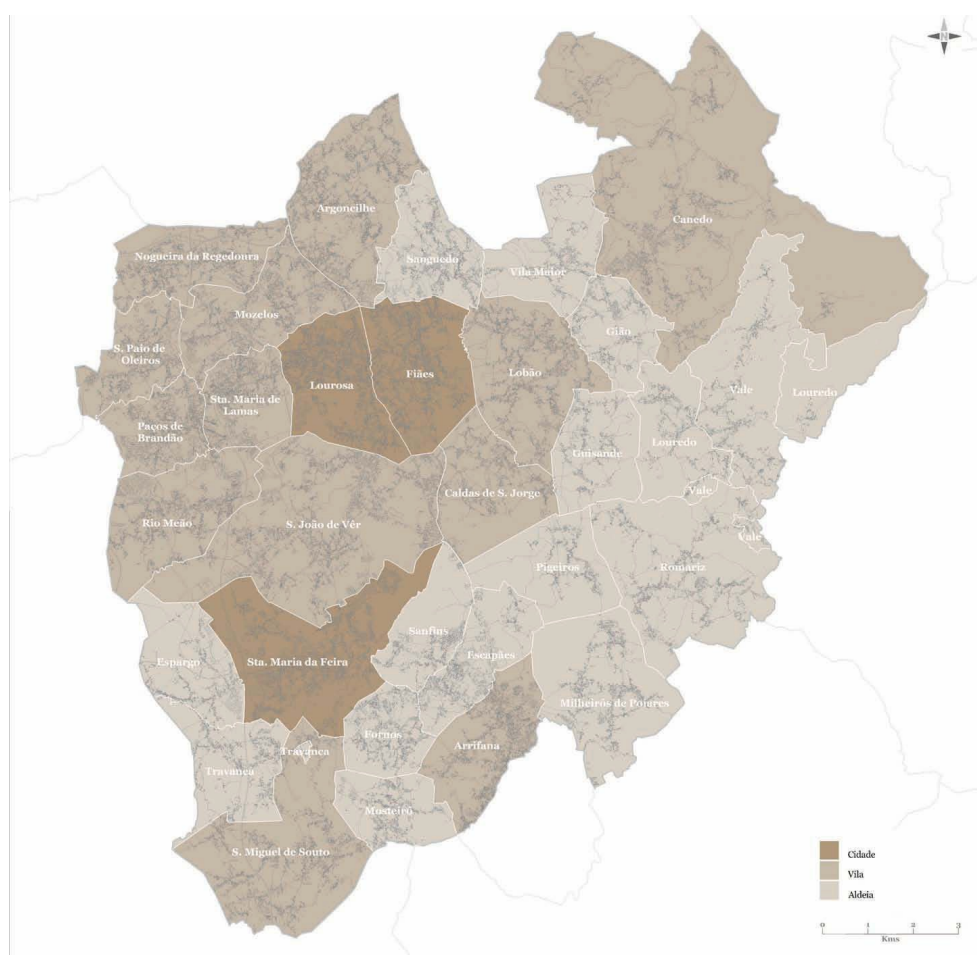
A paisagem de Romariz passa, assim, a ser feita de sobreposições: o campo permanece, mas dialoga com a indústria; a dispersão habitacional mantém-se, incorporando novas formas de construir, ampliar e habitar; o território continua a ser vivido a partir da proximidade, mesmo quando os horizontes se alargam. É nesta convivência entre o que persiste e o que se transforma que o lugar encontra a sua espessura — como expressão sensível de um tempo que se acumula na paisagem sem se apagar.

1. Dados relativos à área da freguesia, população residente e organização em lugares administrativos obtidos a partir da Junta de Freguesia de Romariz, *História e Caracterização da Freguesia*, e da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, *Romariz – Dados Estatísticos*.

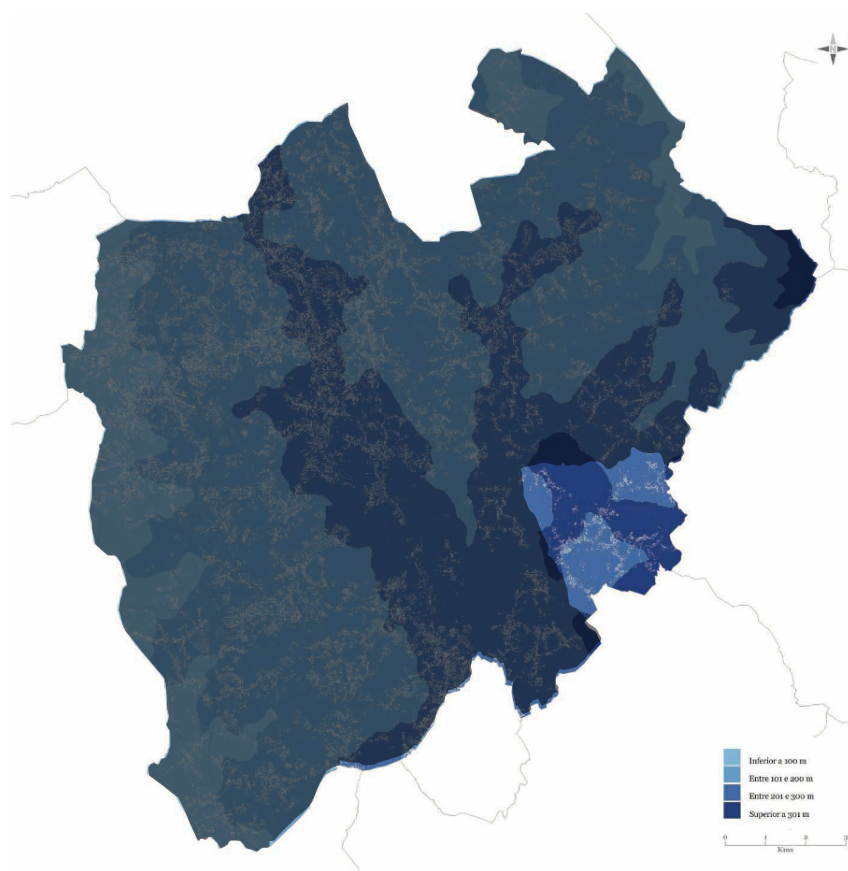
2. Até às décadas de 1960 e 1970, a população de Romariz vivia predominantemente da agricultura, da criação de gado e da exploração dos terrenos aráveis, num regime de forte ligação ao solo e aos ciclos naturais. A economia local organizava-se em torno da produção agrícola de subsistência, estruturando os ritmos do quotidiano, a ocupação do território e a própria forma de habitar. Fonte: Junta de Freguesia de Romariz, *História e Caracterização da Freguesia*.

3. A partir das décadas de 1980 e 1990, Romariz conheceu um processo de diversificação económica, com a instalação de unidades industriais de pequena e média dimensão, a criação de uma zona industrial e a melhoria das infraestruturas básicas, como o abastecimento de água ao domicílio e a rede de esgotos. Estas transformações introduziram novos modos de produção, novas formas de mobilidade e novos padrões de vida quotidiana, sem eliminar a matriz rural preexistente. Fonte: Junta de Freguesia de Romariz, *História e Caracterização da Freguesia*.

Inclinações do terreno, linhas de água, solos, ventos, sombras e percursos moldam, de forma silenciosa, a maneira como o lugar se deixa habitar. O relevo orienta os gestos, a água organiza a proximidade, o clima regula os ritmos e os caminhos desenham relações. Nada se impõe de forma abrupta; tudo se inscreve por continuidade, por uso, por permanência. A paisagem nasce dessa negociação constante entre o que o território oferece e o que os habitantes lhe acrescentam. É a partir desta base física — discreta, persistente e profundamente condicionante — que Romariz se foi construindo como lugar vivido. A leitura que se segue aproxima-se dessas camadas discretas do lugar, não como dados técnicos, mas como matéria sensível da paisagem, procurando compreender como o espaço molda, orienta e acompanha as formas de habitar.



02- Localização de Romariz no concelho de Santa Maria da Feira



03- Carta hipsométrica de Santa Maria da Feira

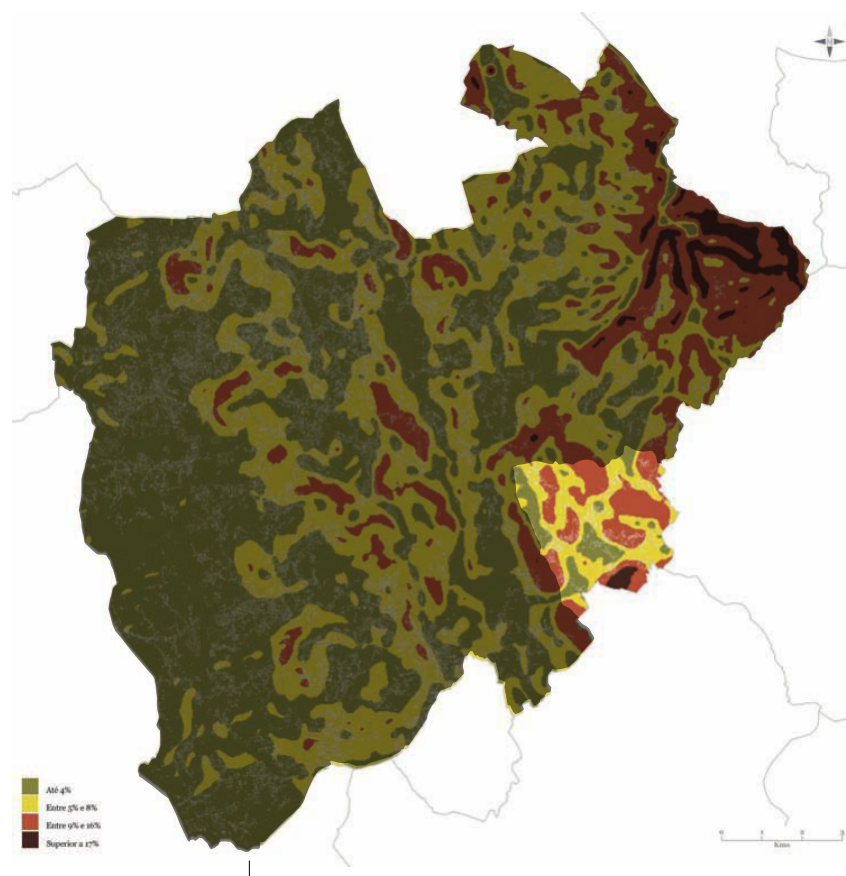
Topografia e Hipsometria de Romariz

A carta hipsométrica de Santa Maria da Feira revela um território estruturado por cotas médias e por um sistema de vales que organiza a drenagem e orienta a ocupação humana. Neste conjunto, Romariz assume um papel particular: situa-se na encosta nascente da bacia do rio Uíma, numa posição de transição entre as altitudes mais elevadas de Milheirós de Poiares, a norte, e as superfícies mais suaves de Arrifana e Pigeiros, a poente. Esta posição intercalar define a identidade morfológica da freguesia, que se inscreve num território onde a altitude decresce gradualmente em direção ao vale do Uíma e onde as variações de cota estruturam tanto o uso agrícola como a implantação das habitações.

A análise das cotas mostra que Romariz desenvolve-se maioritariamente entre os 200 e os 300 metros, com pontuais elevações acima dos 300 metros na fronteira norte. Longe de constituir uma encosta uniforme, o relevo apresenta uma ondulação interna marcada, alternando lombas suaves, depressões pouco profundas e pequenos patamares que acompanham o declive geral para poente. Estas oscilações criam uma morfologia rica e articulada, legível nos campos, nos caminhos e na própria distribuição das casas.

É precisamente nas cotas intermédias, onde o declive é mais regular e a exposição solar mais favorável, que se concentra a maior parte do povoamento. Aqui, a ocupação dispõe-se de forma linearizada ao longo das vias que seguem as curvas de nível, contornando as ondulações e evitando quer as zonas baixas mais húmidas quer as vertentes superiores mais expostas e pedregosas. Esta lógica confirma a relação estrutural entre altitude, habitabilidade e uso produtivo do solo: as encostas médias constituem o equilíbrio ideal entre estabilidade física, drenagem eficiente e luminosidade.

Assim, a carta hipsométrica revela Romariz como uma paisagem de transição, onde o território passa gradualmente de um planalto interior para o sistema de encostas que alimentam o vale do Uíma. A topografia não surge apenas como cenário: é o dispositivo que organiza percursos, orienta produções e condiciona de modo contínuo a forma como o povoamento se distribui. É nesta articulação entre cotas, declive e modo de viver a encosta que se constrói a identidade territorial de Romariz.



04- Carta de declives de Santa Maria da Feira

Estrutura morfológica e modos de ocupação

A leitura da carta de declives aprofunda a compreensão da morfologia de Romariz, evidenciando como a inclinação do terreno participa diretamente no modo como o território é usado, habitado e trabalhado. Se a carta hipsométrica esclarece a estrutura geral de cotas, a carta de declives revela o modo como essas diferenças altimétricas se traduzem em ritmos, ruturas, acessibilidades e limites naturais.

Romariz caracteriza-se por uma predominância de declives entre 5% e 16%, que constituem o suporte principal do povoamento. Estas encostas médias apresentam uma combinação equilibrada entre estabilidade física, boa drenagem e orientação solar favorável, permitindo a implantação de habitações e de vias que acompanham as curvas de nível. É neste intervalo que se desenvolve o padrão de povoamento disperso e linearizado que identifica o território: casas espaçadas, associadas a pequenas parcelas agrícolas, alinhadas segundo a topografia.

As zonas com declives superiores a 17%, localizadas sobretudo no sector nascente e sudeste, revelam uma vertente mais abrupta, marcada por solos delgados, vegetação florestal e maior suscetibilidade à erosão. Estas áreas, menos aptas à construção ou ao cultivo, funcionam como limites naturais à ocupação, reforçando a lógica estrutural da encosta. No sentido oposto, os declives inferiores a 5%, concentrados a poente, correspondem às áreas de maior continuidade agrícola, onde a topografia permite campos mais amplos e acessibilidade reforçada, aproximando-se do sistema do vale do Uíma.

Entre estes dois extremos surgem as quebradas internas — pequenas ruturas de declive que resultam da interação entre geologia, erosão e práticas agrícolas. Estas oscilações locais explicam a presença de socacos, muros de suporte e caminhos que se ajustam às variações da encosta, revelando um território moldado tanto por processos naturais como por gestos humanos.

Assim, a carta de declives confirma que, em Romariz, a topografia não é apenas o suporte físico da paisagem: é o elemento que estrutura a distribuição das atividades, orienta a forma do povoamento e define a relação entre o planalto e o vale. A morfologia da encosta manifesta-se como uma presença ativa e discreta, que organiza o território e lhe confere coerência.

A água como matriz territorial

A rede hidrográfica evidencia uma dimensão essencial da identidade de Romariz: a água não é apenas um elemento presente, é uma estrutura que moldou a topografia, o solo, as práticas agrícolas e a própria forma do povoamento. A bacia do rio Uíma destaca-se como o sistema que organiza o sector nascente do concelho de Santa Maria da Feira, articulando declives, cotas e usos do solo numa lógica geomorfológica coerente.

A leitura conjunta da carta de bacias hidrográficas e da carta de linhas de água mostra que Romariz se localiza na zona alta da bacia do Uíma, num território onde a drenagem começa a formar-se a partir das encostas. Aqui, a água não se apresenta ainda sob a forma de vales definidos, mas como uma rede incipiente de pequenos percursos que seguem o declive natural e antecipam, num gesto ainda embrionário, o traçado futuro do rio. O estudo hidrogeomorfológico do Uíma⁴, que identifica a nascente no Monte Alto, confirma esta condição: Romariz não é apenas área drenada, é território de origem.

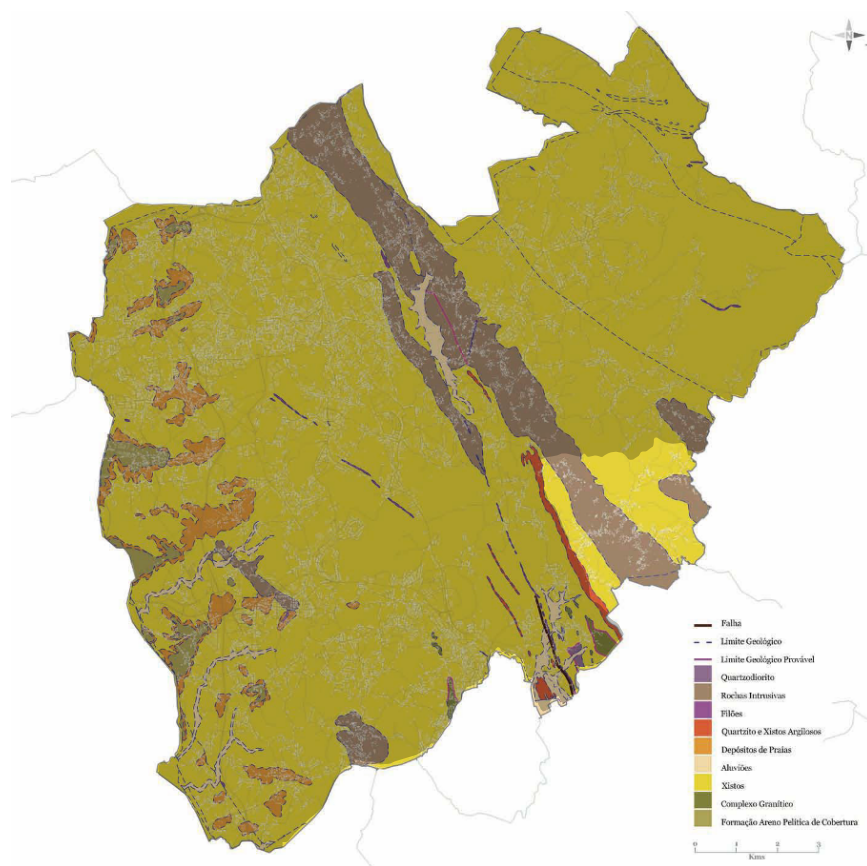
Nesta posição, a hidrografia manifesta-se sobretudo através de linhas de escoamento descontínuas, que se ativam com maior intensidade nos períodos de precipitação. Estes pequenos cursos, muitas vezes invisíveis durante grande parte do ano, desempenharam um papel determinante na organização histórica da encosta. A morfologia agrícola da encosta — ainda legível nos patamares antigos — resulta, em grande medida, da necessidade de gerir o escoamento superficial, controlando a erosão e regularizando a circulação da água ao longo do declive. Mais do que uma construção pesada, trata-se de adaptação subtil e contínua ao comportamento hídrico da encosta.

Também a rede de caminhos traduz esta relação. As vias evitam zonas de maior escorência, aproximam-se das curvas de nível e percorrem áreas onde a drenagem é mais estável — revelando um conhecimento empírico da morfologia, acumulado e transmitido ao longo de gerações. Zonas húmidas intermitentes, assinaladas no documento do concelho⁵, reforçam esta leitura, testemunhando a forte ligação entre topografia, solo e hidrologia.

Assim, a água atua em Romariz não pela sua presença visível, mas pela forma como organiza o território: orienta a modelação agrícola, define limites de ocupação, estrutura a topografia e faz emergir uma paisagem onde habitar e produzir sempre dependeram da leitura atenta da encosta. A rede hidrográfica torna-se, assim, o fundamento silencioso que explica tanto a forma do terreno como a história da sua apropriação.

4. SILVA, C., ROCHA, J. – *Caracterização hidrogeomorfológica da bacia do rio Uíma*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017

5. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira – *Atlas do Município: Parte 2 – Conhecimento Físico*. Santa Maria da Feira: Município de Santa Maria da Feira, 2015



06- Carta geológica de Santa Maria da Feira

Geologia de Romariz

A estrutura geológica do concelho de Santa Maria da Feira é marcada pela presença simultânea de rochas graníticas e de formações xistentas, cuja alternância explica a diversidade morfológica do território. Dentro deste conjunto, Romariz ocupa uma posição particular: assenta sobre uma extensa mancha granítica, que atravessa a freguesia de norte a sul e condiciona a forma como o território se organiza.

Este granito, relativamente resistente, constitui o “corpo” profundo da encosta onde se implanta Romariz. A sua presença condiciona a morfologia do território e ajuda a explicar o relevo suave que caracteriza a freguesia. Ao contrário das zonas onde dominam os xistos, mais facilmente erodidos e profundamente moldados pela água, o granito de Romariz origina vertentes amplas, de inclinação moderada e transições graduais entre cotas. É sobre esta matriz que a hipsometria e os declives antes analisados se inscrevem: a geologia fornece o esqueleto; a topografia, a expressão.

A relação entre rocha e água é aqui particularmente significativa. A fracturação natural do granito permite a infiltração da água e o aparecimento de emergências discretas ao longo das encostas. O inventário hidrogeológico do concelho confirma que as nascentes se concentram em unidades rochosas fissuradas onde a água se acumula e reaparece a meia encosta, muitas vezes de forma temporária ou sazonal⁶. Romariz corresponde a esse modelo: um território onde a água não se anuncia por grandes linhas de vale, mas por humidades intermitentes, por pequenas ravinas e por micro-escoamentos que acompanham o declive natural da vertente.

É também neste contexto litológico que se compreende a presença dos socacos que estruturam a encosta. A agricultura tradicional de Romariz operou sobre um granito suficientemente firme para ser talhado, permitindo criar patamares estáveis que interrompem o declive e controlam a erosão. Os muros de suporte exprimem a capacidade da rocha de ser trabalhada sem perder estabilidade, sendo possível modelar a encosta e adaptá-la ao cultivo. Cada patamar resulta da relação entre a resistência do granito e a necessidade de domesticar o relevo. A agricultura tradicional não apenas modelou a rocha, interpretou-a.

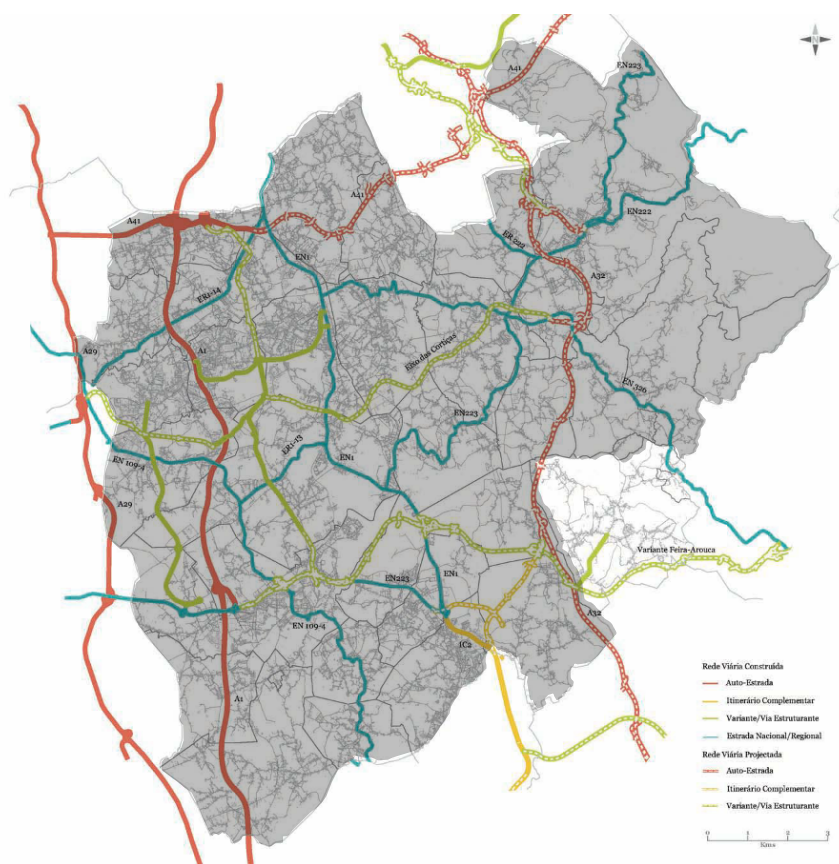
A geologia explica, assim, a paisagem. O granito organiza as encostas onde se implantam as habitações dispersas, enquanto as formações xistentas que surgem na transição para outras freguesias marcam zonas mais declivosas e florestais. A fracturação interna da rocha influencia a drenagem da encosta e alimenta o sistema do Uíma. E, a resistência diferenciada das rochas determina a forma como o terreno se abre, se inclina, se estabiliza ou se deixa moldar.

6. SILVA, C., ROCHA, J. – *Caracterização hidrogeomorfológica da bacia do rio Uíma*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017

A compreensão desta matriz litológica é fundamental para interpretar o lugar onde se inscreve o lote em estudo. Os socacos, o declive contínuo, a qualidade dos solos e até a orientação das linhas de água são expressões diretas da geologia que sustenta a encosta. Em Romariz, a geologia é a matriz profunda que condiciona a forma, a inclinação e a estabilidade do território. É sobre esta base mineral — persistente, subjacente e estruturante — que se inscreveram, ao longo do tempo, os caminhos, os campos, os muros e as casas. A paisagem cultural emerge da paisagem geológica, não a substitui.

O clima e o ritmo da encosta

Em Romariz, o clima é a estrutura lenta que, estação após estação, esculpiu a superfície do granítico, guiou a água, condicionou a erosão e definiu o modo como a encosta pôde ser trabalhada, cultivada e habitada. A sucessão de invernos longos e húmidos, verões amenos e raros episódios de geada cria um regime atmosférico que se infiltra no solo granítico, amacia a sua superfície e condiciona os ritmos de erosão, a estabilidade das vertentes e a persistência da humidade a meia encosta. É este padrão climático — típico da faixa húmida do Entre Douro e Vouga — que explica a necessidade histórica de socalcar o terreno, de disciplinar a água, de retardar o seu escoamento e de transformar um declive contínuo num conjunto de plataformas férteis. Na agricultura, o clima define não apenas o que se pode cultivar, mas quando e como: regula os tempos de mobilização da terra, o repouso dos campos e a produtividade das pequenas culturas tradicionais que dependiam da regularidade das chuvas e da suavidade térmica do verão. Na habitação, o clima impôs orientações claras: abrir a casa ao sul para captar luz, afastá-la das zonas mais húmidas e proteger os espaços exteriores dos ventos dominantes que percorrem a encosta. Assim, o clima não é um pano de fundo — é uma presença sensível que atravessa o relevo, o solo e a vida quotidiana, um fio atmosférico que articula a geologia, a morfologia e a cultura agrícola numa mesma leitura do lugar. Em Romariz, compreender o clima é compreender o ritmo próprio da encosta: a cadência da água, a respiração lenta do solo e o modo como a paisagem se deixa transformar ao longo das estações.



07- Carta de rede viária de Santa Maria da Feira

Velocidades da paisagem

A leitura da rede viária de Romariz evidencia a coexistência de duas lógicas distintas de organizar o território: a lógica lenta da encosta — sedimentada pela agricultura, pelo relevo e pelos percursos históricos — e a lógica recente da infraestrutura, marcada pela velocidade, pela conectividade e pelo corte. Esta sobreposição não é neutra. As estradas não surgem como continuidade natural da morfologia, mas como intervenções que ora se ajustam às condições topográficas, ora as contrariam de forma evidente. A rede viária torna-se, por isso, matéria de análise indispensável: é nela que se reconhecem as tensões e as adaptações que definem o território contemporâneo de Romariz.

A proximidade da A32, apesar de não atravessar diretamente a freguesia, estabelece um enquadramento de mobilidade que reconfigura o seu papel no concelho. Esta via de alta capacidade encurta distâncias, intensifica fluxos pendulares e introduz uma lógica metropolitana que contrasta com a organicidade do povoamento rural. O seu impacto não é morfológico, mas estrutural: altera expectativas de uso do solo, reforça a acessibilidade regional e cria condições para a dispersão habitacional. É uma infraestrutura de horizonte, não de contacto, cuja presença se sente mais nos modos de vida do que na forma física da paisagem.

No limite sul da freguesia, a Variante Feira–Arouca estabelece uma presença rodoviária de escala regional que passa junto a Romariz sem a atravessar. O seu traçado funciona sobretudo como via de passagem entre Santa Maria da Feira e Arouca, mantendo-se fora da malha interna e sem interferir nos alinhamentos históricos da freguesia. Ao contrário da A32 — cujo impacto se projeta nas dinâmicas territoriais mais amplas — esta variante atua como infraestrutura periférica: melhora a ligação externa, mas não altera a organização morfológica nem os padrões quotidianos de mobilidade interna. No território, manifesta-se como uma infraestrutura de borda, uma linha que passa junto a Romariz sem a transformar, permanecendo subordinada à estrutura topográfica que realmente organiza o lugar.

A Variante de Romariz introduz uma presença rodoviária claramente distinta da malha tradicional da freguesia. O seu traçado, pensado para garantir maior fluidez e continuidade automóvel, exige ajustes de implantação que se tornam legíveis na paisagem: pequenos cortes onde a via se inscreve mais fundo na encosta e aterros localizados onde se estabiliza a plataforma de rodagem. Estes gestos, comuns em estradas desta categoria, criam um traço regular que se destaca da irregularidade dos caminhos rurais e dos patamares agrícolas. Não se trata, por isso, de uma via que simplesmente reproduz a lógica do terreno; pelo contrário, introduz uma diretriz mais firme, modelada pelas exigências da circulação e não pela estrutura tradicional da encosta.

A presença da variante reorganiza também o funcionamento interno das vias de menor escala. Ao captar fluxos que antes se dispersavam pelos caminhos da freguesia, a nova estrada redefine o papel desse sistema de circulação próximo: alguns caminhos rurais perdem relevância,

outros passam a servir como acessos naturais à variante, e certas frentes edificadas, antes resguardadas, tornam-se mais expostas ao movimento. Esta redistribuição de fluxos faz com que Romariz seja agora lida em duas escalas: a escala lenta e fragmentada dos caminhos antigos e a escala rápida e regular da infraestrutura recente. A convivência entre estas lógicas — uma adaptada ao ritmo da encosta, outra guiada pela eficiência da circulação — é o que hoje molda a paisagem viária da freguesia.

A rede local — composta por ruas, travessas e caminhos de encosta — mantém ainda assim uma coerência interna profunda. Estes percursos, muitas vezes resultantes de alinhamentos antigos, seguem patamares agrícolas, evitam zonas de humidade e estabelecem uma escala doméstica onde a proximidade entre casa, terreno e via permanece determinante. Estas ruas não foram desenhadas para a velocidade, mas para o uso quotidiano; não articulam grandes distâncias, mas relações de vizinhança e continuidade territorial. A sua persistência revela uma resistência estrutural: mesmo perante a chegada de vias rápidas, a lógica íntima da encosta continua a impor-se na vida diária dos habitantes.

Assim, a rede viária de Romariz não é uniforme nem homogênea: é um palimpsesto onde se sobrepõem infraestruturas de velocidades distintas e temporalidades diferentes. A A32 define o enquadramento distante; a Variante de Romariz introduz uma linearidade disruptiva que reconfigura usos e perceções; e a rede local preserva a escala lenta que dá sentido ao território habitado. A análise destas camadas permite compreender que a paisagem não é apenas a soma de elementos naturais e construídos, mas o resultado tenso e dinâmico da relação entre eles. É deste entrelaçar de escalas e velocidades que resulta a paisagem viária que hoje estrutura Romariz.



08- Vista de Romariz antes da introdução das infraestruturas rodoviárias contemporâneas, ca.1940

Inquérito à arquitetura de Romariz

A casa é expressão de mobilidades económicas, sociais e culturais. É documento e ponto de partida para qualquer reflexão séria sobre o território contemporâneo. Analisar Romariz significa, assim, entrar numa paisagem feita de desejos, recursos, memórias migrantes e apropriações formais, reconhecendo que cada casa, por mais dissonante que possa parecer, responde a uma lógica própria. É esse entendimento — e não uma simples correção disciplinar — que permite transformar a observação do território em matéria de projeto.

A arquitetura corrente de Romariz não pode ser lida isoladamente. Inscreve-se num território mais vasto — o Norte de Portugal — onde, ao longo das últimas décadas, se consolidaram práticas habitacionais que moldaram a sua expressão material. Compreender Romariz implica, por isso, compreender o sistema mais amplo de produção da habitação que lhe dá origem.

É neste enquadramento que o trabalho de Roselyne Villanova adquire particular relevância, ao deslocar o olhar da forma construída para as lógicas que a produzem. Nesse movimento, a autora convoca Michel de Certeau, introduzindo a noção de *ratio popular* e de “estratégia” como chave interpretativa das práticas construtivas.

*“Essas práticas mobilizam um ratio popular, uma maneira de pensar portadora duma maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar. Chamo “estratégia” ao cálculo das relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito do querer e do poder (um proprietário, uma empresa, uma cidade, uma instituição científica) se torna isolável do seu ‘meio ambiente’.”*⁷

Esta leitura permite compreender que a produção corrente da habitação mobiliza uma racionalidade quotidiana específica, acumulada e transmitida entre gerações. O modo como se constrói é inseparável do modo como se pensa o lugar no mundo. A chamada “casa banal” não deve, por isso, ser entendida como gesto arbitrário ou tecnicamente ignorante, mas como resposta pragmática às condições concretas em que emerge. Cada ampliação, cada anexo ou cada adaptação corresponde a uma decisão situada, tomada faseadamente, em função das possibilidades materiais e das expectativas familiares. O crescimento aditivo traduz, na matéria construída, a inscrição sucessiva dessas escolhas no tempo.

Nas últimas décadas, a arquitetura sem arquiteto representou uma parcela substancial do edificado no país, definindo o quadro dominante da habitação corrente no território português. Se a arquitetura disciplinar permanece excecional, a casa promovida por proprietários, empreiteiros

7. Michel de Certeau, citado por VILLANOVA, Roselyne – *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*, ed. portuguesa revista e aumentada, Lisboa: Salamandra, 1995, p. 27. Texto original: «Ces pratiques mettent en jeu une ratio populaire, une manière de penser investie dans une manière d'agir, un art de combiner indissociable d'un art d'utiliser (...). J'appelle “stratégie” le calcul des rapports de force qui devient possible à partir du moment où un sujet de vouloir et de pouvoir (un propriétaire, une entreprise, une cité, une institution scientifique) est isolable de son environnement.»

ou técnicos não especializados molda, em larga medida, a paisagem contemporânea. A edificação doméstica assume, assim, a forma de um processo deliberado através do qual o proprietário gere recursos e fases de construção, decidindo quando construir, como ampliar e de que modo adaptar o espaço às transformações da vida. Varandas acrescentadas, pisos ampliados ou anexos construídos traduzem decisões sucessivas, ajustadas ao que cada momento permite realizar.

Esta abordagem permite evitar dois obstáculos que ameaçam a leitura das práticas populares, tal como assinalado por Grignon e Passeron⁸: o populismo que a romantiza de forma acrítica e o miserabilismo que associa a pobreza à falta de cultura. A arquitetura corrente do Norte não deve ser idealizada nem condenada; deve ser compreendida. Ela resulta de um desequilíbrio estrutural entre a procura habitacional e uma oferta limitada, circunstância que favoreceu historicamente a coexistência de várias gerações sob o mesmo teto e estimulou sucessivas alterações da casa. O crescimento aditivo, frequentemente percebido como desordem formal, revela na matéria construída a história das transformações da vida doméstica.

A experiência migratória e a industrialização dispersa reconfiguraram profundamente a estrutura do território do Norte de Portugal ao longo do século XX. A casa deixa de responder apenas a necessidades residenciais e converte-se em suporte de investimento, de atividade produtiva e de afirmação social. No interior do lote, coexistem habitação, produção e reserva patrimonial, fundindo-se economia doméstica e economia local. A chamada “casa banal” corporiza essa condição híbrida ao integrar anexos, áreas de trabalho e espaços passíveis de reconversão, onde vida familiar e atividade económica se entrelaçam. É neste contexto — em que o lote se afirma como unidade estruturante do espaço habitado — que se inscreve a leitura da arquitetura corrente de Romariz.

Reconhecer esta realidade, contudo, não basta. A sua compreensão exige uma posição disciplinar clara. Se a chamada “casa banal” incorpora, na sua configuração material, decisões económicas, vínculos familiares e expectativas de mobilidade social, a sua leitura não pode permanecer circunscrita ao diagnóstico sociológico. Ela interpela diretamente a arquitetura enquanto disciplina, confrontando-a com formas que não resultam do acaso, mas de lógicas culturalmente estruturadas. A arquitetura não se limita ao juízo formal; assume a responsabilidade de transformar essas lógicas em coerência espacial.

Essa exigência encontra formulação exemplar em Fernando Távora, quando define, seguindo W. Lescage, a arquitetura como “*a arte de fazer coincidir as formas de uma civilização com o seu conteúdo*”⁹.

8. Claude Grignon e Jean-Claude Passeron (1989), citados por VILLANOVA, Roselyne — *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*, ed. portuguesa revista e aumentada, Lisboa: Salamandra, 1995, p. 27.

9. W. Lescage, citado por TÁVORA, Fernando — *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

Pensar a casa corrente enquanto fenómeno cultural implica reconhecer que o habitar não é um sistema estável nem totalmente previsível. As práticas domésticas são ambíguas, contraditórias e mutáveis, escapando frequentemente às intenções originais do projeto. A arquitetura não pode, por isso, assumir-se como forma rígida ou prescritiva; deve incorporar margem, abertura e capacidade de apropriação.

Tal posição não legitima improvisações desinformadas, mas funda o projeto num conhecimento atento dos modos reais de viver. O arquiteto não substitui as lógicas existentes por modelos externos: intervém como mediador crítico, capaz de organizar, clarificar e dar coerência espacial às forças que já estruturam o território. É nesse equilíbrio entre reconhecimento e transformação que a observação da “casa banal” deixa de ser mero inventário e se torna fundamento disciplinar.

Impõe-se agora uma aproximação direta ao território, atenta ao que nele persiste. Em Romariz, a paisagem é moldada sobretudo por aquilo que se sedimenta no tempo — pela recorrência que institui uma norma de ocupação do solo. É na constância das implantações, na organização dos volumes e na forma como os lotes são progressivamente apropriados que se torna legível um padrão de ocupação reconhecível.

O que se segue é um levantamento tipológico das casas presentes na freguesia, articulado com uma análise morfológica e uma leitura espacial. Esta aproximação procura identificar configurações espaciais que, pela sua repetição e consistência, estruturam o tecido habitacional local. Muitas das construções observadas combinam traços provenientes de diferentes momentos e referências culturais, revelando sobreposições que tornam porosas as fronteiras entre categorias aparentemente distintas.

A observação incidiu nas construções situadas na proximidade do lote de intervenção. Sempre que possível, o registo exterior foi complementado com o acesso ao interior, permitindo aprofundar a compreensão da organização doméstica e aferir, no espaço vivido, as hipóteses formuladas a partir da leitura do edificado.

Este levantamento assume uma função operativa: ao clarificar os padrões que estruturam a arquitetura corrente e as variações que nela se inscrevem, delimita o campo concreto de mediação sobre o qual o projeto irá intervir.

No tecido construído de Romariz distinguem-se três lógicas recorrentes de ocupação. A sua caracterização estabelece o enquadramento crítico que orienta a compreensão da lógica espacial subjacente à arquitetura corrente da freguesia.

A casa de matriz rural-produtiva

Em Romariz, uma parte significativa da habitação é estruturada pela continuidade entre a casa e o terreno que a prolonga. O lote organiza-se como unidade doméstica alargada, onde habitação, cultivo, criação e espaços de apoio se articulam num mesmo sistema espacial. O domínio doméstico excede o perímetro construído e territorializa-se no solo cultivado, que passa a integrar a própria estrutura da casa.

Observa-se, de forma recorrente, a implantação da casa junto ao limite da via, concentrando a construção na frente da parcela e reservando o tardoz ao cultivo. Esta implantação define uma hierarquia territorial clara, onde a casa opera como filtro entre a rua e o campo. A frente relaciona-se com a rua; o tardoz concentra cultivo, criação e apoio doméstico. A casa insere-se, assim, como peça de transição entre dois domínios complementares, definindo uma progressão espacial em profundidade na qual acesso, habitação e produção se encadeiam segundo uma lógica doméstica coerente.

A designação “matriz rural-produtiva” nomeia esta lógica de ocupação do lote, onde habitação e produção se mantêm interdependentes. Trata-se de delimitar uma forma de organização ainda operativa no território de Romariz. A análise dos casos que se seguem permitirá observar como esta matriz se materializa, se adapta e se transforma.



09- Frente edificada da casa de Judite e Joaquim



10- Área agrícola no tardoz da habitação



11- Núcleo arbóreo produtivo do lote



12- Parcelas de cultivo e estruturas de apoio

A casa de Judite e Joaquim

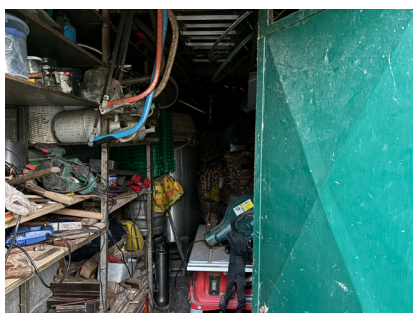
A casa de Judite e Joaquim define a frente do lote, afirmando-se como parede edificada voltada para a rua. A partir dessa linha construída, o terreno desenvolve-se em profundidade, alargando-se progressivamente até ao remate da parcela, onde se dispõem as estruturas de apoio agrícola. A construção não encerra em si a totalidade da casa: é o limiar de um sistema que apenas se completa na extensão cultivada que a prolonga.

O volume habitado antecede uma área cuja dimensão produtiva é determinante, manifestando-se como composição de partes especializadas que se articulam na continuidade territorial que sucede à construção. O solo reparte-se em parcelas de cultivo sazonal, superfícies de pousio, núcleo arbóreo produtivo, espaço de criação e volume edificado de apoio. A ocupação revela continuidade de uso, sem se traduzir numa ordem geométrica homogênea: a lógica que orienta o campo é pragmática, ajustada aos ciclos produtivos e às necessidades quotidianas. A frente assegura a relação urbana indispensável; o fundo estrutura-se como território de trabalho, onde cultivo, criação e apoio se distribuem segundo uma lógica de uso continuado. A configuração do campo resulta de ajustamentos sucessivos, através dos quais cada área adquire papel específico na economia da casa.

A perceção do conjunto construído não se revela plenamente a partir da rua. O volume da garagem, embora distinto, é parcialmente absorvido pelo coberto frontal, que dilui a perceção da sua autonomia formal. A leitura inicial privilegia o corpo principal da habitação, enquanto os restantes volumes se tornam evidentes no avanço em direção ao tardo. É no desenvolvimento do percurso lateral, junto à cozinha e às escadas que conduzem ao corpo adjacente, que a articulação entre os corpos se torna mais clara. A diferença de cotas e de pé-direito evidencia a distinção entre a garagem, situada ao nível do piso térreo, e o volume de apoio, implantado numa cota ligeiramente superior. A fragmentação não se apresenta como gesto compositivo explícito, mas como variação subtil que se manifesta na experiência do espaço. A unidade do conjunto não resulta da fusão formal dos volumes, mas da articulação precisa entre funções distintas. Cada parte é fisicamente diferenciável, ainda que funcionalmente integrada num sistema doméstico coerente, onde habitação, abrigo automóvel e apoio produtivo se organizam como elementos interdependentes de uma mesma estrutura construída.



13- Estrutura de criação animal



14- Espaço de apoio ao trabalho agrícola



15- O regresso a casa



17- A cozinha



18- Sala de jantar



16- Entre o campo e a cozinha

A construção destinada à criação animal assume um carácter explicitamente técnico. Estrutura em madeira, painéis de chapa ondulada que formam o seu invólucro e rede metálica responsável pela ventilação permanente compõem um conjunto moldado pela função. A cobertura translúcida regula a entrada de luz, ajustando o interior às exigências da criação. A organização interna distribui-se em compartimentos simples, definidos a partir da gestão quotidiana dos animais. Cada elemento construtivo responde a uma necessidade concreta de funcionamento, sem intenção representativa. A diferença reside na natureza da construção. Enquanto a habitação se define pela consolidação material e pela vocação de permanência, esta construção estrutura-se segundo uma lógica operacional, orientada pela eficácia do uso. No mesmo conjunto coexistem, assim, dois modos de construir: um orientado pela duração habitacional, outro determinado pela prática produtiva.

Entre o campo e a cozinha há um intervalo onde a terra ainda pesa nas mãos, as botas arrastam a humidade e a água fria antecipa a entrada na casa. É uma sequência incorporada, repetida diariamente, em que cada gesto prepara o seguinte. Ao regressar do cultivo, o primeiro movimento dirige-se ao espaço de apoio produtivo. As máquinas são pousadas, a madeira permanece empilhada, os instrumentos de maior porte regressam ao seu lugar. Ali permanece o peso concreto do trabalho agrícola. Só depois o corpo atravessa a segunda cozinha. É nesse espaço que ficam as galochas e a bata de trabalho. Ali o corpo despe-se do campo antes de prosseguir.

Desce-se ao tanque. O gesto abranda. Os regadores são pousados, encostados à parede exterior. As mãos, ainda marcadas pela terra, procuram a água. A terra solta-se. Calçam-se então os chinelos de casa. A partir daqui, o percurso torna-se interior. O corpo já não carrega ferramentas nem veste roupa de trabalho. Está preparado para atravessar a última porta.

Entra-se pela cozinha do piso térreo. A porta abre diretamente para o lugar onde a vida doméstica se concentra. É ali que o tempo abranda, a conversa se prolonga e a presença se torna quotidiana. Sobre a mesa pousam-se os produtos, já lavados, ainda marcados pelo trabalho do dia. O corpo reencontra ali a cadência doméstica. Lavar, cortar e cozinhar não interrompem o esforço anterior: transformam-no. O que era cultivo torna-se alimento; o que era tarefa torna-se partilha. A cozinha não se limita a receber quem entra. Estrutura o movimento da casa. Dela partem os restantes espaços e a ela se regressa ao longo do dia. É ponto de chegada e ponto de distribuição, lugar de permanência e de articulação. É o espaço onde produção e habitação se mantêm em equilíbrio.

A sala de jantar marca uma inflexão sensível na atmosfera da casa. A mesa longitudinal organiza o espaço; as cadeiras de encosto alto dispõem-se em torno dela; o móvel entalhado ocupa a parede lateral como peça dominante; o candeeiro suspenso reforça a centralidade da mesa. A composição estabelece uma frontalidade estável, em diálogo direto com a fachada voltada à rua. É o espaço reservado às ocasiões em que a casa se dispõe para receber, em que a mesa se prepara com antecedência e o uso assume um carácter solene. A sua posição junto à entrada principal

consolida essa vocação: quem chega pela porta frontal não atravessa a intimidade doméstica — é recebido num espaço previamente preparado.

A casa admite diferentes modos de chegada. A entrada quotidiana faz-se pela cozinha, de forma direta. A porta voltada para a rua conduz imediatamente à sala de jantar, reforçando a sua relação com a frente urbana. A escada exterior permite alcançar o piso superior sem atravessar os espaços do piso térreo. Cada acesso corresponde a uma situação distinta. A casa diferencia o gesto de entrar para habitar, do gesto de entrar para ser recebido. A multiplicidade das entradas resulta de uma organização doméstica que reconhece diferentes graus de exposição e intimidade.

No mesmo piso, um quarto introduz uma condição distinta. Atualmente sem uso regular, ocupado por objetos acumulados, mantém intacta a sua configuração de dormitório. A sua posição, mais resguardada, independente da escada, permite funcionamento autónomo dentro deste piso. Não é apenas um compartimento disponível; é um espaço em latência, um espaço em espera. Pode voltar a ser dormitório principal, acolher familiares ou responder às variações do ciclo doméstico sem alterar a organização da casa. A possibilidade de reativação está inscrita na própria estrutura do piso. O quarto introduz, assim, uma dimensão temporal: a capacidade de incorporar mudança ao longo da vida.

Ao subir a escada, o ritmo altera-se. A intensidade do dia, concentrada no nível térreo, abrande e distribui-se por gestos mais longos. No piso superior, a casa deixa de ser atravessada pelo trabalho e passa a acolher o descanso.

A sala de estar concentra essa desaceleração. É o espaço onde o dia deixa de exigir resposta. Dois cadeirões orientam-se para a televisão; a mesa baixa reúne os vestígios do uso diário; junto à janela, uma secretária introduz um trabalho leve, sem urgência. Não há nada a concluir — apenas estar. É o lugar onde a família regressa todas as noites, onde a conversa se dispersa, onde a atenção se divide entre o ecrã e o silêncio. É o espaço onde o quotidiano se prolonga sem finalidade.

Os quartos são de dimensão contida. Destinam-se essencialmente ao repouso. A sua escala envolve o corpo e concentra o descanso. A cama organiza o espaço; os restantes móveis dispõem-se em torno dela. Os quartos, separados pelo corredor, afastam-se das zonas comuns e consolidam o silêncio da casa. Cada um corresponde a um membro do agregado, traduzindo uma organização clara do espaço familiar: garantir a cada presença um lugar próprio, ainda que mínimo.

A casa de banho integra-se nesta camada de recolhimento. Compacta e integralmente revestida, concentra os gestos repetidos do cuidado. É ali que o corpo se desprende do dia — que a água remove o cansaço acumulado, que o ruído se reduz a movimentos mínimos. É o espaço onde o dia se conclui. O último espaço ativo antes do repouso.

A verticalidade da casa não organiza apenas compartimentos; distribui ritmos. No nível térreo, o espaço é marcado pela sucessão de tarefas, pelo esforço e pelo movimento. No piso superior, a casa recolhe-se. Deixa de responder ao mundo exterior e concentra-se na continuidade da vida familiar. Consolida o núcleo íntimo da vida familiar — descanso, constância, intimidade. O dia atravessa a sala, a casa de banho, os quartos, e deixa-se ficar. É aqui que se recolhe e se prepara para recomeçar.

A frente da casa integra uma forma amplamente partilhada na envolvente. O volume de dois pisos, a escada exterior, a varanda frontal e o muro baixo repetem-se ao longo da rua, compondo uma presença recorrente. Esta repetição traduz uma lógica consolidada na maneira como a habitação se apresenta à via. A casa de Judite e Joaquim participa dessa regularidade. Ao alinhar-se com as restantes, reforça a continuidade construída que caracteriza a rua.

A casa define a rua e prolonga-se no campo. Distribui o dia entre trabalho e repouso. A cada manhã abre-se para o cultivo; a cada noite recolhe-se nos quartos. O movimento repete-se. E a casa permanece.



20- Um dos quartos



21- Casa de banho



19- O tempo de descanso



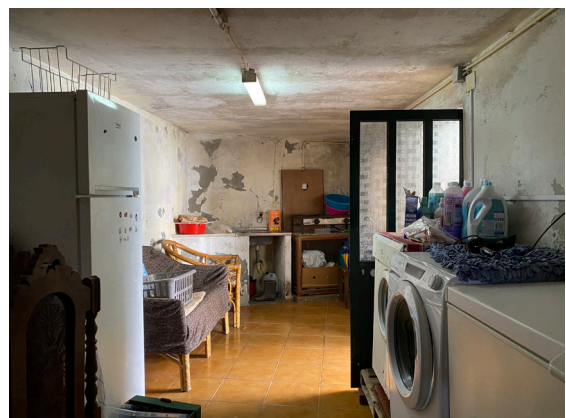
22- A frente da casa



23- O regresso da fonte



24- O espaço sob o coberto



25- A segunda cozinha

A casa de Maria Idília e Fernando

Na esquina de duas vias, a casa de Maria Idília e Fernando apresenta-se à rua como um volume de dois níveis claramente definidos, sob telhado de duas águas. A varanda percorre o piso superior e, juntamente com a escada exterior, compõe uma frente que se integra na sequência construída da rua. O muro baixo e o portão marcam o limite do lote. A construção aproxima-se diretamente da via, sem afastamentos nem mediações. A relação é direta e frontal.

Ao abrir o portão, entra-se no pátio. O chão em mosaico de pedra estende-se por toda a frente do lote e sustenta as ações que ali se concentram. É sobre essa superfície que se estaciona, que se lava, que se transporta, que se atravessa.

Sob o coberto adossado à casa permanecem os carros. Mangueiras enroladas, baldes e escovas pousadas junto à torneira indicam o uso frequente da água. A presença de grelhas de drenagem mostra que o pavimento responde a esse uso.

Encostadas ao muro, prateleiras de ferro guardam vasos, ferramentas e caixas. Pendem cebolas a secar. Os objetos permanecem expostos no mesmo espaço onde se circula diariamente.

No centro do pátio implanta-se a escada exterior. Qualquer subida obriga a atravessá-lo. As portas do nível térreo abrem-se igualmente para aqui. Não há acesso à casa que dispense esta passagem. É o elemento que articula todos os movimentos da casa.

O pátio não funciona apenas como espaço de acesso. É o primeiro lugar onde o funcionamento da casa se torna visível. Circulação, manutenção e uso quotidiano concentram-se aqui. Desde o momento em que se cruza o portão, a rotina doméstica já começou.

É ainda a partir do pátio que se entra na segunda cozinha. O interior apresenta-se como lugar de trabalho. Um compartimento mais baixo e mais denso. A luz é escassa, as superfícies revelam desgaste e sinais de uso constante. É aqui que se realizam os trabalhos alimentares mais exigentes: preparação de alimentos em quantidade, corte e limpeza do frango criado no anexo, cozeduras prolongadas e outras operações mais sujas que exigem outro tipo de espaço.

Uma arca de congelação ocupa um dos cantos, destinada ao armazenamento de carne e outros alimentos para consumo futuro. Ao lado, instala-se uma zona de lavagem improvisada. A roupa é tratada no mesmo espaço onde se preparam alimentos. As funções acumulam-se.

A organização da segunda cozinha não responde a um desenho prévio, mas a ajustamentos sucessivos ditados pela necessidade. Antes da refeição partilhada existe aqui um tempo de trabalho invisível no momento da mesa posta.



26- O lugar dos arrumos



27- Anexo de apoio à casa



28- O lavadouro público



29- A subida para o piso superior

Contíguo a este espaço desenvolve-se um compartimento de arrumos. Ali reúnem-se grandes tachos, ferramentas penduradas, cadeiras empilhadas, mobiliário e objetos já desativados. Estendais dobrados encostam-se a um dos cantos; um colchão e peças antigas permanecem guardados. Uma pequena janela alta introduz luz residual; a iluminação artificial domina. Guarda-se aqui aquilo que já não cabe no uso diário.

Para além dos arrumos, a construção prolonga-se num volume autónomo encostado ao limite posterior do terreno. A materialidade altera-se: à alvenaria rebocada do volume principal juntam-se tijolo aparente, estrutura metálica, rede e chapa ondulada translúcida. O anexo resulta de acrescentos sucessivos, ajustados às necessidades da casa.

Sob a cobertura leve estende-se um espaço longitudinal e aberto. Ao fundo, a zona do galinheiro constitui o único compartimento delimitado; o restante mantém-se permeável, ventilado e em contato com o exterior. A lenha, organizada em pilhas, ocupa grande parte do espaço coberto. Nos meses frios, é daqui que parte o aquecimento da casa. Antes do fogo aceso na lareira, existe esta reserva preparada ao longo do ano para enfrentar o inverno. Encontram-se ainda objetos e utensílios menos frequentes, bem como tapetes estendidos a secar. É um espaço de margem, área de armazenamento e apoio indispensável ao funcionamento da casa.

O terreno não se prolonga em campo nem em horta. Não existe cultivo associado diretamente à casa. À primeira vista, poderia parecer que a ligação ao trabalho agrícola se interrompe aqui. Mas essa ausência é apenas formal. A relação com o campo desloca-se para fora da propriedade.

Maria Idília trabalha nos campos vizinhos. Parte do que entra na casa — alimentos provenientes do cultivo — resulta dessa participação. A produção não ocorre no terreno próprio, mas integra-se no quotidiano familiar. Esta continuidade sustenta-se numa rede de proximidade e entreajuda. O campo, neste caso, não é propriedade; é relação. A casa mantém-se ligada ao trabalho agrícola através da partilha e da colaboração entre vizinhos. O campo não desaparece; apenas deixa de coincidir com os limites físicos do lote.

No limite posterior corre a linha de água. Não constitui recurso de consumo, mas marca fisicamente o término do terreno. A casa encosta-se a este limite hídrico, substituindo a profundidade agrícola por uma proximidade lateral. A poucos metros encontra-se o lavadouro público coberto, sinal da presença histórica da água neste lugar. A casa inscreve-se nesse contexto, mesmo que o seu uso direto seja pontual.

Regressa-se ao centro do pátio. A escada conduz ao piso superior. A subida altera a condição do espaço. No topo, a varanda antecede a entrada e funciona como antecâmara exterior. A porta abre-se diretamente para a cozinha, primeiro espaço do piso superior.

A partir dela acede-se à sala de estar, aos quartos e à casa de banho, mas é aqui que a vida se fixa. A mesa permanece habitualmente encostada à parede e afasta-se apenas quando há companhia. A televisão está ligada durante grande parte do dia. A lareira introduz calor nos meses frios. É neste espaço que se come, que se conversa, que se recebe, que se passa o tempo. Mesmo quando se recebe um neto ou visitas próximas, permanece-se neste espaço. O espaço combina mobiliário em madeira maciça, bancada em granito e revestimento cerâmico. Fora o descanso noturno e as tarefas domésticas, é aqui que o casal passa a maior parte do tempo, concentrando funções que noutros contextos estariam distribuídas por divisões distintas.

A sala organiza-se segundo uma composição frontal: os sofás dispõem-se frente a frente, delimitando a zona central do tapete. Um móvel de grandes dimensões ocupa a parede principal, concentrando objetos decorativos e a televisão. O candeeiro suspenso, com roseta ornamental, reforça o carácter formal do espaço. Apesar dessa organização cuidada, o uso quotidiano deslocou-se para a cozinha. A sala permanece preparada para receber, mas raramente é ocupada no dia a dia. A sala conserva uma função potencial, mas deixou de ser centro de convívio.

Recebe-se na cozinha porque é o primeiro espaço de entrada e o ponto de passagem obrigatório do piso. A circulação converge aqui. A sala permanece lateral, afastada do percurso imediato. A escolha não é apenas funcional; resulta da própria organização da casa. A sala mantém-se como espaço de representação; a cozinha é onde se convive.

A partir da cozinha desenvolve-se um corredor longitudinal que distribui o restante piso. O quarto dos pais dispõe a cama encostada a uma das paredes, ladeada por mesas de cabeceira. O mobiliário em madeira maciça compõe um conjunto homogéneo. Sobre o roupeiro surgem objetos religiosos; na cómoda, fotografias familiares introduzem uma dimensão afetiva no espaço. O segundo quarto mantém mobiliário completo, embora atualmente seja rara a sua utilização. A cama permanece feita e os objetos pessoais conservam-se no lugar, preservando a possibilidade de ocupação. A casa de banho organiza-se de forma funcional, com revestimento cerâmico, base duche com resguardo em vidro e mobiliário vertical de arrumação. Cumpre função estritamente prática dentro da organização do piso.

É neste piso que se desenrola o quotidiano do casal. A casa porém, não se limita a esta unidade. Desce-se ao pátio e, ao nível térreo, abre-se outra porta. Entra-se no salão.

O espaço organiza-se em torno de uma mesa central, elemento que estrutura a divisão e define o seu uso principal. O mobiliário concentra-se junto às paredes — vitrinas, aparadores e estantes de madeira maciça — formando um enquadramento denso que estabiliza o espaço. O centro permanece desobstruído, reservado à mesa e ao movimento que a rodeia. Fotografias familiares, imagens religiosas e objetos decorativos distribuem-se pelas superfícies, transformando o salão num lugar onde a memória da família se expõe e se fixa. A dimensão da mesa e o número de assentos indicam uma ocupação que excede o núcleo doméstico residente. É aqui que se reúnem

filhos e netos em datas marcadas do calendário familiar. Mesmo vazio, o salão mantém a organização espacial pensada para acolher muitos.

A proximidade ao pátio é determinante. É através dele que o salão se articula com a segunda cozinha, estabelecendo uma continuidade direta entre preparação e refeição. O percurso é curto e operativo, formando ao nível térreo um sistema funcional próprio.

Para além do salão, o piso inferior integra três quartos e uma casa de banho. O corredor foi progressivamente apropriado e transformado numa zona de cozinha, integrando uma bancada linear equipada com eletrodomésticos, complementada por uma pequena mesa para refeições correntes. O que era apenas passagem passa a suportar funções domésticas.

Com esta adaptação, o piso térreo adquire autonomia funcional. Cada nível dispõe de entrada independente, cozinha própria e espaços de dormir. O piso superior concentra o quotidiano dos pais; o piso inferior assegura a autonomia doméstica da filha, mantendo o salão como espaço comum destinado às reuniões familiares. A casa funciona, assim, como duas unidades habitacionais sobrepostas no mesmo volume construído.



30- A cozinha do piso superior



31- A vida na cozinha



32- A sala de estar



33- O salão familiar

A casa de emigrante

A casa de emigrante é, quase sempre, um manifesto de identidade. Nasce de um projeto amadurecido no tempo — da lenta construção de um sonho de regresso, traduzido na casa como símbolo de mobilidade social.

A casa materializa no lugar de origem aquilo que foi conquistado fora dele. O trabalho e a poupança acumulados na experiência migratória transformam-se em casa. O que foi alcançado à distância torna-se presença física na terra natal.

A compreensão desta realidade deve muito à leitura de Roselyne Villanova¹⁰, que identifica nestas construções o resultado de decisões familiares e de estratégias económicas faseadas, inscritas numa ética camponesa de investimento patrimonial que privilegia a casa como património duradouro e transmissível entre gerações. A construção assume-se como investimento prioritário e organiza a expectativa de regresso, mesmo quando o percurso migratório permanece incerto.

Neste processo, a casa adquire uma dimensão simbólica incontornável. Torna visível um estatuto alcançado e introduz no território uma imagem de prosperidade. O que frequentemente é lido como excesso ou desproporção corresponde, na verdade, à necessidade de tornar inequívoca essa ascensão social. A transformação da forma construída é gesto de dignificação.

Estas habitações incorporam modelos de múltiplas origens, reinterpretados à luz das expectativas e das práticas locais. Combinam memórias rurais com imagens urbanas aprendidas no exterior; mantêm práticas domésticas enraizadas e, simultaneamente, incorporam novos modelos formais. A casa torna-se, assim, tentativa de traduzir um “lá fora” estrangeiro num “aqui” português.

Não constitui, por isso, uma tipologia formalmente homogénea. As suas configurações variam conforme o percurso biográfico dos proprietários, as condições económicas e as decisões tomadas ao longo do processo construtivo. O que lhe confere unidade não é uma forma fixa, mas a lógica que a produz: a casa enquanto investimento prioritário, enquanto prova material de mobilidade e enquanto afirmação identitária.

É neste enquadramento que se inscreve o caso observado em Romariz.

10. VILLANOVA, Roselyne – *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*, ed. portuguesa revista e aumentada, Lisboa: Salamandra, 1995.

A casa de Zélia e António

A história da casa de Zélia e António começa antes da sua construção. Na década de 1960, o pai de Zélia adquire o terreno onde viria a ser implantada a habitação. Durante alguns anos, esse terreno permanece apenas como a expectativa de uma casa futura: o desejo de construir existia, mas os recursos da família ainda não o permitiam. Em 1968, procurando melhores condições de vida, o casal decide emigrar para França juntamente com os quatro filhos. É a partir dessa experiência migratória que se tornam possíveis as condições para iniciar a construção da casa. No início da década de 1970 arranca finalmente a obra no terreno adquirido anos antes. A construção desenvolve-se entre 1972 e 1973 e é acompanhada à distância, enquanto a família permanece emigrada, sendo concluída em 1974.

Pouco depois de terminada a construção, o clima de incerteza que antecede o 25 de Abril de 1974 gera apreensão entre muitas famílias emigrantes quanto ao destino das suas casas em Portugal. Perante essa instabilidade, a família regressa temporariamente ao país em março desse mesmo ano. A filha permanece a viver na casa recém-construída, enquanto os pais continuam durante vários anos a dividir a sua vida entre França e Portugal. Apenas em 1998 o casal regressa definitivamente, passando então a habitar de forma permanente a casa construída décadas antes. Após a morte dos pais, a habitação mantém-se no seio da família e é adquirida pela filha, que hoje a habita com o marido.

Implantada próxima da rua, a casa apresenta-se como um volume de dois pisos coberto por uma cobertura articulada por dois telhados de duas águas dispostos a cotas diferentes. O segundo telhado interpenetra o primeiro, produzindo uma composição de cobertura onde as cumeeiras não coincidem e as águas encontram-se em pontos distintos. Esta articulação gera uma silhueta irregular visível na frente da rua.

A fachada estrutura-se a partir de três elementos principais: a varanda do piso superior, a escada exterior desenvolvida lateralmente e o pilar que sustenta a extremidade da varanda. A varanda acompanha o piso superior e encontra-se protegida pelo prolongamento do beirado da cobertura. A escada desenvolve-se ao longo do lado direito da fachada até alcançar o nível da varanda, permitindo o acesso direto ao piso superior. O pilar introduz uma marca vertical clara na composição da fachada. A horizontalidade da varanda, a verticalidade do pilar e a inclinação da escada estabelecem um conjunto de direções que estrutura a leitura da frente da casa. Estes três elementos articulados entre si, não são apenas elementos funcionais: constituem um sistema que marca a presença do volume na rua e define a forma como a casa se apresenta ao espaço urbano.

A sequência de fotografias recolhidas — desde o momento da construção até ao estado atual — revela que esta estrutura arquitetónica permanece essencialmente inalterada ao longo do tempo. As transformações observadas concentram-se sobretudo na materialidade e nos acabamentos da fachada.



34- Construção da casa de Zélia e António, 1972-1973



35- A casa concluída, 1974



36- A fachada após as transformações de 2006



37- Estado atual da fachada da casa

Em 1974, quando a casa se encontra concluída, o piso superior apresenta um revestimento de azulejo decorativo aplicado ao longo da varanda, enquanto o piso inferior combina superfícies rebocadas com embasamento em pedra. As janelas possuem caixilharia em madeira equipada com estores exteriores, cujas lâminas deslizam pelo exterior dos vãos. O acesso ao lote faz-se através de dois portões em ferro — um pedonal e outro de maiores dimensões — integrados numa vedação composta por um muro rebocado sobre o qual assenta uma grade de ferro forjado. Esta vedação estabelece uma linha clara de delimitação entre o espaço doméstico e a rua, enquanto o muro que delimita o terreno apresenta então um remate simples, sem capeamentos.

Em 2006, a fachada é alvo de uma intervenção que altera parte dos seus revestimentos e alguns elementos construtivos. O azulejo do piso superior é substituído por placas cerâmicas de imitação pétrea e os pilares do muro passam a receber capeamentos piramidais. Os elementos em ferro — portões, vedação e guarda da escada — são repintados, introduzindo uma nova leitura cromática da fachada. As janelas passam também a integrar sistemas de estore embutidos, ocultando as caixas no interior da espessura da parede.

Em 2022, é realizada uma nova intervenção que altera novamente a leitura cromática da casa. O branco passa a dominar as superfícies rebocadas da fachada e os emolduramentos dos vãos. O revestimento cerâmico estende-se também ao muro exterior, estabelecendo uma continuidade visual entre o limite do lote e o corpo da casa. O pilar da varanda perde o destaque material que anteriormente possuía, sendo pintado de branco e integrando-se cromaticamente no conjunto da fachada. São também substituídas a porta de entrada e o portão da garagem, atualizando os elementos de acesso da habitação.

Apesar destas transformações sucessivas, a estrutura compositiva da fachada permanece constante. A varanda, a escada exterior e a cobertura continuam a definir a presença da casa na rua, enquanto materiais e cores registam as diferentes fases da sua história.

Diante da casa, o olhar encontra naturalmente as suas portas. A entrada na casa faz-se pela porta principal voltada para a rua. É por aqui que chegam aqueles que visitam a casa. No entanto, esta não é a única forma de aceder ao interior. Junto a esta passagem, a garagem oferece outro ponto de acesso, usado sobretudo nas chegadas correntes do dia-a-dia. Do outro lado da casa, uma terceira porta conduz diretamente à cozinha, ligada às rotinas diárias da vida doméstica. Cada uma destas portas corresponde a um modo próprio de entrar na casa, dando início ao percurso que se desenvolve pelos seus espaços interiores.

Ao atravessar a porta principal da casa, o interior abre-se imediatamente num espaço amplo preparado para receber pessoas. Mesas e numerosas cadeiras ocupam a divisão, reunindo familiares e amigos em ocasiões festivas — aniversários, batizados, comunhões ou encontros familiares. Este salão torna-se o lugar onde se recebem visitas, se celebram momentos importantes e se reencontram aqueles que regressam, muitas vezes, de longe.



38- O salão preparado para um encontro familiar



39- A família reunida no salão da casa



40- O quarto mantido para acolher quem regressa à casa

A disposição do mobiliário revela a forma como este ambiente é vivido. As mesas dispõem-se no centro, reunindo as pessoas em torno de um ponto comum, enquanto o restante espaço permanece livre, permitindo que as pessoas se levanten, circulem, se aproximem de outras conversas ou atravessem a sala com facilidade. A própria configuração adapta-se às necessidades de cada encontro. A mesma divisão pode funcionar como sala de jantar alargada, espaço de convívio ou lugar de celebração. O espaço respira, e o convívio constrói-se também através do movimento.

Este salão inscreve-se diretamente no sistema de circulação da casa. A partir dele acede-se aos restantes compartimentos do piso térreo — dois quartos, uma casa de banho, a cozinha e a escada interior que conduz ao piso superior. O espaço assume assim um papel de charneira na organização da habitação, funcionando simultaneamente como lugar de encontro e como lugar de passagem. Quem entra atravessa-o; quem se dirige aos quartos, à cozinha ou à escada passa inevitavelmente por ele. O convívio instala-se, assim, no próprio coração da circulação doméstica.

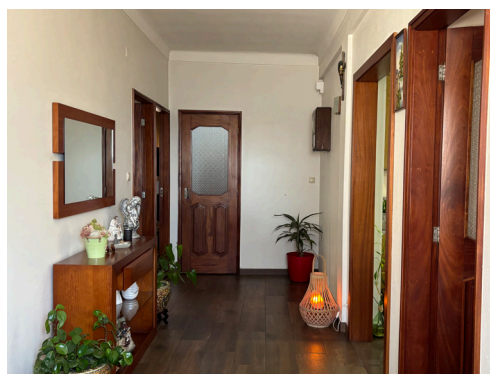
Junto à frente da casa, a ampla porta de duas folhas voltada para a rua deixa entrar luz natural no interior. Mesmo quando fechada, esta abertura mantém uma relação sensível com o exterior, fazendo com que o espaço interior permaneça ligado à vida da rua. Quando aberta, revela diretamente para fora o ambiente de convívio da casa. O encontro deixa de estar recolhido no interior e passa a apresentar-se à rua, afirmando a casa como lugar de receção e de representação familiar.

A organização do piso térreo revela uma estrutura espacial clara. O espaço de convívio prolonga-se até ao corredor longitudinal que distribui os restantes compartimentos da habitação. A casa articula, assim, duas dimensões complementares: um espaço aberto destinado ao encontro e à convivência, e um sistema de circulação que conduz aos ambientes mais reservados da vida doméstica.

As imagens dos encontros familiares mostram como estas duas dimensões coexistem no interior da casa. Enquanto alguns permanecem sentados à mesa, outros levantam-se, atravessam a sala ou dirigem-se às restantes divisões. A vida íntima da casa e os momentos de convívio familiar encontram-se aqui sem fronteiras rígidas, coexistindo no mesmo espaço.

A presença de quartos neste piso reforça esta lógica de acolhimento. Para além de receber encontros familiares, a casa permite também acolher familiares ou convidados que permanecem durante alguns dias, fazendo com que a vida quotidiana se organize confortavelmente aqui.

O piso térreo revela a importância atribuída ao encontro e à partilha. A casa abre-se à reunião da família alargada, às celebrações e aos momentos de convivência que marcam a história familiar. Neste sentido, o piso térreo afirma-se como o verdadeiro núcleo social da habitação, onde arquitetura e vida quotidiana se entrelaçam.



41- O corredor que distribui o quotidiano da casa



42- O piso térreo adaptado a novas rotinas



43- O quarto do casal no piso térreo



44- A cozinha preparada para receber a família

Ao longo do tempo, também a casa aprende a mudar. Tal como a vida daqueles que a habitam, os espaços ajustam-se lentamente, acompanhando as necessidades que o tempo vai trazendo. A arquitetura revela assim a sua natureza discreta e adaptável: permanece, mas transforma-se; mantém a sua estrutura, reorganizando-se silenciosamente para acompanhar o ritmo da vida familiar.

No piso térreo, uma das transformações mais significativas é a introdução da garagem. À medida que o automóvel passa a integrar o quotidiano da família, o que outrora funcionava como espaço social da casa transforma-se num espaço funcional associado à mobilidade diária. A reorganização deste nível da casa envolve igualmente a redefinição de alguns compartimentos. Um dos quartos desaparece, permitindo ampliar a antiga cozinha e transformá-la num espaço capaz de acolher a família nos momentos de reunião e de partilha.

Hoje, o interior da casa revela uma organização marcada pela circulação que o percorre. A partir do corredor longitudinal distribuem-se os diferentes compartimentos da casa — a garagem, o quarto do casal, a casa de banho, um antigo escritório e a cozinha.

O quarto do casal organiza-se de forma simples, concentrando o mobiliário essencial e privilegiando uma atmosfera tranquila, associada ao descanso e à intimidade. A sua posição neste piso permite uma utilização quotidiana cómoda, evitando a necessidade de recorrer ao piso superior. A presença do quarto no piso térreo revela uma adaptação progressiva da habitação ao percurso de vida dos seus habitantes: à medida que o tempo avança, a casa reorganiza-se para que as funções essenciais do dia-a-dia se concentrem num único nível.

Próxima do quarto localiza-se a casa de banho. O espaço organiza-se de forma compacta, reunindo os elementos essenciais — duche, lavatório e sanita — numa disposição clara e funcional, iluminada naturalmente pela janela. A sua presença aqui contribui para que as atividades diárias da casa possam desenvolver-se integralmente neste nível da habitação.

O antigo escritório perdeu progressivamente a função de trabalho que lhe deu origem. Atualmente, o espaço é utilizado sobretudo como lugar onde as visitas deixam casacos e pertences pessoais quando chegam à casa. A divisão permanece como um espaço disponível, às necessidades pontuais da vida doméstica.

A cozinha revela uma reorganização recente do espaço. O mobiliário distribui-se com armários superiores e inferiores em madeira que estruturam as diferentes zonas de utilização. Numa das paredes concentra-se a área de preparação das refeições; noutra organiza-se um conjunto de armários de apoio. Sobre estas superfícies permanecem os utensílios usados no dia-a-dia, enquanto duas janelas introduzem luz natural no interior da divisão. A iluminação embutida no teto e a presença de eletrodomésticos recentes indicam uma atualização progressiva da cozinha, acompanhando as transformações da própria vida da casa.



45- A cozinha como novo centro de convívio



46- A organização exterior do pátio



47- O pátio e os espaços exteriores da casa

No centro da divisão encontra-se a mesa da cozinha. No quotidiano permanece recolhida, servindo as refeições do casal; quando a família se reúne, é estendida, permitindo acomodar todos à sua volta. A mesa adapta-se assim aos diferentes momentos da vida familiar e regula a dimensão do encontro. Tal como acontecia no antigo salão, também aqui existe um centro claro em torno do qual as pessoas se reúnem. A lógica do encontro familiar não desaparece: apenas se desloca para outro lugar da casa.

A presença de um sofá e de uma televisão introduz uma dimensão adicional neste espaço. A cozinha deixa de ser apenas um lugar destinado à preparação das refeições e transforma-se também num espaço onde se permanece, conversa, vê televisão e partilha tempo em conjunto. Enquanto alguém cozinha, outros podem sentar-se, assistir à televisão ou simplesmente permanecer ali, participando no momento. Depois da refeição, ninguém precisa de abandonar o espaço; o tempo prolonga-se naturalmente no mesmo ambiente. Cozinhar, comer, estar e conviver passam assim a acontecer lado a lado, no mesmo espaço.

Esta mistura de funções altera profundamente o papel da cozinha dentro da casa. O espaço deixa de desempenhar apenas uma função de serviço e passa a concentrar diferentes momentos da vida familiar. Mantas repousam sobre o sofá, pequenos objetos permanecem visíveis sobre as superfícies de trabalho e a televisão acompanha os momentos de descanso. Nada aqui parece preparado apenas para ocasiões especiais; pelo contrário, tudo indica um espaço utilizado continuamente, onde os sinais da vida quotidiana se tornam parte da atmosfera da casa.

Se outrora o grande salão do piso térreo acolhia os encontros festivos da família, hoje é na cozinha que muitos desses momentos acontecem. O centro social da casa desloca-se para este espaço mais próximo da vida diária, sem que a lógica do encontro familiar desapareça. Pelo contrário, ela reorganiza-se em torno da mesa da cozinha, que se torna o núcleo da convivência familiar — verdadeiro coração da vida doméstica da casa.

A partir da cozinha, uma porta conduz diretamente ao pátio. Situada no final do percurso interior da habitação, a divisão funciona simultaneamente como ponto de chegada e de passagem, abrindo a casa ao exterior e prolongando a vida doméstica para o espaço aberto do pátio.

Numa manhã de sol, o pequeno-almoço prepara-se na cozinha e é levado para fora. Ao abrir a porta, alguns degraus conduzem ao pátio. Senta-se na mesa exterior que convida a ficar ao ar livre. Aqui, o dia começa devagar: conversa-se, bebe-se café, observa-se o movimento tranquilo da casa enquanto a luz da manhã atravessa o pátio.

Enquanto se permanece à mesa, o olhar acompanha os pequenos gestos do quotidiano que acontecem à volta. Sobre a calçada irregular que atravessa o pátio, estende-se a roupa no estendal. Esta faixa de passagem organiza os percursos no exterior: é por aqui que se atravessa o espaço para alcançar os anexos, a segunda cozinha ou as restantes áreas da casa.



48- Os utensílios do trabalho agrícola



49- O espaço dedicado à costura



52- A segunda cozinha



53- O convívio familiar no pátio



50- O trabalho na horta



51- O pátio habitado pela família

Para lá dos canteiros e das árvores de fruto, alguém trabalha na horta que acompanha o ritmo das estações. Os sulcos dispõem-se em fiadas paralelas que desenham uma métrica clara no terreno. Esta ordem traduz um trabalho metódico da terra, onde cada faixa corresponde a um ciclo de cultivo e ao modo paciente de quem a trabalha.

À medida que o trabalho no campo termina, o dia aproxima-se lentamente do fim. As ferramentas regressam ao seu sítio. Aqui, no piso inferior dos anexos, guardam-se os utensílios ligados ao cultivo. Este espaço funciona como arrecadação e oficina simples, permitindo manter as ferramentas organizadas e próximas do campo, bem como guardar alguns produtos da colheita. Uma pequena casa de banho completa este conjunto, funcionando como apoio prático às atividades exteriores e evitando a necessidade de regressar imediatamente ao interior da casa depois do trabalho na terra.

Depois de algumas tarefas de costura ou de engomar a roupa, desce-se pela escada exterior que liga o piso superior dos anexos ao pátio. Aqui, permanecem a máquina de costura, a tábua de engomar e alguns armários de arrumação – sinais das pequenas tarefas domésticas que também encontram aqui o seu lugar.

A atividade do dia desloca-se agora para junto da cozinha. É aqui que se começam a preparar os alimentos que serão partilhados à mesa. Esta segunda cozinha funciona como apoio às atividades que se realizam no exterior, permitindo cozinhar junto ao pátio sem interferir com o interior.

Enquanto a comida se prepara, o cheiro espalha-se pelo pátio e mistura-se com o ar do fim da tarde. Pouco a pouco começam a chegar familiares e amigos. Alguns aproximam-se da mesa exterior, outros permanecem junto ao grelhador, acompanhando a preparação da carne. Sem grande cerimónia, as pessoas distribuem-se pelo espaço. A atividade que ao longo do dia se dividiu entre campo, anexos e cozinha volta assim a concentrar-se neste lugar de encontro.

É então que a mesa de pedra com bancos integrados assume um papel central. Mais do que um simples elemento fixo no espaço exterior, ela marca o lugar de convívio no pátio. Tal como a mesa da cozinha organiza a vida interior da casa, também esta mesa exterior estrutura os momentos partilhados ao ar livre.

O pátio torna-se assim um lugar onde diferentes dimensões da vida quotidiana se cruzam: convívio, trabalho, circulação e cultivo. Mais do que um simples espaço exterior, ele prolonga a habitação para o ar livre e integra a casa no território que a sustenta.



54- A antiga horta da casa



55- A passagem que conduz à adega



57- O espaço atual da adega



56- O convívio na antiga adega

As fotografias antigas permitem recuar no tempo e observar este espaço antes das transformações que lhe deram origem. A área hoje ocupada pelo pátio pavimentado era então também terreno cultivado. Entre as áreas cultivadas existia apenas um caminho central em betão que atravessava a horta e conduzia da casa ao campo.

Os anexos existentes apresentavam uma configuração mais simples. O volume era inicialmente menor e foi sendo ampliado ao longo do tempo, acompanhando as necessidades da família. Observam-se ainda estruturas metálicas associadas ao cultivo de trepadeiras.

A segunda cozinha corresponde a uma construção posterior. A sua presença marca um momento de transformação na forma de utilizar este exterior, introduzindo funções domésticas num espaço que anteriormente estava inteiramente dedicado ao cultivo da terra.

A partir do pátio, um corredor lateral conduz até à adega. Este percurso estreito acompanha o lado da casa e termina numa porta discreta que assinala a entrada neste espaço. Ao atravessá-la, desce-se alguns degraus e o ambiente altera-se: a luz torna-se mais contida, as paredes aproximam-se e o espaço adquire um carácter mais íntimo.

A adega organiza-se em torno de um balcão de serviço que estrutura o espaço. À sua volta dispõem-se bancos altos e prateleiras onde se acumulam numerosas garrafas que constituem uma garrafeira doméstica construída ao longo do tempo. Neste espaço convivem duas dimensões complementares: a conservação das bebidas e o momento da sua prova.

As fotografias antigas mostram este espaço animado por diferentes momentos da vida familiar. Em torno do balcão juntam-se pessoas, servem-se copos e a conversa prolonga-se sem pressa. Entre garrafas, risos e histórias partilhadas, a adega afirma-se como um lugar de encontro, onde o vinho e outras bebidas se tornam pretexto para estar e conversar.

Atualmente o espaço mantém a sua organização original, conservando o balcão e os bancos que definem a disposição da sala. No entanto, a materialidade foi sendo alterada ao longo do tempo: as paredes perderam as antigas prateleiras e o ambiente tornou-se mais depurado, permanecendo apenas alguns objetos que recordam a sua utilização passada. A adega transforma-se assim num espaço mais vazio, onde subsistem vestígios da atividade que durante anos marcou este lugar.

O percurso pelos diferentes espaços do piso térreo e do exterior revela uma casa em constante transformação, onde novas construções, adaptações e usos foram sendo introduzidos ao longo do tempo. No piso superior, contudo, a situação é distinta. Aqui conserva-se grande parte da configuração inicial da casa, mantendo-se a organização dos compartimentos, os pavimentos, as carpintarias e vários dos objetos que acompanham a habitação há várias décadas.



59- A cozinha atualmente



58- A cozinha no piso superior



61- A sala de visitas atualmente



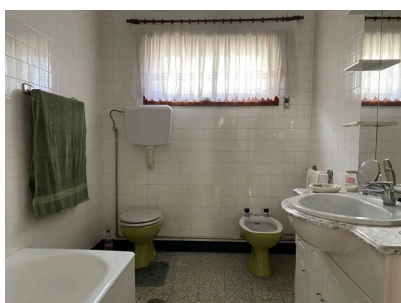
60- A antiga sala de visitas



63- O antigo quarto do casal atualmente



62- O quarto do casal



65- A casa de banho agora



64- A casa de banho do piso superior

A organização deste nível desenvolve-se em torno de um corredor longitudinal que estrutura a distribuição das diferentes divisões. A partir deste eixo acede-se aos quartos, à cozinha, à sala e à casa de banho, definindo uma organização simples que permanece praticamente inalterada.

Os pavimentos, as carpintarias e vários elementos construtivos conservam-se desde as primeiras fases da casa, permitindo reconhecer ainda hoje a forma como estes espaços foram originalmente habitados. O piso superior constitui o lugar onde a memória da casa se torna mais palpável.

Observada no seu conjunto, a casa revela-se como uma arquitetura construída no tempo. A experiência da emigração, o trabalho da terra e os encontros familiares deixaram marcas sucessivas nos seus espaços. Enquanto alguns ambientes foram sendo adaptados para responder a novas necessidades, outros preservaram a organização original da casa. Entre permanências e adaptações, a casa de Zélia e António continua a acumular camadas de memória, onde arquitetura e vida familiar permanecem profundamente entrelaçadas.

A casa contemporânea

Começam a surgir, de forma contida, algumas casas que introduzem discretamente uma presença arquitetónica distinta na paisagem habitacional da freguesia. Por isso, a sua emergência torna-se já discernível, justificando uma observação mais atenta.

A expressão arquitetónica destas casas revela maior contenção formal. A composição tende a organizar-se em volumes mais compactos, com superfícies exteriores mais uniformes e uma redução de elementos tradicionalmente associados à casa no território. A escada exterior e a varanda frontal — recorrentes em muitas construções existentes — tendem a desaparecer, sendo o acesso frequentemente resolvido diretamente a partir do volume principal da casa. A presença de coberturas planas e de superfícies envidraçadas de maior dimensão reforça igualmente esta leitura mais abstrata da forma construída.

Ao simplificar a imagem da casa e aproximá-la de referências arquitetónicas contemporâneas, estas habitações deslocam o centro da questão arquitetónica para a forma como a casa se implanta e se relaciona com o território. Torna-se, assim, pertinente observar de que modo estas construções ocupam o lote, se relacionam com a rua e se inscrevem na paisagem em que surgem.

É a partir desta presença ainda discreta, mas progressivamente visível, que se propõe observar o caso identificado em Romariz.

A casa de Liliana e Filipe

A casa de Liliana e Filipe ergue-se num terreno agrícola destinado à produção de kiwis e mirtilos. O proprietário vive da agricultura e o lote onde a habitação se implanta mantém-se diretamente ligado à atividade produtiva, integrando a casa num sistema em que habitar e produzir continuam a coexistir.

Numa cota superior à rua, a casa assenta sobre uma plataforma artificial construída para a suportar. Esta elevação faz com que o volume se destaque do plano da via pública, afirmando-se como presença autónoma no interior do lote. A presença desta plataforma responde a uma condição específica do terreno: o lote é atravessado por uma mina de água. A construção da casa obrigou, por isso, à execução de poços e à criação de canais de drenagem destinados a conduzir o fluxo subterrâneo. O aterro que sustenta a habitação não funciona apenas como suporte da casa: integra também a infraestrutura que regula a água no terreno.

A implantação da casa resulta de um conjunto de condicionantes que moldam diretamente a sua organização. Parte significativa do lote encontra-se classificada como área agrícola, restringindo a área disponível para construção. Estas condições definem o lugar onde a habitação pode ser implantada e influenciam a organização do edifício. A construção integra um nível inferior destinado ao armazenamento de materiais, equipamentos e apoio à atividade agrícola, sobre o qual se desenvolve o piso habitacional onde se concentram os espaços domésticos. A casa organiza-se, assim, em dois níveis funcionalmente distintos: um associado ao trabalho agrícola e outro dedicado à habitação.

A casa desenvolve uma volumetria simples, configurada em U, que organiza os diferentes espaços em torno de um vazio central. Esta disposição reforça a leitura horizontal do edifício no terreno, acentuada pela cobertura plana e pela continuidade da sua linha superior. A estrutura em betão armado encontra-se claramente legível na fase atual da obra, revelando o sistema construtivo que organiza o edifício. A laje prolonga-se para além do alinhamento das fachadas, criando áreas de abrigo ao longo do perímetro da casa. Os amplos vãos abertos entre os elementos estruturais reforçam a continuidade visual entre os espaços interiores e a paisagem agrícola circundante. A linguagem arquitetónica da casa aproxima-se de uma expressão contemporânea; contudo, a sua organização continua profundamente condicionada pelas lógicas produtivas e territoriais do lugar.

A organização interior da casa acompanha esta lógica de continuidade espacial. A zona social concentra-se num espaço único que integra sala e cozinha. A partir deste núcleo desenvolve-se um corredor que distribui os quartos e os restantes compartimentos da zona privada. Esta organização distingue claramente os espaços de convívio e os espaços de descanso, mantendo simultaneamente uma relação visual direta com o território agrícola envolvente. A paisagem deixa, assim, de ser apenas um plano de fundo e passa a integrar a vivência diária da casa.



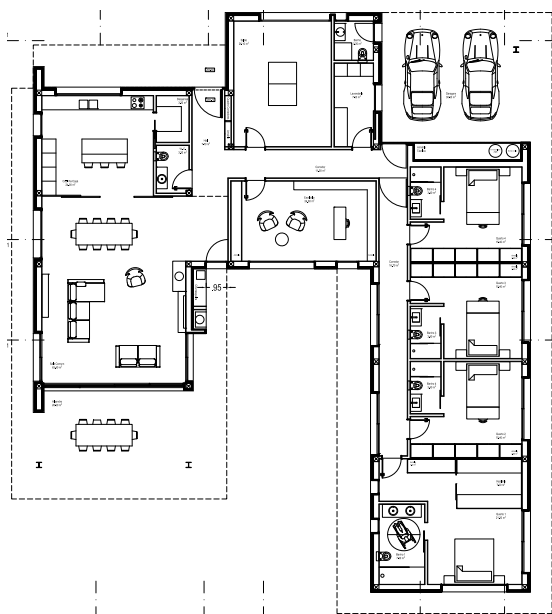
66- A presença da casa perante a rua



67- A volumetria em U



68- O vazio central da habitação



70- Planta de rés-do-chão



69- Relação da casa com a paisagem agrícola

A habitação não participa na construção de uma frente urbana contínua. Recuada no interior do lote, orienta a sua abertura e os seus espaços para o território agrícola que se estende diante da casa. A rua mantém-se como ponto de acesso à propriedade, mas não desempenha um papel estruturador na sua organização.

A chegada à habitação faz-se a partir da rua através de uma rampa que conduz à plataforma onde a casa se implanta. Este percurso é pensado sobretudo para o acesso automóvel, integrando espaços cobertos destinados ao estacionamento. Num território disperso, onde grande parte das deslocações quotidianas depende do carro, o automóvel passa a desempenhar um papel determinante na forma de chegar à casa e na organização do lote. O acesso deixa de ocorrer diretamente a partir da rua, passando a ser mediado pelo percurso do automóvel e pelo espaço necessário à sua circulação e estacionamento.

Este caso evidencia um processo de adaptação da casa contemporânea a um território produtivo que continua ativo. Apesar de adotar uma linguagem arquitetónica associada à produção contemporânea da habitação, marcada pela simplificação formal e pela clareza volumétrica, a casa mantém uma relação direta com a atividade agrícola que estrutura o lote. A presença de espaços destinados ao apoio à produção revela a persistência de uma lógica territorial rural dentro de uma nova linguagem arquitetónica. Neste contexto, a forma da habitação transforma-se, mas o sistema produtivo que organiza o território mantém-se ativo, mostrando que a transformação da arquitetura doméstica não implica necessariamente a rutura com as lógicas produtivas de Romariz.

“Uma casa banal”

“Learning from the existing landscape is a way of being revolutionary for an architect.”¹¹

Da leitura das casas de Romariz emerge uma observação persistente. Nas ruas, ao longo das encostas e pelos caminhos, as habitações surgem numa curiosa simultaneidade entre repetição e variação. Certas soluções reaparecem com notável insistência, transformadas, ajustadas ou reinterpretadas em cada nova construção, como se circulassem silenciosamente pelo território. Essa difusão progressiva de gestos espaciais e construtivos, transmitidos entre habitações, produz uma paisagem habitada que não resulta de um desenho único, mas de um processo lento de acumulação e transformação. Ao longo do tempo, cada intervenção acrescenta uma pequena variação a um repertório comum que configura o carácter do lugar.

É neste horizonte que se torna possível falar de “casa banal”. O termo não designa um tipo arquitetónico particular, mas a condição que emerge quando diversas formas de habitação se sobrepõem e se multiplicam no território. As casas anteriormente observadas não constituem, isoladamente, a “casa banal”; representam antes diferentes momentos de um mesmo processo. Cada uma acrescenta uma nova interpretação do habitar, que retoma soluções anteriores, transformando-as sem as apagar por completo. É dessa continuidade que resulta a banalidade: da persistência de soluções que reaparecem de casa em casa, tecendo uma malha doméstica marcada pela memória e pela adaptação.

A banalidade não deve, por isso, ser confundida com ausência de intenção ou pobreza de significado. Cada habitação pode afirmar identidade, aspiração ou estatuto; pode traduzir escolhas conscientes e estratégias de representação. No entanto, quando essas expressões se difundem e se disseminam no território, o que antes era um gesto isolado passa a integrar um padrão coletivo. A expressão individual dilui-se na continuidade da paisagem, e é nessa passagem que a banalidade se torna visível. A banalidade não é uma propriedade da casa individual; é uma condição da paisagem construída pela repetição.

Perante esta realidade, a arquitetura não pode limitar-se a procurar o excecional. Grande parte do espaço habitado resulta da arquitetura corrente. Todavia, estas construções raramente ocupam o centro da reflexão disciplinar. Compreender esta condição exige aprender a ver aquilo que parece comum. A chamada “casa banal” não deve ser entendida como erro a corrigir nem como modelo a repetir, mas como documento a interpretar. Nela inscrevem-se práticas, desejos, limitações e imaginários que revelam a forma como o lugar se constrói. Reconhecer esta condição significa deslocar o olhar disciplinar: não negar o banal, mas lê-lo criticamente, transformando-o em matéria consciente de projeto.

11. VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven – *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge, MA: MIT Press, 1977, p. 3. Tradução do autor: «Aprender com a paisagem existente é uma forma de ser revolucionário para um arquiteto.»

Compreender a “casa banal” implica também compreender as condições reais da sua produção. Não resulta de um gesto isolado nem de uma intenção autoral claramente definida. É antes o produto acumulado de um processo social longo, marcado por deslocamentos migratórios, pela poupança construída ao longo do tempo e por práticas de construção frequentemente faseadas. Neste contexto, a casa raramente nasce como um projeto completamente resolvido desde o início; apresenta-se antes como um corpo que se transforma progressivamente, incorporando acrescentos, adaptações e decisões tomadas em momentos distintos. A banalidade construída não emerge, assim, do acaso: é socialmente produzida.

Este processo desenvolve-se através de circuitos de influência que atravessam o território. Modelos repetidos por desenhistas locais, referências retiradas de casas vizinhas, fotografias trazidas do estrangeiro, imagens difundidas em revistas ou memórias das habitações onde se trabalhou formam um conjunto de referências partilhadas. Essas imagens e experiências circulam entre famílias, construtores e técnicos. A casa nasce, assim, de uma teia complexa de influências, desejos e traduções. A autoria dispersa-se entre diversos agentes: desenhistas que reproduzem soluções recorrentes, engenheiros que legitimam administrativamente o processo, construtores que ajustam decisões no terreno e famílias que transportam imaginários fragmentados sobre o modo de habitar. A casa banal é, nesse sentido, o resultado de uma autoria fragmentada.

Neste contexto, o banal surge frequentemente como um intervalo entre aquilo que se deseja e aquilo que é possível realizar. A casa constrói-se entre intenção e disponibilidade, entre ambição e economia, entre hábitos herdados e improvisações necessárias. Vista de perto, revela essa natureza intersticial: uma negociação entre expectativas, recursos disponíveis e limitações materiais.

As casas apresentam-se, assim, como colagens. Partes acrescentam-se ao longo do tempo, volumes ampliam-se, anexos surgem em resposta a necessidades específicas e escadas exteriores reorganizam acessos. Cada decisão corresponde a um momento particular da vida da casa e resulta de circunstâncias económicas, referências culturais e necessidades práticas. O resultado não é um projeto unitário nem um desenho definitivo, mas uma recomposição de fragmentos que funciona como um processo de montagem.

Por esta razão, a noção de tipologia deixa de poder ser entendida como um modelo fixo. O que emerge são mapas de variação, onde se cruzam práticas, sequências construtivas, redes de influência e trajetórias individuais. Cada casa permanece singular, mas reconhecível dentro de uma mesma família morfológica. A repetição de soluções não resulta de modelos normativos consolidados, mas de transmissão empírica, de experiência acumulada e de adaptação às condições concretas de terreno, orçamento e uso. Obras longas, fases informais e acrescentos sucessivos fazem com que o tempo da casa raramente seja linear.

Produzida através destes processos sociais e construtivos, a “casa banal” assume também um papel simbólico fundamental na relação entre os habitantes e o território. As formas construídas tornam-se meios através dos quais se inscrevem trajetórias de vida, aspirações sociais e expectativas de futuro. A casa transforma-se, assim, num espaço de representação e reconhecimento, capaz de tornar visíveis processos de mobilidade social, experiências de deslocação ou estratégias de afirmação familiar. Aquilo que à primeira vista pode parecer apenas acumulação de soluções formais revela-se, muitas vezes, parte de uma linguagem através da qual os habitantes procuram dar forma visível às suas próprias histórias.

É nesta dimensão simbólica que a casa se torna também um instrumento de reinscrição no lugar. A construção da casa pode traduzir a tentativa de recompor vínculos afetivos, culturais e territoriais que se constroem ao longo do tempo. Como observa Villanova,

*“a casa é, antes de mais, reparação dos laços de pertença, tanto para participar na reconstrução como para exorcizar o esquecimento das origens”*¹²

A casa torna-se, assim, o lugar onde se procuram reconciliar diferentes experiências de habitar, articulando memórias do lugar com referências adquiridas noutros contextos.

É precisamente nesta articulação entre experiências diversas que a “casa banal” revela frequentemente uma condição híbrida. As formas construídas resultam da sobreposição de referências culturais, práticas domésticas e imaginários sociais que raramente se fundem num sistema coerente. Elementos associados ao *habitus* rural persistem lado a lado com imagens de modernidade urbana; referências locais coexistem com modelos importados ou reinterpretados. Longe de constituir uma incoerência formal, esta mistura traduz a complexidade das trajetórias sociais que moldam o território habitado. A “casa banal” apresenta-se, assim, como uma arquitetura impura — feita de justaposições, adaptações e traduções — onde diferentes temporalidades e experiências culturais encontram forma construída.

A exuberância formal pode, neste contexto, ser entendida como resposta simbólica a condições de escassez — económica, histórica e disciplinar. Longe de constituir uma afronta à tradição, ela expressa a tentativa de tornar visível, através da forma construída, percursos de mobilidade social, conquista e afirmação no território.

A banalidade coloca à arquitetura uma questão essencial: como ler o território. Aquilo que frequentemente é descrito como banal revela-se, quando observado com atenção, um território denso de decisões quotidianas, adaptações silenciosas e soluções empíricas através das quais o habitar se organiza. A banalidade não constitui um estado fixo nem uma qualidade intrínseca dos objetos construídos; é, antes, uma perceção. Aquilo que se apresenta como banal depende do

12. VILLANOVA, Roselyne – *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*, ed. portuguesa revista e aumentada, Lisboa: Salamandra, 1995, p. 205.

olhar que o observa e da capacidade disciplinar de reconhecer, no aparentemente indiferente, um campo de conhecimento.

Neste sentido, o banal não se transforma simplesmente ao ser redesenhado; transforma-se sobretudo quando é reenquadrado. Esse reenquadramento é arquitetônico. Manifesta-se na forma como se lê a topografia, na maneira como se compreende a relação entre casa e terreno, ou na atenção concedida a pequenos gestos construtivos que, à primeira vista, parecem insignificantes. Quando observada com cuidado, a arquitetura corrente revela uma riqueza inesperada: respostas às necessidades da vida doméstica, estratégias silenciosas de ajustamento às condições do lugar. O que parecia indiferente revela-se, assim, como um território fértil de aprendizagem.

Vista desta forma, a “casa banal” deixa de poder ser entendida como simples manifestação de desordem formal. Ela constitui antes um registo material através do qual se tornam legíveis os processos sociais, económicos e culturais que moldam o território habitado. Longe de ser apenas ruído visual, esta arquitetura oferece matéria de estudo para a disciplina. Mais do que um problema estético, a banalidade torna-se sintoma de uma cultura em transformação, revelando modos concretos de construir, adaptar e habitar o espaço.

Reconhecer a dignidade do ordinário não significa romantizar o banal nem o transformar em modelo. Significa compreender que é neste território aparentemente comum — feito de pequenas decisões, de práticas quotidianas e de transformações graduais — que a arquitetura encontra grande parte da sua matéria de trabalho. A casa banal deixa assim de ser apenas aquilo que a disciplina tende a ignorar e passa a constituir um campo de aprendizagem. É a partir desta leitura crítica do existente que se torna possível pensar o projeto não como imposição externa, mas como interpretação consciente do território habitado.

Expressão do lugar

A forma doméstica é sempre consequência de um modo de viver. Forma-se num tempo lento, feito de aproximações sucessivas entre espaço e uso, matéria e gesto, permanência e adaptação. Habitar constrói-se na relação íntima com a casa.

O espaço participa na construção dos hábitos. Os hábitos inscrevem-se, por sua vez, na configuração do espaço. Desta circulação contínua emerge uma arquitetura que não se fixa no desenho inicial, mas se adensa ao longo do tempo, acompanhando a vida que a atravessa.

É no quotidiano que essa densificação se torna perceptível. Nos gestos mínimos, repetidos. Nos objetos que permanecem. Nos percursos preferidos. Uma cadeira deslocada, um tapete gasto, uma mesa em torno da qual se regressa. Elementos banais que, pela insistência do uso, adquirem valor simbólico. A casa transforma-se num território de reconhecimento.

Habitar afirma-se como uma prática silenciosa de construção de sentido. Cada uso acrescenta uma camada. Cada ajuste revela uma necessidade. Cada permanência confirma uma escolha. A casa vai-se configurando como extensão das rotinas que acolhe.

Neste processo, a casa ultrapassa a condição de abrigo e torna-se lugar de projeção de vida. Concentra tempo, esforço, expectativa e memória. Recebe projeções de futuro e acumula marcas de passado. Não apenas protege uma vida: ajuda a desenhá-la.

É desta acumulação que se constrói a expressão do lugar, como consequência da sedimentação das práticas que o atravessam e permanecem. O lugar não se exprime pela forma em si, mas pela vida que a forma consegue acolher. A casa torna-se, assim, a inscrição lenta e contínua de um modo de viver.

É a partir desta compreensão que o projeto se instala numa realidade que já existe. Não inaugura. Aproxima-se. Lê. Responde. Trabalha a partir de uma vida em curso.

Assumir esta condição desloca o projeto para um campo de leitura. Ler o sítio. Ler a família. Ler os hábitos, os ritmos, as permanências e as transformações que estruturam o quotidiano. O desenho deixa de ser um gesto inaugural para se tornar um gesto interpretativo. Procura tornar legível a vida que irá acolher.

É nesse entendimento que o presente trabalho se situa. Parte da convicção de que a arquitetura não acrescenta sentido ao lugar a partir de fora, mas torna explícitas as relações que já o estruturam. A casa não surge como correção do existente, mas como inscrição crítica numa história que continua a construir-se.

Intervir passa, assim, por reconhecer o que já está em curso e operar a partir dessa condição, identificando, na complexidade do existente, princípios capazes de orientar a forma.

A casa não exprime o lugar por o reproduzir, mas por nascer das mesmas forças que o transformaram. A sua forma resulta do encontro entre práticas de vida, matéria e território, inscrevendo-se numa continuidade onde projetar não significa introduzir um objeto autónomo, mas acrescentar uma nova camada à história material que permanece em transformação.

Reivindicar esta lentidão é, hoje, um gesto disciplinar: um tempo de observação, de permanência, de reflexão e de absorção das consequências. A boa arquitetura nasce dessa sedimentação.

Neste quadro, projetar é, em última instância, responder ao essencial: ao muro, à janela, à porta. Não como elementos isolados, mas como lugares onde se condensam vida, matéria e sentido.

A arquitetura afirma-se na coincidência entre experiência vivida e construção material: simultaneamente erudita e natural, incorporando o carácter do tempo e a singularidade do lugar. Assim entendida, é continuamente apropriada, transformada e devolvida como matéria habitável. Entre a mão que desenha e a vida que ocupa forma-se uma camada sensível onde se juntam construção, uso e significado — profundidade habitada onde a casa encontra a sua própria razão.

Sítio como matéria do projeto

A espessura do território

A paisagem de Romariz constrói-se como uma composição de longa duração, onde elementos naturais, produtivos e simbólicos se sobrepõem sem se anularem, sedimentando uma continuidade territorial densa. A encosta, os campos trabalhados, os caminhos antigos e os marcos identitários convergem numa mesma estrutura de sentido. O lote em estudo emerge dentro desta trama: não como episódio isolado, mas como porção inteligível de um território cujas camadas precedem, enquadram e prolongam qualquer gesto arquitetónico. Ler o sítio é, por isso, reconhecer a profundidade histórica que sustenta a superfície visível do presente.

No horizonte identitário de Romariz, o Castro de Romariz assume o papel de origem matricial. Implantado num ponto dominante, organiza desde tempos remotos a leitura do território, testemunhando as primeiras formas de ocupação e clarificando a lógica de assentamento ao longo das vertentes. A sua altitude destaca, por contraste, a posição do lote numa encosta intermédia — uma vertente que prolonga a mesma base geomorfológica onde se estruturou, ao longo dos séculos, a paisagem habitada. Embora invisível a partir do terreno, o castro permanece ativo enquanto referência: não orienta o olhar, mas orienta a memória.

Mais a norte, a Igreja de Santo Isidoro consolida a centralidade simbólica e quotidiana da freguesia. Implantada numa cota mais baixa e envolvida por tecido construído, não estabelece relação visual com o lote; ainda assim, permanece como polo que articula percursos, marca rotinas e sustenta a identidade coletiva. A igreja não se revela ao terreno — revela o território onde o terreno se inscreve. A sua presença opera na ordem das referências estruturantes: não organiza a percepção imediata, mas molda o reconhecimento do lugar enquanto comunidade.

Num círculo de proximidade mais íntima, a Capela de Santo António introduz uma escala devocional discreta, inscrita num pequeno largo e servida por caminhos secundários que estruturam o setor poente de Romariz. A capela organiza deslocações quotidianas, marca ritmos locais de vizinhança e ancora uma geografia de usos partilhados. Não se anuncia visualmente desde o lote, mas participa na tessitura simbólica que define o carácter vivido da paisagem. A sua invisibilidade não reduz importância: apenas desloca a presença para o plano da experiência social.

A rede de caminhos que liga estes três marcos não funciona como simples sistema viário: constitui a espinha dorsal da vida comunitária. Cada percurso transporta histórias, fluxos, práticas e cumplicidades sedimentadas no tempo. Nestes caminhos, o território fabrica proximidade — cruzam-se gestos, cumprem-se rotinas, consolidam-se laços. A paisagem não se lê apenas com os olhos, mas com o corpo que a percorre. A capela, a igreja e o castro não funcionam apenas como destinos, mas como polos de orientação que estruturam uma geografia de relações contínuas.

O lote situa-se no interior desta constelação — entre a origem (castro), a centralidade (igreja) e a proximidade (capela) — integrando a continuidade morfológica e cultural que as articula no território. A encosta onde se inscreve retoma, à sua escala própria, a lógica maior que caracteriza Romariz: uma paisagem esculpida pela geografia, ritmada pelos socalcos agrícolas e atravessada por caminhos que não apenas ligam pontos, mas sedimentam modos de pertença e reconhecimento.

Em Romariz, a paisagem não se organiza apenas pelo que se vê, mas também pelo que permanece invisível: hábitos, memórias, usos, orientações simbólicas. Os marcos identitários não se inscrevem no lote como figuras do horizonte; inscrevem-se como presenças herdadas, silenciosas, que moldam a compreensão do lugar mesmo quando não surgem no campo visual. A invisibilidade não equivale à ausência: constitui a sua outra face — aquela que atua na consciência mais íntima do território.

A paisagem romarizense resulta de uma temporalidade acumulativa, onde cada camada histórica se adiciona à anterior sem a suprimir. O castro não apagou os campos; a igreja não substituiu as capelas; os socalcos não destronaram a topografia natural — todas estas camadas se encostam, coexistem e dialogam. Esta lógica de permanência por adição confere ao território uma profundidade temporal acumulada, na qual a leitura do presente exige necessariamente o reconhecimento das inscrições que o antecedem.

Compreender esta rede territorial permite reconhecer o sítio como componente de uma continuidade ampla, onde a paisagem se constrói pela insistência dos seus gestos (topográficos, agrícolas, devocionais, quotidianos) e pela capacidade de cada época os reinscrever à sua maneira. O lote não surge apenas como superfície de implantação, mas como lugar carregado de ecos — geográficos, sociais e culturais — que alargam o campo de entendimento do projeto. Intervir aqui implicará, inevitavelmente, relacionar-se com esta densidade — não para a imitar, mas para nela encontrar orientação, medida e sentido.

Romariz é um território que se percebe primeiro com o corpo e só depois com o olhar. A inclinação das encostas, a alternância dos socalcos, a sucessão dos caminhos, e até sons distantes — como o toque da igreja — compõem um campo sensorial que situa o habitante antes de qualquer leitura formal. A paisagem não se oferece como um quadro, mas como um espaço de ressonâncias topográficas, acústicas e pedonais onde o movimento revela aquilo que a visão, por vezes, oculta. Habitar Romariz é reconhecer-se dentro dessas camadas de sensação, onde cada gesto quotidiano prolonga a história da encosta.



71- Implantação do terreno no contexto territorial de Romariz



72- Vista do terreno a partir da cota superior da Rua do Sol



74- Relação entre o terreno e o declive da Rua do Sol



73- Aproximação ao terreno pela Travessa da Rua do Sol



75- Limite sul do terreno voltado à Rua do Sol



76- Continuidade visual entre o terreno e o vale



77- Estruturação topográfica do terreno



78- Organização do terreno em socalcos agrícolas



79- O terreno visto a partir do último socalco

A forma que o tempo desenhou

O terreno inscreve-se numa meia-encosta voltada a sul, onde o declive — suave, mas persistentemente presente — retoma a lógica topográfica que estrutura Romariz. Nada aqui é abrupto: a inclinação desce em continuidade, moldada pela própria geologia e pela ação agrícola que, durante décadas, disciplinou o solo sem o forçar. Esta pendente constante organiza a percepção do sítio antes mesmo da visão: orienta o corpo, define direções de movimento, cria diferenças subtis entre recolhimento e abertura. A relação com o vale do Uíma, embora não visível, é estrutural; o lote participa na rede de vertentes que alimentam a bacia e que por isso partilham a mesma lógica morfológica, produtiva e habitacional.

Na cota superior, entre os 308 e os 309 metros, o terreno confronta o edifício existente que delimita o bordo norte da parcela. Este encontro produz uma verdadeira soleira topográfica: um ponto onde o movimento da encosta abranda e o terreno “assenta”. A presença do volume vizinho, aliada à escala contida da Travessa da Rua do Sol, confere a este limiar um carácter de intimidade, quase doméstico. Aqui, a paisagem não se percebe como horizonte — percebe-se como proximidade. A chegada ao lote não é um momento de expansão visual, mas de enraizamento: o sítio começa protegido, contido, inscrito numa relação de vizinhança que antecede qualquer desenho.

A partir desta soleira, a encosta retoma o seu movimento e articula-se em três socacos bem definidos, que organizam a estrutura interna do terreno. Entre a cota superior, em torno dos 307 m, e a base, nos 304–303 m, desenvolve-se um desnível total ligeiramente superior a três metros, fracionado por taludes límpidos e legíveis à distância. Estes patamares não são correções geométricas ocasionais: são a inscrição acumulada de um gesto agrícola persistente, repetido, que procurou estabilizar o solo sem o contrariar. Cada socaco contém utilidade e sentido: permitiu cultivar, mas também deu à encosta ritmo, hierarquia e legibilidade. Esta topografia construída revela uma inteligência lenta — a mesma que, ao longo de gerações, tornou habitável a vertente antes de existir arquitetura.

A Travessa da Rua do Sol, que acompanha o bordo norte do lote, não funciona como fronteira, mas como continuidade. O seu traçado estreito e fluido, seguindo o declive sem o contrariar, atua menos como infraestrutura e mais como prolongamento do próprio terreno. Não separa, acomoda; não impõe, ajusta. A forma como o lote se articula com esta rua — tocando-a, mas não dependendo dela — define o modo de chegada e condiciona o lugar da futura construção: luz, privacidade, orientação, exposição e relação com o exterior surgem inscritos no sítio antes de serem traduzidos em projeto.

Na extremidade sul, o último socalco aproxima-se da Rua do Sol quase sem variação de cota, estabelecendo um contacto direto com o arruamento. Aqui, a fragmentação em degraus dissolve-se: a vertente deixa de subir e começa a abrir-se. Esta base não constitui um novo nível — é a terminação natural da encosta, o lugar onde o ritmo agrícola cede à presença pública da rua. É também o ponto onde o terreno ganha outra condição: deixa de ser interior, protegido, recolhido; torna-se visível, acessível, exposto à circulação quotidiana.

Lida no seu conjunto, a morfologia do lote revela-se como uma versão concentrada da lógica territorial de Romariz. O declive contínuo, a cadência marcada dos socalcos, o diálogo com duas vias de natureza distinta — uma íntima, outra aberta — e a presença de uma topografia trabalhada com persistência fazem deste terreno uma verdadeira célula morfológica do lugar. Aqui, a forma não é apenas relevo: é memória sedimentada, uso acumulado, matéria moldada pela prática.

A interpretação desta topografia permite compreender que o sítio não oferece apenas dados físicos, mas direções latentes. A soleira de chegada sugere proteção; os socalcos revelam ritmo e estrutura; o declive indica movimento; a abertura para a Rua do Sol convoca exposição e relação pública. Estas qualidades não prescrevem soluções, mas iluminam possibilidades: mostram onde o terreno acolhe, onde resiste, onde se abre, onde se retrai. Cada gesto futuro — pousar, cortar, escavar, elevar — dialogará com esta matéria já carregada de sentido.

Assim, o sítio apresenta-se como uma forma silenciosamente orientadora. Não condiciona pela rigidez, mas pela presença. Não exige a reprodução da sua morfologia, mas qualquer transformação encontrará sentido na relação com esta estrutura lenta que o precede. Habitar este terreno será, inevitavelmente, habitar a história da encosta: uma história feita de gestos agrícolas, passagens, pequenas regularizações e adaptações que prepararam o solo para receber arquitetura antes de qualquer arquitetura existir.

A leitura morfológica e arquitetónica do sítio não descreve apenas o que se vê: desvenda a espessura temporal da forma, a lógica que lhe deu origem e a vocação espacial que a atravessa. O terreno é, simultaneamente, matéria e memória — e é neste cruzamento que o projeto encontrará a sua medida.

O sítio como estrutura de pensamento

O sítio, lido em profundidade, ultrapassa a sua condição física: propõe uma maneira de pensar. A encosta, a rede de caminhos, a estratificação agrícola, os marcos invisíveis que orientam a percepção — tudo isto funciona menos como representação e mais como estrutura de pensamento. Por isso, antes de desenhar, é necessário aprender a ver. E ver, neste contexto, é sempre um ato crítico: não basta reconhecer formas, é preciso tensionar o objeto com o lugar. O terreno deixa de ser o lugar onde o projeto será implantado: torna-se o modelo através do qual o projeto aprende a pensar.

A paisagem de Romariz revela três princípios que atravessam a sua construção histórica: acumulação, adaptação, negociação. Cada camada — encosta, socalco, muro, casa, caminho — não substitui a anterior: aproxima-se dela, ajusta-se, encontra-lhe espaço. Esta lógica de coexistência, mais do que um facto geográfico, constitui uma inteligência espacial sedimentada. O projeto que aqui nascer dificilmente poderá ignorar a forma como o território construiu, pacientemente, a sua própria ordem.

O lote condensa esta tríade numa escala quase tátil. A soleira de chegada não é apenas uma cota: é uma maneira de iniciar — um gesto de pouso que abranda o corpo antes de descer a encosta. Os socalcos não são degraus agrícolas: são uma gramática de pausas, intervalos e intensidades diferenciadas, uma forma de domesticar o declive sem lhe apagar a potência. A abertura sul não é somente exposição ao arruamento: é o momento em que a encosta se entrega ao espaço público, contrapondo a intimidade da travessa ao quotidiano da rua.

Estas qualidades não prescrevem a forma da casa, mas oferecem uma matriz operativa. Dizem ao projeto — de modo silencioso, mas firme — onde o terreno abranda, onde se organiza, onde se expõe, onde se recolhe. Não são instruções. São direções latentes: pressões suaves que nascem da própria morfologia, da memória agrícola, da relação com o vale invisível, das tensões entre vizinhança e abertura. A arquitetura não precisa de segui-las literalmente. Ignorá-las, porém, seria projetar como quem fala sem ouvir. A arquitetura não transforma o lugar por lhe acrescentar gestos grandiloquentes, mas porque o reenquadra com precisão.

O sítio, por isso, não atua como cenário: atua como pensamento. É um mapa sem desenho, uma estrutura de relações que antecede o projeto e lhe dá base. A casa não surgirá sobre o terreno — surgirá a partir dele. Não será uma forma pousada, mas uma resposta que se vai ajustando a cada pergunta do lugar.

Há sempre uma humanidade combativa: a casa não se impõe sobre o sítio, nem se dissolve nele. Estabelece com o lugar um combate delicado, uma negociação contínua, uma tensão produtiva. O terreno é uma espécie de vazio cheio.

Reconhecer o sítio como matéria do projeto significa aceitar que a forma já começou antes de o projeto existir. Que a topografia não é obstáculo, mas vocação. Que os gestos futuros — escavar, pousar, elevar, prolongar — serão sempre continuação da história lenta da encosta. A arquitetura chega para escutar e responder.

E é aí — nesse ponto raro onde memória, matéria e intenção se cruzam — que o projeto encontra a sua medida. O sítio não é o cenário da arquitetura: é o seu método. É do concreto — do lugar, do material, da construção e da tarefa — que a forma emerge. A imaginação do arquiteto não inventa a partir do vazio: descobre, no contacto com a realidade, as possibilidades latentes da forma.

O loteamento e a limitação como oportunidade

O lote não é um vazio. É um corpo já marcado por medidas, confrontos e distâncias que existem antes de qualquer gesto.

Há, no terreno, uma estrutura que antecede o desenho. Uma disposição concreta das coisas — a extensão do terreno, o seu declive, a forma como toca o que o envolve — que inscreve desde logo um modo de relação com o espaço. É nessa disposição que o projeto encontra o seu chão.

A partir do momento em que o espaço é delimitado, nenhum gesto é neutro.

Toda a arquitetura nasce dentro de um campo de pressões — entre o que se aproxima, o que se afasta, o que toca, o que interrompe. Não existe um interior de um lado e um exterior do outro; existe, desde o início, uma situação onde ambos se implicam.

É a existência de margens, de frentes, de vizinhanças e de profundidades que obriga a casa a posicionar-se. Abrir deixa de ser um gesto neutro. Fechar deixa de ser um simples recuo. Cada decisão constrói simultaneamente um dentro e um fora.

Interior e exterior não se organizam como opostos, mas como dimensões em tensão permanente, ligadas por uma espessura habitável. É nessa tensão que a arquitetura começa a ganhar forma.

A dificuldade em reconhecer esta condição é visível na arquitetura corrente. Muitas casas organizam-se como se interior e exterior fossem domínios autónomos, resolvidos por separação: um encerrado sobre si, outro exposto à imagem.

Quando o limite é assumido como condição, a própria ideia de separação entra em crise. O interior deixa de poder ser pensado como refúgio isolado. O exterior deixa de poder ser reduzido a um simples fora. Entre ambos instala-se um campo de relação ativo.

É nesse território intermédio que a experiência doméstica ganha espessura. Não no excesso de abertura, nem na proteção absoluta, mas na construção de um lugar onde o limite deixa de ser apenas linha. Um lugar onde a parede, o pátio, a sombra ou o intervalo deixam de separar para passar a relacionar.

Quando esta dimensão é ignorada, a casa tende a cair em dois extremos igualmente pobres: ou se encerra sobre si mesma, tratando o exterior como algo a neutralizar; ou se expõe de forma indiferenciada, esvaziando a intimidade. Em ambos os casos, a continuidade deixa de se construir.

A questão não é, portanto, escolher entre abrir ou fechar. A questão é desenhar o modo como interior e exterior passam a existir um através do outro.

É nesse ponto que a arquitetura passa a operar como espelho: o que está fora infiltra-se no projeto, e o que se constrói no interior devolve ao sítio uma leitura transformada. Não por intenção, mas porque já não podem excluir-se.

Este modo de relação não se organiza a partir de lugares, mas de uma postura perante o limite. Um modo de compreender que o “fora” se infiltra no “dentro” e que a casa nunca começa depois daquilo que a rodeia.

A esta postura chamo “cá fora”¹³, ponto a partir do qual a relação entre “cá fora” e “lá dentro” adquire densidade conceptual.

“Cá fora”, como no Fondaco¹⁴, a proliferação infinita de reflexos seduz pela vertigem da imagem. É o lugar da exterioridade, onde o mundo se multiplica em aparências — e onde, por isso, tudo parece óbvio. Em Romariz, essa exterioridade manifesta-se nas casas que se alinham sem nunca se tocar verdadeiramente, na repetição quase epidérmica de soluções sem memória e no excesso de fachada que oculta a ausência de interior. “Cá fora” é lugar de aparência: vê-se muito e percebe-se pouco.

“Lá dentro”, porém, ao atravessar o dispositivo de espelhos, a posição do olhar altera-se: o espelho não devolve apenas a imagem, devolve o corpo que olha. É lugar de exame, de perturbação e de reversão. Na instalação veneziana, entrar no interior significava ser desestabilizado: os reflexos devolviam-nos a caminhar na direção oposta, mostravam-nos fragmentados, deslocados, estranhamente coerentes e incoerentes. Também a casa opera esta inversão: no interior, os gestos mais íntimos revelam aquilo que a fachada tende a silenciar. A casa funciona, assim, como um espelho que devolve ao habitante aquilo que não vê de si — hábitos, resistências, modos de circular e de estar.

13. O termo “cá fora” é aqui mobilizado em diálogo com a noção desenvolvida por Eduardo Souto de Moura em *Cá Fora: Arquitectura Desassossegada* (2008), sendo reinterpretado no contexto específico deste trabalho.

14. O termo “Fondaco” refere-se à instalação apresentada por Eduardo Souto de Moura na exposição *Cá Fora: Arquitectura Desassossegada* (2008), onde o dispositivo de espelhos é utilizado como instrumento conceptual para explorar a relação entre interior e exterior, imagem e percepção.

“Cá fora” corresponde ao domínio da aparência construída — ao campo onde o contexto, as casas vizinhas, a repetição das soluções e a banalidade aparente organizam a paisagem construída. “Lá dentro”, porém, o olhar inverte-se: deixa de observar e passa a ser implicado. É o espaço doméstico propriamente dito, onde o habitante se confronta com o próprio corpo, com gestos mínimos, hábitos e rotinas. “Cá fora” vemos aparência; “lá dentro” somos vistos pela casa.

O “fora” que interessa à arquitetura não descreve apenas uma geografia, nem um sentimento identitário ou uma nostalgia difusa. É o “fora” que nos afeta — o que altera o modo como vemos, habitamos e projetamos. Em última instância, o “fora” que acontece aqui: imediato, inevitável, inscrito nas próprias condições do lugar.

É neste sentido que o “cá fora” deixa de designar um exterior físico e passa a nomear a condição através da qual o lugar atravessa o projeto desde o início. Introduce um deslocamento do próprio sentido de exterior: um “fora” que passa a constituir condição ativa do projeto e afirma uma arquitetura onde interior e exterior deixam de funcionar como termos estáveis e passam a existir em implicação contínua.

Neste entendimento, o exterior deixa de operar como fundo e passa a constituir uma condição interpretativa. Regressa ao interior sob a forma de imagem, memória, expectativa. Do mesmo modo, o interior devolve ao exterior uma leitura transformada do lugar.

Por isso, a casa não é uma cápsula isolada, mas um ponto de negociação entre um “cá dentro” doméstico e um “lá fora” que a atravessa. O “fora” não é a rua; é o modo como a rua condiciona o desenho. O “fora” não é o lote; é a relação com o limite. O “fora” não é a banalidade; é a leitura crítica da banalidade. O “fora” é uma força, não um cenário.

O “cá fora” recusa ser entendido como espaço público genérico ou como superfície caricatural onde se colam fachadas paradas no tempo; do mesmo modo, o “cá” recusa ser entendido como mera soma de compartimentos isolados, como se o interior fosse um bastidor silencioso à margem do mundo.

Quando estas duas dimensões se reconhecem, torna-se evidente que não há dualismo entre arquitetura e sítio, recolhimento e abertura, dentro e fora. O que existe é uma continuidade de intensidades, onde cada dimensão se ajusta em função da outra. Forma-se um tecido de relações onde cada decisão espacial reverbera em todo o conjunto.

Entre essas decisões, a implantação ocupa um lugar particular. Não é um gesto neutro: traduz sempre uma determinada ideia de habitar. Antes de ganhar forma geométrica, afirma-se como modo de estar no mundo: como se chega, como se abre, como se recolhe.

O lote não decide por si. Nem se limita a receber. Entre ambos estabelece-se uma relação de pressão e resposta: a ideia de habitar procura forma, e o terreno obriga essa procura a concretizar-se.

Implantar é, assim, escolher onde pousar, onde escavar, onde alinhar, onde recuar. Cada uma destas escolhas constrói uma maneira de tocar o solo e, com ele, uma maneira de estar.

A implantação deixa de ser uma simples operação de ocupação do terreno. Passa a ser consequência direta de uma ideia de habitar. É nesse ponto que o pensamento se converte em gesto – e onde o projeto pode começar.

II. A CASA DOS MEUS PAIS

A encomenda

O ano de 2015 representa, para os meus pais, a possibilidade de concretizar um desejo antigo: a construção de uma casa para a família.

Nesse mesmo ano, surge a oportunidade de comprar um terreno que havia pertencido ao avô paterno do meu pai. Após o seu falecimento, é colocado à venda juntamente com as restantes propriedades da família. Situado no topo da Rua do Sol e conhecido como “As Três Quintas”, o terreno integra um conjunto de três pequenos lotes agrícolas que, durante muitos anos, contribuíram para o sustento familiar. Para além do cultivo de batatas e leguminosas, o terreno era também marcado pela presença de diversas árvores de fruto, favorecidas pela localização e pelas condições naturais do lugar.

Apesar da sua dimensão reduzida, o terreno foi adquirindo uma importância crescente para os meus pais, não apenas pelas características do lugar, mas pela relação afetiva que começaram a construir com ele. A posição que ocupa na paisagem, a vista sobre a envolvente e a tranquilidade do local fizeram com que aquele espaço passasse, pouco a pouco, a representar uma ideia de futuro.

O valor pelo qual o lote se encontrava à venda acabou por tornar essa esperança mais próxima. Depois de um período de ponderação, os meus pais avançam com a proposta e formalizam a compra do terreno a 12 de outubro de 2015, data da escritura.

Entusiasmados, recorrem aos serviços de dois arquitetos e dois engenheiros na tentativa de perceber se seria possível construir a casa que idealizavam. Contudo, rapidamente começam a surgir algumas limitações e condicionantes associadas ao processo.

A intenção inicial passava pela construção faseada da habitação, acompanhando a disponibilidade financeira dos meus pais ao longo do tempo. Evitava-se, assim, o recurso a um novo financiamento bancário, uma vez que já existia um crédito habitação referente ao apartamento onde vivem. A construção avançaria por etapas, de acordo com as capacidades económicas do momento.

No entanto, a existência de prazos legais para a construção – até então desconhecidos pelos próprios – acaba por inviabilizar essa possibilidade.

Abdicar do apartamento onde vivem não era uma opção. Face às limitações, a construção da casa acaba, por isso, por ser adiada.

Os anos passam, até que o meu ingresso na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto reaproxima a família da vontade de construir a casa. Na fase final do meu percurso académico, os meus pais voltam a pôr os papéis na mesa e propõem-me desenvolver o projeto da habitação.

O programa

“O que vocês imaginam para a casa?”:

“Idealizamos uma casa com dois pisos com muitos espaços verdes”

“Quero uma sala grande para estar e jantar com a família e os amigos”

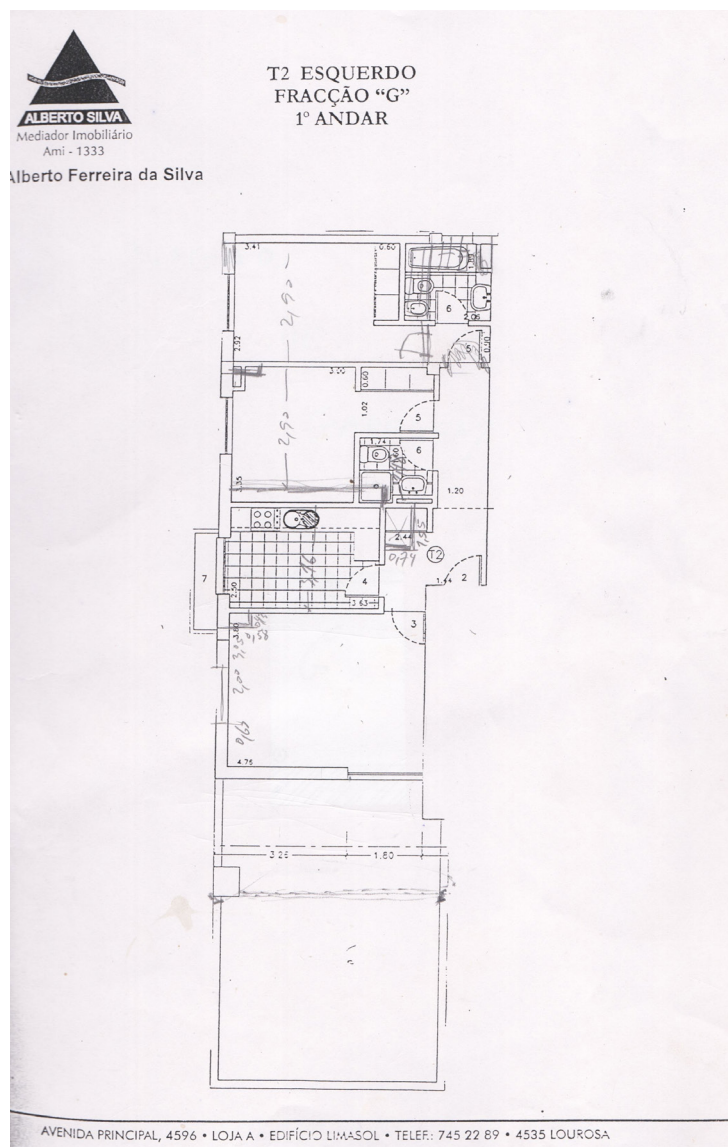
“Quero uma cozinha espaçosa para trabalhar à-vontade”

“Se possível um jardim para a minha horta”

“Quero um espaço que possa receber a família completa em dias de festas”

“Preciso de uma lavandaria com espaço exterior”

“Gostava de uma casa simples, funcional, mas com personalidade e requinte”



80- Planta da habitação atual dos meus pais

A casa ainda existe sobretudo como expectativa. Mas é a partir daqui que começa a ganhar estrutura. Este é o momento de tradução entre vida e espaço.

Este processo não se trata apenas de definir uma lista de compartimentos e áreas. É necessário perceber a forma como os meus pais vivem diariamente. A “casa nova” não surge do zero. Nasce de hábitos já consolidados. Nasce da continuidade entre a vida atual e a casa futura.

Perceber o espaço onde habitam agora torna-se, por isso, um ponto de partida para o projeto. Atualmente, os meus pais ocupam um apartamento e é aqui que as rotinas já existem. A forma como chegam, os percursos que repetem diariamente, os lugares onde permanecem mais tempo ou as relações entre determinadas funções domésticas começam a revelar lógicas a manter, limitações e desejos de transformação.

É nessa tensão que o programa se forma.

Antes de compreender a casa, é importante perceber quem são estas pessoas e como vivem.

Ambos trabalham na mesma padaria. A minha mãe trabalha ao balcão e o meu pai é pasteleiro. Os horários exigentes e desencontrados fazem com que grande parte dos dias se organize entre o trabalho e os momentos de descanso em casa.

A vida doméstica ocupa, por isso, um lugar muito importante no dia a dia de ambos. A cozinha e a sala são os lugares onde passam mais tempo quando regressam a casa.

A minha mãe divide os seus dias entre as tarefas domésticas e a jardinagem. O meu pai divide os seus dias entre a cozinha, onde gosta de cozinhar, e a companhia da minha mãe. Ao fim do dia, acabam frequentemente na sala, diante da televisão, a ver a novela ou um filme, antes de se recolherem ao quarto.

O apartamento não é muito diferente daquilo que imaginam para a nova casa. Dois quartos, cozinha, sala e terraço estruturam de forma simples o modo como vivem. A intenção não passa por romper totalmente com esta lógica doméstica, mas antes por lhe dar maior conforto, espaço e qualidade.

A necessidade de espaço para arrumação aparece constantemente nas conversas sobre a nova casa. No apartamento, a falta de lugar para guardar tudo é uma dificuldade diária. A casa de banho de serviço acaba mesmo por ser convertida em despensa e, ainda assim, continua a faltar capacidade para acomodar tudo aquilo que a vida quotidiana inevitavelmente acumula. Nos quartos, os armários são insuficientes e a necessidade de arrumação começa a espalhar-se pela casa.

Mais do que uma questão funcional, esta limitação interfere diretamente no conforto dos meus pais. A possibilidade de existir uma despensa, armários mais generosos e espaços capazes de acolher aquilo que hoje permanece disperso pela casa começa a definir algumas das necessidades do programa.

A cozinha ocupa um lugar central na organização do apartamento. É provavelmente o espaço mais vivido da casa. Cozinha-se, come-se, conversa-se, lava-se e estende-se a roupa.

A acumulação destas funções torna-a muito sobrecarregada, mas revela também o papel central que ocupa na organização do quotidiano. A proximidade entre cozinha, lavandaria e exterior é, por isso, uma relação crucial para o projeto. Os meus pais querem que a cozinha continue a ser o centro da casa, mas procuram que cada espaço consiga finalmente responder apenas à função que lhe pertence.

A minha mãe gosta de cuidar das plantas e sente constantemente a dificuldade de viver num apartamento onde o espaço exterior é limitado. Os vasos acumulam-se no terraço e o lugar disponível nunca é suficiente para aquilo que gostariam de ter. A possibilidade de uma horta, de espaços verdes e de lugares onde seja possível estar no exterior passa gradualmente a integrar a imagem que constroem para a futura casa.

A sala prolonga-se diretamente para o terraço, criando uma relação muito natural entre interior e exterior que se torna importante manter. Apesar das dimensões reduzidas da habitação, a vista sobre Romariz faz parte da experiência quotidiana e da relação afetiva que mantêm com o lugar. Permanecer no terraço ao fim do dia, observar a paisagem ou acompanhar a vida da aldeia são pequenos gestos que fazem parte da forma como vivem diariamente.

É na zona interior do terraço que acontecem os aniversários, os jantares de família e os momentos de maior convívio. A relação direta com o exterior prolonga naturalmente estes encontros para aqui, mas à medida que a família cresce deixa de conseguir acolher todos com conforto.

Quando a casa se enche, os limites entre o convívio e a zona privada da habitação tornam-se demasiado frágeis. A casa de banho localiza-se junto aos quartos e o acesso acaba obrigatoriamente por atravessar esse corredor. Esta exposição incomoda-os. Procuram uma casa capaz de acolher a família sem dissolver os limites da vida privada.

Apesar das limitações do apartamento, existem qualidades espaciais que os meus pais não querem perder. A posição central da cozinha estabelece uma relação rápida e direta com as restantes divisões. Os percursos são curtos e práticos. A proximidade entre os diferentes espaços faz com que tudo funcione de forma simples.

Querem uma casa próxima daquela onde vivem agora, mas mais ampla, tranquila e confortável. O conforto, para os meus pais, está na possibilidade de a casa responder às rotinas diárias sem esforço ou tensão, onde cada espaço encontra o seu lugar sem perder a proximidade natural entre as diferentes funções do quotidiano.

No entanto, o programa não se constrói apenas a partir das relações e dos modos de habitar. Existe também a necessidade de traduzir estas intenções numa primeira definição concreta de compartimentos, áreas e dimensões.

Esta aproximação inicial permite estabelecer uma base para o projeto e perceber de que forma cada espaço começa a ganhar proporção, relação e hierarquia dentro da casa.

Estabeleço uma primeira definição programática da habitação:

Cozinha – 20 m²

Despensa – 5 m²

Lavandaria – 7 m²

Sala de jantar/estar - 50 m² + varanda 12,5 m²

WC social - 4 m²

Quarto suite - 18 m²

Casa de banho suite - 7,5 m²

Closet suite - 10 m²

Quarto secundário - 15 m²

Casa de banho apoio ao quarto - 6 m²

Garagem- 40 m²

185 m² úteis | 200 m² área bruta

Entre o cliente e o arquiteto

O projeto não é a imposição do arquiteto nem a submissão ao cliente — é um campo de negociação onde a arquitetura se constrói. O diálogo entre expectativas familiares e visão profissional exige negociações, ajustes e escolhas conscientes. Há confrontos de vontade, pontos de concordância e reajustes contínuos. Projetar implica navegar entre diferentes formas de imaginar a casa, entre aquilo que o cliente deseja e aquilo que o arquiteto acredita ser necessário ao projeto.

O meu trabalho consiste em transformar um desejo familiar em arquitetura, confrontando-o a partir da leitura disciplinar do lugar, do programa e dos modos de habitar. Enquanto filha, reconheço intuitivamente os hábitos, os ritmos e as necessidades dos meus pais; enquanto arquiteta, preciso de os interrogar criticamente, reorganizá-los e transformá-los em espaço. É nessa sobreposição — entre proximidade afetiva e distanciamento disciplinar — que surge parte do desassossego inerente ao processo.

Há várias vozes envolvidas — e elas nem sempre coincidem. Existe o meu olhar disciplinar, informado por referências, leituras e método. Existe o olhar dos meus pais, não teórico, mas profundamente enraizado na experiência quotidiana, nos desejos e nas imagens construídas sobre aquilo que uma casa deve ser. Existe ainda o lugar — a topografia, o loteamento, a arquitetura corrente de Romariz — que impõe resistências e condições ao desenho. Nenhuma destas vozes é mais autêntica do que as outras. O projeto existe nesse equilíbrio instável entre elas.

O desassossego não está no projeto, mas no ato de projetar. A inquietação faz parte da matéria do projeto. É essa tensão que impede o projeto de se tornar mecânico. Uma arquitetura dialogante reconhece que as dificuldades não são exteriores ao processo, mas parte integrante dele.

Pensar a casa implicava antecipar o envelhecimento, as limitações físicas futuras ou mesmo situações inesperadas de incapacidade. Propus, por isso, a introdução de um elevador. A intenção era deixar previsto um espaço para a sua eventual instalação futura.

A reação dos meus pais foi imediata. A ideia de ter um elevador numa habitação parecia-lhes excessiva, quase absurda. *“Isso é coisa de ricos”, “não quero nada disso em casa”* foram respostas imediatas à proposta. A resistência não surgiu da inutilidade funcional da solução, mas daquilo que o elevador representava. Foi entendido como algo distante da ideia de uma casa “normal”, incompatível com a forma como imaginavam o habitar doméstico. Percebi que os desejos associados à casa ultrapassavam necessidades estritamente funcionais. Eram construídos por referências culturais, imagens acumuladas e ideias prévias do que uma casa deve — ou não deve — ser.

Os meus pais queriam uma casa fortemente protegida da rua, marcada por muros altos e por um controlo quase absoluto da privacidade. “*Não quero que ninguém veja para a minha casa*” foi uma das primeiras condições colocadas nas conversas sobre o projeto. Existia a necessidade de garantir que o espaço doméstico permanecia inacessível ao olhar exterior, completamente resguardado da exposição e da proximidade imposta por tantos anos de vida em apartamento.

Enquanto arquiteta, essa ideia inquietava-me. Encerrar demasiado a casa parecia limitar a sua abertura à luz e ao lugar. Mas ao mesmo tempo compreendia profundamente a origem desse desejo. Não era apenas uma questão formal; existia uma necessidade real de intimidade, silêncio e controlo sobre o espaço doméstico. Negociar continuamente os limites dessa privacidade significou perguntar: como garantir proteção sem encerrar completamente a casa?

Havia, no entanto, uma outra imagem da casa. Os meus pais queriam uma sala amplamente aberta sobre a paisagem, marcada por grandes superfícies envidraçadas. Essa ideia aparecia associada a uma certa imagem contemporânea da casa — aquilo que os meus pais reconheciam como “*as casas de agora*”. Entre a necessidade de resguardo, os muros altos e a vontade simultânea de abertura, começou a desenhar-se uma contradição particularmente interessante: como conciliar o desejo de proteção com a vontade simultânea de abertura e exposição?

Apesar destas tensões, o conflito nunca foi verdadeiramente irreconciliável. Existiu uma relação de grande confiança. Os meus pais deram-me desde o início liberdade para questionar, propor e reorganizar muitas das ideias iniciais. O diálogo aconteceu quase sempre num terreno de escuta mútua, onde as diferenças raramente anulavam a possibilidade de entendimento. A proximidade que existe entre nós tornou esse entendimento mais natural.

Poucos exercícios expõem tanto o arquiteto. Nenhum projeto é totalmente impessoal; quem projeta deixa um pouco da sua forma de olhar, compreender e imaginar o mundo. Mas, normalmente, existe uma distância que permite separar quem projeta de quem habita. Neste caso, essa distância colapsa parcialmente. Os hábitos que observo são também os hábitos dentro dos quais cresci; a ideia de conforto que interrogo também me formou. A casa que projeto nasce da mesma experiência doméstica que, em parte, construiu o meu olhar sobre o habitar.

A impossibilidade de separar totalmente o olhar da arquiteta da memória da filha transforma inevitavelmente o próprio ato de projetar. A arquitetura deixa de acontecer apenas entre cliente e arquiteto; passa também a construir-se no confronto contínuo entre experiência vivida e pensamento disciplinar. Projetar esta casa significa transformar em arquitetura uma realidade que, de muitas formas, sempre me pertenceu.

A ideia de projeto

Projetar a casa dos meus pais implica reconhecer, desde o início, que estou a intervir num lugar onde a vida já existe — onde o tempo passa, o corpo envelhece e os gestos quotidianos estruturam o habitar.

Tenho de assumir uma responsabilidade perante o tempo. A casa não pode responder apenas ao presente; tem de ser capaz de acompanhar uma vida que se transforma — com a alteração dos ritmos e com novas necessidades que inevitavelmente surgirão. Deve, por isso, ser durável, mas aberta ao tempo — capaz de acolher variações e diferentes modos de habitar. Deve ser estável, porque é destinada a durar, e flexível, porque a vida que acolhe é inevitavelmente mutável.

Mas essa vida não existe isolada. Constrói-se sempre na relação com aquilo que a rodeia.

É a partir dessa relação que organizo o projeto. O interior define-se como território íntimo, ajustado aos corpos, aos gestos e ao quotidiano dos meus pais. O exterior é Romariz — com a sua morfologia, as suas casas correntes, a sua cultura construtiva e os seus acasos.

A casa não se coloca em rutura com o contexto, mas também não se dissolve nele. Evito tanto a ideia de um abrigo absoluto, desenhado contra o mundo, como a sua diluição numa fluidez indiferenciada, sem consistência. Mas há uma condição que procuro assumir com clareza: a casa aceita ser apenas mais uma casa. Pertence ao conjunto, mas não abdica de construir uma linguagem própria, enraizada na forma como os espaços são pensados, usados e vividos. Opero nesse intervalo exigente, ajustando o interior à vida que acolhe e estabelecendo, simultaneamente, uma relação consciente com o exterior onde se insere.

Conhecer o espaço que estou a criar para o desenhar é, para mim, essencial. Não desenhar os espaços simplesmente pela necessidade de existirem, mas compreender aquilo que precisam de ser antes de lhes dar forma.

O espaço nasce desse conhecimento íntimo da vida que irá acolher. É dessa consciência e sensibilidade perante o uso das coisas que nascem as delimitações, as relações entre os espaços, a forma como se aproximam, se resguardam ou se abrem. As decisões não surgem arbitrariamente; são intencionais e construídas a partir daquilo que cada espaço é chamado a acolher.

Mais do que desenhar uma cozinha ou uma sala, procuro desenhar espaços que já carreguem, mesmo antes de serem construídos, a memória daquilo para que foram pensados.

O projeto desenvolve-se precisamente da tensão entre duas formas distintas de habitar. É essa tensão que organiza a casa e a espacialidade do projeto. A casa constrói-se a partir de duas condições quase opostas de viver o espaço.

O piso inferior aproxima-se de uma condição mais pragmática e contida. É uma construção colada ao terreno, encaixada, quase como um covil feito para três elementos apenas. Um espaço pensado essencialmente para aquilo que é fundamental.

O piso superior responde a uma ambição diferente. Embora responda igualmente às necessidades da casa, procura um maior questionamento da hierarquia dos espaços, da sua própria divisão, daquilo que deve ficar escondido e daquilo que deve ser aberto. Há uma preocupação em construir um espaço com limites ténues – definidos, mas nunca totalmente rígidos.

A elementaridade com que trato o piso superior é intencional. Interessa-me trabalhar um volume onde concentro aquilo que é mais denso, um tampo que cobre e, depois, algumas paredes ou elementos de mobiliário que organizam o espaço e sugerem delimitações.

Existem, no fundo, duas maneiras muito distintas de olhar para a vida. De olhar para a vida num momento de proteção e de recolha; e de olhar para a vida num momento de comunicação com o exterior, comunicar com a luz, de procurar a vista, procurar o olhar.

Um armário, uma lareira, um elemento de mobiliário assumem-se como volumes dentro do espaço. Tornam-se parte indissociável da construção espacial da casa. É o seu posicionamento que define a estrutura interna da casa. Condensam relações, estabelecem transições e definem a forma como a casa é vivida e percorrida. Cada elemento é colocado para produzir uma determinada experiência do espaço. Cada volume controla, delimita, filtra, orienta e enquadra. A linguagem do projeto nasce dessa lógica mais elementar. Os volumes deixam de ser apenas objetos no espaço e passam a estruturar o próprio espaço.

É dessa articulação que resulta o modo como a casa é percorrida.

O olhar torna-se inseparável do movimento. Mais do que mostrar a arquitetura, interessa-me construir o modo como ela é descoberta. Organizo a casa a partir da experiência do percurso. Não entro diretamente no interior, nem me confronto de imediato com o todo. O acesso constrói-se por aproximações sucessivas, onde o que se vê — e o que se esconde — é cuidadosamente determinado.

O trajeto conduz o olhar, orienta o corpo e faz com que a casa se revele progressivamente. Ao longo dele, cada espaço encontra o seu próprio momento de revelação.

À medida que se avança, o exterior deixa de surgir como um pano de fundo neutro e passa a ser enquadrado, selecionado, integrado na experiência doméstica. O interior, por sua vez, não se fecha sobre si mesmo; prolonga-se e devolve ao lugar uma presença transformada.

A casa constrói-se a partir da articulação entre todas estas relações espaciais. A forma é, inevitavelmente, consequência dessa construção do habitar e não uma intenção autónoma do projeto.

Não procuro reproduzir as formas existentes em redor, nem aproximar a casa do lugar através de uma lógica mimética. Copiar não significa integrar.

A horizontalidade da cobertura, a contenção formal da casa ou a própria articulação entre volumes decorrem daquilo que o projeto espacialmente exige. O que me interessa não é aproximar a casa do lugar através da semelhança figurativa, mas construir uma relação capaz de a fazer pertencer ao contexto sem abdicar da lógica própria que a organiza.

Mas, então, o que tem o projeto que ver com a “casa banal”?

A “casa banal” deixou, ao longo deste trabalho, de poder ser reconhecida como um tipo ou como uma forma estável. Aquilo que inicialmente se apresentava como evidência — uma imagem repetida, quase transparente na paisagem — revelou-se, progressivamente, como uma condição mais exigente de compreender, dependente do olhar que a constrói.

O que parecia imediato deixou de ser claro. E o que se tomava por evidente revelou uma espessura que antes passava despercebida.

A banalidade não reside nas casas. Reside no modo como certas soluções, ao repetirem-se, se tornam silenciosas — tão familiares que deixam de ser vistas, de ser questionadas — até se confundirem com o próprio fundo do território.

É aí que aquilo que, num primeiro momento, se apresenta como diferença deixa de surgir como algo exterior. Não por imposição, mas pela forma como se infiltra, se fixa e se naturaliza no território.

Essa incorporação não é imediata nem linear. Desenvolve-se no tempo, acompanhando as transformações culturais, técnicas e sociais que atravessam o habitar. Nesse processo, deixa de ser percebida como tal e passa a integrar o horizonte a partir do qual o comum se torna legível.

É nesse intervalo — onde o que ainda é reconhecido como distinto começa já a funcionar como referência — que o projeto se posiciona.

À primeira leitura, a casa distingue-se claramente das construções que a rodeiam. Não partilha a sua linguagem formal nem prolonga diretamente a sua imagem, podendo, por isso, ser entendida como uma exceção no contexto imediato em que se insere.

No entanto, essa interpretação revela-se limitada. O que está em causa não é a repetição de formas, mas a continuidade de um processo.

O que a casa evidencia não a coloca fora da banalidade; torna visíveis lógicas do habitar que, nas construções correntes, surgem de forma dispersa e raramente são assumidas como matéria consciente de projeto.

É nesse ponto que o projeto intervém. Não introduz novos elementos; opera sobre as relações que os estruturam. Identifica as suas lógicas e trabalha a partir delas, não para as reproduzir, mas para as reconfigurar. A diferença não reside nos elementos que a casa incorpora, mas no modo como se articulam e ganham coerência.

A banalidade nunca foi ausência de intenção. Muito pelo contrário. A banalidade é precisamente o momento em que a arquitetura deixa de procurar justificar-se pela exceção formal e passa a enraizar-se na vida comum.

É nesse sentido que reconheço o meu projeto no interior da banalidade.

A minha casa nasce do mesmo princípio que estrutura as “casas banais”. Nasce da relação íntima com a vida quotidiana, da adaptação dos espaços aos usos, aos ritmos e às necessidades concretas de quem a habita. A sua lógica não emerge de uma imagem arquitetónica prévia nem da procura de gestos formais autónomos, mas da tentativa de aproximar a arquitetura da vida comum e das relações domésticas que a estruturam.

Aquilo que torna uma “casa banal” não é a ausência de pensamento, mas a proximidade entre arquitetura e vida.

Também aqui se cruzam referências, influências e interpretações do habitar que decorrem de um contexto cultural e de uma condição contemporânea específica. O projeto não surge isolado — inscreve-se numa rede de continuidades que redefine aquilo que é possível e desejável construir.

Responde, igualmente, às exigências fundamentais do habitar: organiza os mesmos domínios — social, privado, técnico — acolhe práticas reconhecíveis e estrutura-se a partir de necessidades partilhadas. No entanto, aquilo que na construção corrente surge como acumulação progressiva, adaptação fragmentada ou resposta contingente é aqui antecipado, clarificado e integrado num todo coerente.

Neste sentido, a banalidade não desaparece — transforma-se. Deixa de ser apenas um resultado inconsciente da repetição e passa a constituir matéria ativa de projeto. O que antes ope-

rava de forma implícita torna-se objeto de decisão; o que resultava de processos acumulativos é aqui reenquadrado através de uma intenção clara.

Não se trata de corrigir o banal, nem de o substituir. Trata-se de o tornar operável — de o inscrever no campo consciente da arquitetura, onde pode ser lido, transformado e devolvido ao território sob a forma de uma nova possibilidade.

Todas as casas partilham o mesmo programa; o que as distingue é a forma como este se articula e a qualidade das relações que estabelece — relações que constroem um modo de habitar.

Assim, a casa não se posiciona fora da banalidade, mas no interior do seu processo de transformação. Aquilo que hoje surge como variação não constitui uma exceção isolada, mas um momento em que o próprio campo do banal se encontra em permanente redefinição, atravessado por novas condições, novas referências e novas possibilidades.

O projeto constitui, por isso, uma hipótese construída a partir do lugar, das práticas e das tensões que o atravessam. Não procura fixar uma verdade única, mas abrir um campo de possibilidades onde o habitar se possa inscrever ao longo do tempo, permitindo que a arquitetura emerga da inteligência sensível com que enquadro aquilo que tenho diante de mim.

Compreender o banal implica aprender a reconhecer aquilo que normalmente permanece invisível na experiência quotidiana do habitar.

O projeto não nasce apenas da realidade do território — nasce da forma como essa realidade é lida. O banal nunca se revelou de forma imediata nas coisas; esteve sempre na forma como aprendemos a olhar para elas.

Essa abertura implica reconhecer uma condição fundamental: não há neutralidade possível — toda a arquitetura é subjetiva porque toda a percepção é construída.

Por isso, ao questionar a “casa banal”, torna-se necessário aceitar uma premissa: a banalidade não existe em si — existe no olhar que a vê. Há banalidades que contêm enorme dignidade. Há exceções que são apenas exuberância vazia.

A casa deixa de ser apenas um objeto isolado. Torna-se parte de uma continuidade mais vasta — pela forma como incorpora, transforma e devolve ao território as condições que o produziram.

A partir daí, o projeto torna-se, inevitavelmente, uma tomada de consciência sobre o modo como foi construído.

O meu projeto não é apenas sobre desenhar uma casa; é sobre aprender a ver: ver o banal com cuidado, ver a paisagem como um campo de relações em transformação, ver o projeto como uma multiplicidade de posições possíveis.

Assim, afirma-se, no interior da própria banalidade — quando esta deixa de ser apenas reconhecida e passa a ser interrogada. Não se trata de procurar certezas formais, nem de confirmar modelos pré-existentes — trata-se de assumir que a arquitetura nasce de um estado de desassossego, de uma atenção vigilante ao que parece banal, ao que está à superfície, ao que se apresenta com demasiada evidência.

É no deslocamento do olhar sobre o banal que o meu projeto encontra o seu lugar.

Uma explicação



81 - Planta limites | Escala 1:500

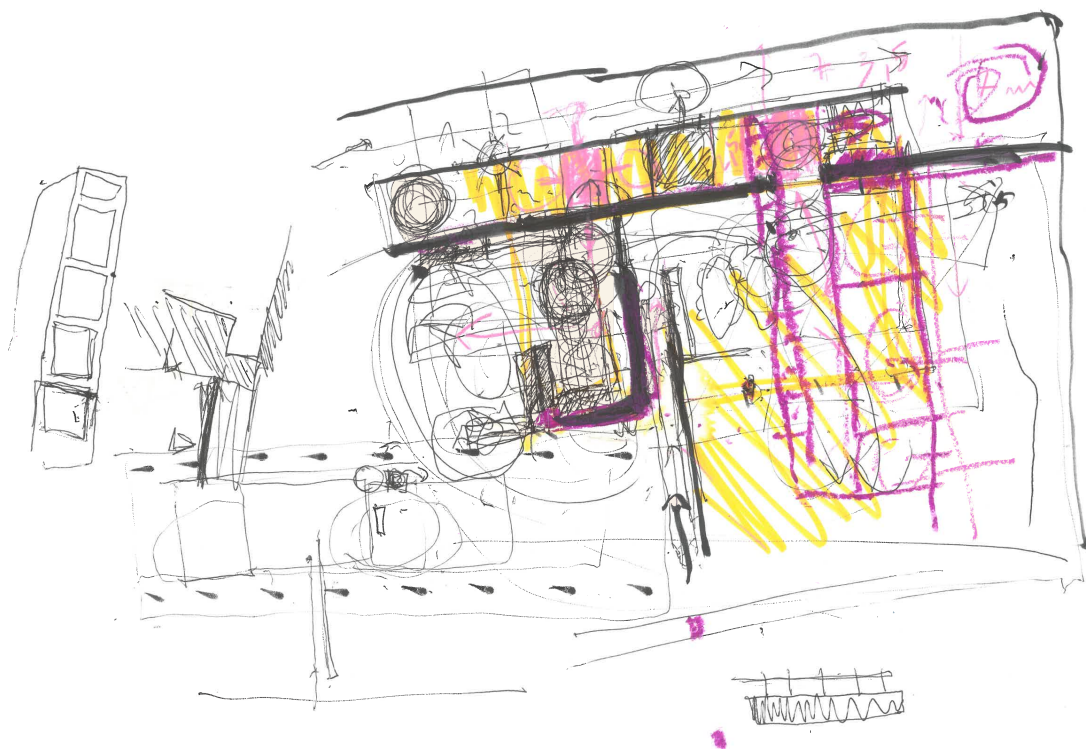
A área de implantação da casa não depende apenas da leitura do terreno, mas da sobreposição de um conjunto de condicionantes definidas pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Santa Maria da Feira.

Inserido em “Espaços Residenciais de Nível II”, o lote está sujeito a dois parâmetros concretos: um índice máximo de utilização do solo de 0,90 e um índice de ocupação que não pode exceder 70% da área total do prédio.

A estes somam-se afastamentos obrigatórios que enquadram a construção. Aos limites laterais impõe-se uma distância mínima de 3 metros. Em relação às vias, os afastamentos são medidos a partir do eixo: 9 metros para a Rua do Sol, enquanto via distribuidora local, e 8 metros para a Travessa da Rua do Sol, classificada como via de acesso local. Estas distâncias incorporam a estrutura do perfil viário — faixa de rodagem, passeio e zona de proteção — e definem o limite edificável.

Mais do que um enquadramento administrativo, este conjunto de regras atua como uma condição inerente ao ato de projetar. Traduz uma geometria invisível que estrutura o terreno antes de qualquer gesto projetual e desenha, desde o início, o campo dentro do qual o projeto pode acontecer.

A casa não se implanta, portanto, sobre um terreno neutro, mas no interior dessa geometria pré-definida. É a partir dela — das suas tensões, dos seus limites e das suas possibilidades — que o projeto começa a construir a sua própria lógica.



82- O primeiro esquisso

O primeiro esboço da casa já continha muitas das ideias que permaneceram até à versão final do projeto. Ainda assim, a forma como essas relações eram construídas era diferente. Grande parte do processo passou precisamente por perceber o que deveria permanecer, transformar-se ou desaparecer.

Desde o início, a casa organizava-se em dois pisos. O superior concentrava os espaços sociais e técnicos; o inferior, os quartos e a garagem.

Tornou-se importante separar diferentes formas de chegada à casa. Havia a percepção de que a entrada quotidiana dos meus pais não deveria coincidir necessariamente com o momento de receber visitas. Assim, a entrada principal localizava-se na Rua do Sol, enquanto um segundo acesso, mais técnico, se desenvolvia a partir da Travessa da Rua do Sol.

Este acesso técnico, a norte, assumia um papel estruturante na organização inicial da casa. A proposta consistia na criação de uma “segunda rua” que acompanhava o limite do lote e conduzia o automóvel até diferentes cotas da habitação. O percurso permitia aproximar o carro da cozinha e da despensa antes de descer até à garagem.

Esta solução surgia diretamente da observação do quotidiano dos meus pais e da forte dependência do automóvel nesta realidade territorial. Aqui, quase todas as deslocações acontecem de carro: ir trabalhar, fazer compras ou resolver tarefas diárias implica constantemente entrar e sair da habitação através dele. Numa primeira fase, essa condição começou por estruturar o projeto.

Progressivamente, percebi que esta lógica introduzia uma artificialidade desnecessária no terreno. O percurso obrigava o automóvel a subir para depois voltar a descer até à garagem, consumindo grande parte do espaço exterior apenas para circulação automóvel. O projeto começava a gravitar excessivamente em torno de uma única função, reduzindo a possibilidade de usos mais amplos e flexíveis para o exterior da casa.

Apesar das sucessivas alterações do projeto, a entrada principal manteve-se sempre associada à Rua do Sol. Era por aí que a casa se mostrava à rua e recebia quem vinha de fora. A chegada das visitas não deveria coincidir com os percursos mais correntes da vida doméstica, mas construir um momento próprio de aproximação à casa. Interessava-me que essa entrada acontecesse de forma mais lenta e controlada, permitindo que a casa se revelasse progressivamente e preservando, ao mesmo tempo, a intimidade do interior.

Paralelamente, consolidou-se a ideia de concentrar os espaços técnicos num volume próprio. A lavandaria, a despensa, a casa das máquinas, as instalações sanitárias e as escadas passavam a integrar um núcleo compacto, delimitado por paredes contínuas que definiam a organização espacial da casa.

Este volume assumia simultaneamente uma função espacial e construtiva. Para além de organizar internamente o projeto, permitia também proteger a habitação da proximidade da construção vizinha e responder à contenção de terras associada à topografia do lote. Aos poucos, tornou-se um dos principais elementos estruturadores do projeto.

Todavia, esta solução produzia algumas limitações. O espaço exterior norte começou a funcionar como um canal de serviço, demasiado condicionado pela presença deste núcleo técnico e pelos percursos associados ao automóvel. Mesmo a entrada quotidiana utilizada pelos meus pais surgia exposta e desabrigada, revelando que a relação entre acessos, espaços técnicos e exterior permaneciam ainda por resolver.

Os meus pais manifestavam desde o início o desejo de manter a cozinha e a sala claramente separadas. A cozinha deveria preservar uma dimensão mais doméstica, enquanto a sala se assumiria como o espaço aberto da casa, totalmente envidraçado.

No entanto, interessava-me que essa divisão não significasse um corte absoluto entre ambos os espaços. O projeto foi-se desenvolvendo na tentativa de equilibrar duas condições opostas: preservar a autonomia de cada espaço sem perder a continuidade entre ambos. Procurava uma separação capaz de preservar a intimidade de cada ambiente sem impedir a continuidade visual e espacial da casa.

Mais do que atribuir uma única função a cada divisão, interessava-me que os espaços pudessem acolher diferentes formas de uso. A cozinha não deveria servir apenas para cozinhar, mas também para permanecer, comer e conviver quotidianamente. Da mesma forma, também a sala era pensada para acolher diferentes formas de estar, sem se reduzir a uma função única.

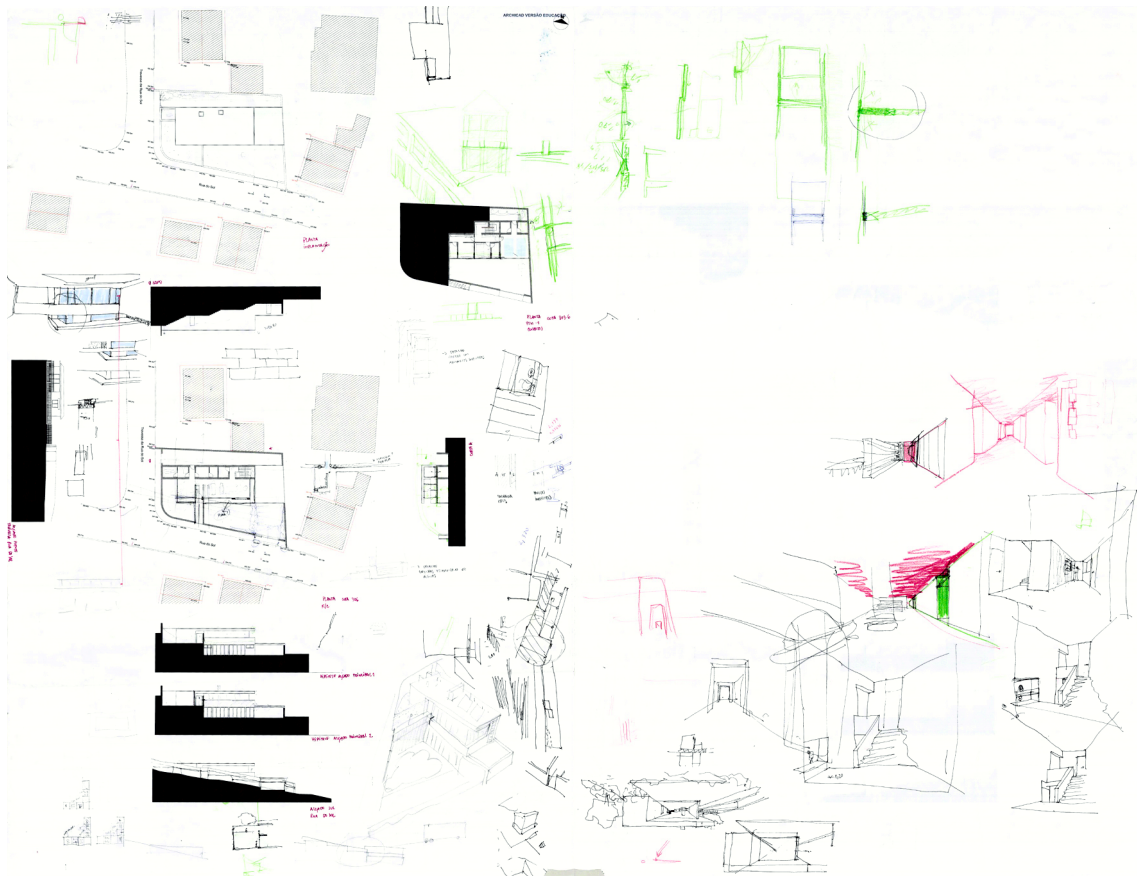
Simultaneamente, existia a intenção de aproximar cada espaço do seu próprio exterior. A cozinha relacionava-se com um jardim ligado às rotinas do dia a dia e aos espaços de serviço, enquanto a sala, nas primeiras versões do projeto, prolongava-se através de uma varanda a nascente.

Neste momento do projeto, o piso inferior desenvolvia-se perpendicularmente à Rua do Sol, avançando em direção ao limite nascente do terreno. Essa implantação fazia com que o exterior da sala se desenvolvesse entre a varanda voltada à paisagem e um pátio diretamente exposto à rua. A zona social permanecia excessivamente exposta, sem uma mediação suficientemente clara entre a intimidade da casa e a proximidade da rua.

No entanto, esta organização dos quartos começou rapidamente a revelar algumas fragilidades. A relação entre os diferentes espaços exteriores mantinha-se pouco articulada e o jardim associado aos quartos não possuía um acesso claro para manutenção e cuidado do espaço exterior. Ao mesmo tempo, a disposição dos compartimentos impedia a ventilação transversal e fazia com que a ligação entre os dois pisos dependesse exclusivamente da escada interior.

Foi também neste momento que comecei a perceber que o projeto se encontrava ainda demasiado distante da rotina concreta dos meus pais. Tornou-se necessário parar e observar com mais atenção os gestos mais correntes: como chegavam à casa, onde pousavam as chaves, qual o primeiro espaço que procuravam ao entrar ou o percurso que faziam antes de sair novamente.

Essa reflexão evidenciou que muitas das decisões iniciais estavam ainda a ser construídas a partir de uma lógica demasiado abstrata do habitar. A relação entre entrada, garagem e espaços privados da casa precisava de ser repensada a partir dos ritmos e das rotinas reais do casal.



83- Estudos e transformações da casa

A observação dessas rotinas alterou a forma como a casa era organizada. Percebi que a chegada quotidiana dos meus pais não se relacionava prioritariamente com a cozinha ou com os espaços técnicos, mas com uma sequência muito mais próxima da zona privada da casa. Chegar, pousar as chaves, mudar de roupa e só depois iniciar o resto das tarefas do dia constitui um percurso repetido diariamente, profundamente enraizado na forma como habitam.

A relação entre quartos, hall de entrada e automóvel passou, assim, a ganhar uma importância determinante no desenvolvimento do projeto. A garagem começou a integrar diretamente a construção da rotina doméstica.

Por isso, deslocou-se para a cota inferior do terreno, articulando-se diretamente com os quartos e com o espaço de chegada – uma decisão que permaneceu até à versão final do projeto. Esta alteração simplificou os percursos diários e libertou o exterior norte da excessiva dependência da circulação automóvel.

Consequentemente, a alteração da posição da garagem implicou a mudança do piso dos quartos. Percebi que a casa ganhava maior coerência quando ambos os pisos se aproximavam da mesma direção longitudinal. Interessava-me reforçar a horizontalidade da implantação e construir uma continuidade mais clara entre os diferentes momentos da casa.

O avanço perpendicular do piso inferior interrompia essa intenção. A casa fragmentava-se e a relação entre os dois pisos tornava-se demasiado abrupta, tanto na organização funcional como na leitura do próprio volume construído. Ao rodar os quartos e aproximá-los da direção do piso superior, a implantação começou a estabilizar-se e a horizontalidade passou a assumir um papel mais claro na organização da casa.

Essa alteração refletiu-se igualmente na construção dos espaços exteriores da sala. A partir deste momento, o espaço social passou a prolongar-se através de duas varandas: uma voltada à Rua do Sol e outra orientada para a paisagem a nascente.

A partir daqui, tornou-se importante estudar a profundidade e a proporção de cada uma destas varandas. Inicialmente, ambas apresentavam dimensões semelhantes. No entanto, comecei progressivamente a perceber que a relação da sala com cada um destes exteriores exigia condições diferentes. A varanda voltada à rua procurava maior proteção e resguardo, enquanto a varanda orientada à paisagem admitia uma abertura mais ampla sobre o horizonte. A diferença entre ambas começou, assim, a refletir-se na forma como a sala se relacionava com o exterior e na própria leitura horizontal da casa.

Também a relação dos quartos com o jardim alterou-se. Ao voltarem-se para a Rua do Sol, os quartos deixaram de se relacionar diretamente com o limite nascente do terreno e passaram a organizar o espaço exterior de forma mais clara. Os percursos tornaram-se mais naturais, os espaços verdes adquiriram maior utilidade e a relação entre habitação, topografia e vegetação atingiu finalmente maior estabilidade e coerência.

Apesar da reformulação da garagem e da reorganização da implantação, a intenção de manter um acesso secundário a norte não desapareceu completamente. A relação entre cozinha, despensa, espaços técnicos e exterior continuava a revelar-se importante no funcionamento quotidiano da casa.

No lugar da antiga “segunda rua”, o acesso reorganizou-se num percurso exterior em escadas. O acesso deixava de conduzir o automóvel até à cozinha, mas mantinha a possibilidade de atravessar o lote entre a Travessa da Rua do Sol e os espaços técnicos da casa.

Isto permitia preservar parte da lógica inicial do projeto sem submeter o espaço exterior à presença constante do automóvel. O percurso entre a Travessa e a cozinha mantinha-se possível, mas passava agora a acontecer de forma mais lenta e integrada no próprio desenho exterior da casa.

Consolidavam-se, assim, três formas distintas de entrar na casa: a entrada principal associada às visitas, o acesso quotidiano articulado com a garagem e os quartos, e este novo percurso secundário ligado à cozinha e aos espaços técnicos. Cada um destes acessos construía uma experiência diferente de aproximação à casa.

À medida que a organização da casa se estabilizava, foi fundamental pensar a forma como ela poderia ser habitada ao longo do tempo.

A organização vertical da casa levantou uma nova questão: a forma como os meus pais poderiam continuar a habitá-la perante uma futura limitação. Tornou-se inevitável pensar a forma como ela poderia acompanhar o envelhecimento dos seus habitantes.

A existência de todos os quartos no piso inferior fazia depender o quotidiano da utilização permanente da escada. A questão já não dizia apenas respeito à organização funcional da casa, mas à forma como a própria habitação poderia adaptar-se à transformação dos corpos sem perder a lógica espacial que vinha progressivamente a construir.

A possibilidade de integrar um elevador foi então considerada. Interessava-me que essa hipótese pudesse ficar prevista no projeto desde o início, mesmo que nunca viesse a ser concretizada. O espaço poderia inicialmente responder a outro uso, mantendo prevista a possibilidade de, no futuro, receber um elevador caso essa necessidade surgisse.

No entanto, esta solução acabou por não avançar devido à recusa dos meus pais. Em alternativa, as escadas foram redesenhadas de forma a permitir, no futuro, a introdução de uma cadeira elevatória. Mesmo não oferecendo a mesma flexibilidade, esta solução procura garantir que a casa continue a adaptar-se às transformações inevitáveis da vida quotidiana.

Paralelamente às transformações da implantação, o desenvolvimento do alçado principal assumia uma importância crescente no projeto. Cativava-me perceber de que forma a casa se apresentava à rua e como os diferentes momentos da fachada poderiam construir distintas relações entre abertura, profundidade e resguardo.

Desde o início, os meus pais manifestavam o desejo de uma sala amplamente envidraçada e aberta ao exterior. No entanto, à medida que o projeto se desenvolvia, comecei a questionar se a transparência total seria realmente a condição mais adequada para este espaço. A discussão deixou então de passar apenas pela dimensão dos envidraçados e começou a centrar-se naquilo que cada abertura deveria construir dentro da casa: que momentos deveriam abrir-se completamente, quais exigiam maior contenção e de que forma essas diferentes situações poderiam coexistir na mesma fachada.

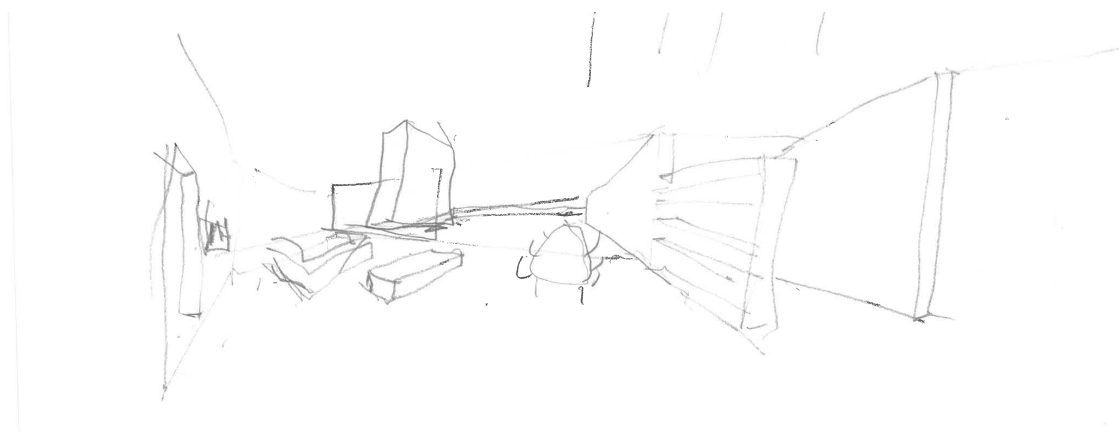
O estudo do alçado passou assim a desenvolver-se através do ritmo, da proporção e da relação entre os diferentes vãos. Nem todas as aberturas deveriam necessariamente partilhar a mesma largura ou a mesma lógica; a fachada deveria revelar as diferenças existentes entre os vários momentos da habitação. Também a relação entre o piso superior e o piso inferior começou a ser trabalhada com maior cuidado. A presença do vidro no piso inferior permitia simultaneamente abrir a casa ao jardim e reforçar a continuidade entre ambos os pisos da fachada.

Também as casas de banho começaram a levantar dúvidas semelhantes. O desenho dos vãos foi sendo continuamente ajustado e discutido com os meus pais: perceber até que ponto o vidro deveria prolongar-se integralmente em altura ou assumir uma presença mais parcial e resguardada. A relação entre abertura, conforto e privacidade deixava assim de admitir uma solução única.

Ao mesmo tempo, a relação entre os vãos da sala e a parede dos espaços de serviço começou a ganhar maior definição no projeto. Existia desde cedo a vontade de prolongar as portas até à altura total do pé-direito. No entanto, tornou-se importante estudar se as aberturas associadas à despensa, à lavandaria e às escadas deveriam seguir essa mesma lógica ou manter parede acima das portas. A presença ou ausência desse cheio alterava diretamente a leitura da sala, a profundidade do espaço e a continuidade deste plano no interior da casa. Pequenas alterações na altura das aberturas, na dimensão dos cheios ou na proporção entre parede e vidro modificavam significativamente o conforto e a atmosfera do espaço.

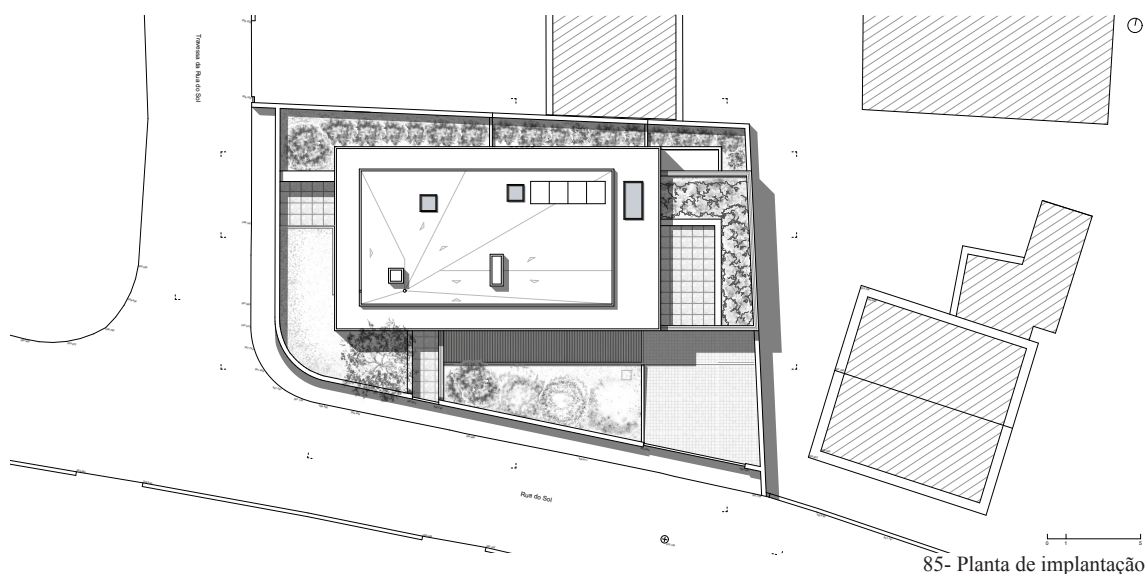
Também no alçado nascente começaram a surgir dúvidas semelhantes. A possibilidade de introduzir uma janela no momento de descida das escadas nascia da vontade de manter a presença do horizonte ao longo do percurso interior. Aos poucos, porém, fui percebendo que a relação com a paisagem dependia não apenas da abertura contínua ao exterior, mas também da forma como determinados momentos eram preservados, contidos ou revelados ao longo do percurso.

A partir daqui, a casa começa a adquirir a sua configuração final.



84- Estudo do espaço da sala

Proposta de intervenção arquitetônica



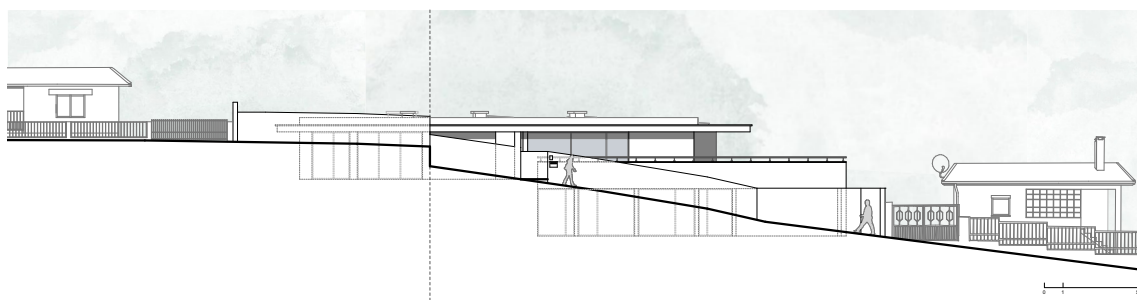
85- Planta de implantação

Na Travessa da Rua do Sol, a casa esconde-se. Só ao descer a rua a sua presença começa a surgir entre os muros. Primeiro lê-se um plano horizontal. Depois a casa começa a revelar os espaços que existem para lá deles. Nunca inteira. Nunca de uma só vez.

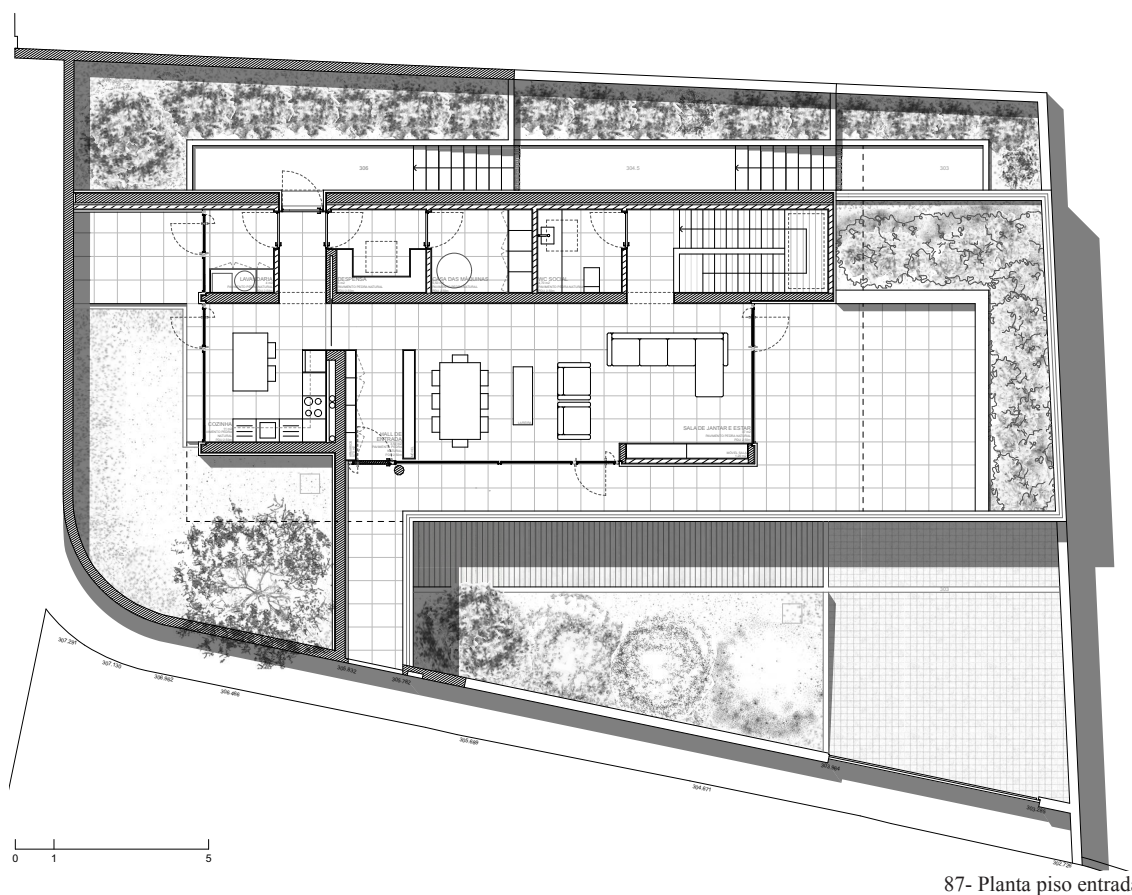
Os muros acompanham essa descida. Contêm a casa sem a fechar completamente sobre si mesma. Protegem o interior do olhar de quem passa e da proximidade das construções vizinhas, permitindo a privacidade necessária ao cotidiano da casa. Entre os limites construídos, a vegetação surge, a luz filtra-se e o exterior permanece sempre próximo.

O portão abre-se para a entrada da casa. Junto ao muro, a campainha e a caixa de correio ficam voltadas para a rua, incorporadas no próprio limite construído. Ao atravessá-lo, o ritmo da rua começa lentamente a afastar-se. Uma parede prolonga-se para o interior e conduz o corpo até à porta de entrada.

À medida que se avança, o olhar oscila entre o vazio que se abre a uma cota mais baixa e o interior que começa a revelar-se. O exterior torna-se íntimo. Antes mesmo de entrar, a chegada já participa da vida doméstica da casa. Ao fundo, o pilar assinala discretamente o momento da entrada. Marca o lugar onde o percurso abranda antes da porta. O corpo aproxima-se e a casa começa finalmente a revelar a sua profundidade.



86- Alçado pela Travessa e Rua do Sol



87- Planta piso entrada

Entra-se na casa. O casaco poussa no armário enquanto o olhar se ajusta à profundidade do espaço.

O móvel de entrada funciona enquanto mecanismo de transição. Introduz a primeira delimitação da casa – faz sentir que se entrou num espaço doméstico sem interromper a fluidez do interior. Define um limite, mas não fecha. Permite reconhecer a entrada sem o transformar num espaço autónomo.

Aqui, reconhecem-se imediatamente a continuidade espacial, a relação com o exterior, a incidência da luz e a abertura da sala. A fachada envidraçada deixa de ser apenas uma abertura para o exterior. Transforma-se num plano contínuo de luz e paisagem. O exterior acompanha continuamente o percurso dentro da casa. O vidro não aparece como transparência indiscriminada; é cuidadosamente controlado, mantendo uma tensão constante entre exposição e proteção.

Mas esta amplitude exige também contenção. A parede dos serviços surge precisamente nesse equilíbrio entre a continuidade e a proteção. Estabiliza o percurso, conduz o olhar e estica visualmente a casa. Instala uma direção longitudinal muito forte que faz o interior parecer mais profundo do que realmente é.

É imperativa para dividir o espaço. Estas sugestões de delimitação permitem que a própria construção do interior permaneça livre sem perder a sensação de resguardo e proximidade necessária à vida da casa.



88- Perspetiva do momento de entrada da casa

A parede introduz uma interrupção necessária dentro dessa fluidez. Dá ao espaço um ponto de apoio, uma retaguarda – não cria apenas divisão espacial, cria conforto. Ela permite que a abertura exista sem se tornar desconfortável; a continuidade exista sem dissolver completamente os espaços; a fluidez exista sem perder intimidade. Ou seja, ela humaniza a abertura da casa. Funciona como uma presença tranquilizadora dentro do espaço. É um elemento que estabiliza emocionalmente o ambiente, quase como um fundo silencioso que permite que o resto respire.

Mas, simultaneamente, ela nunca se torna neutra. A sua materialidade – mais mineral, mais uniforme, mais calma – confere-lhe uma presença muito singular dentro do interior. Permite que os restantes elementos ganhem densidade. Porque entre a pedra e os materiais mais quentes e densos, esta parede surge como uma interrupção controlada da atmosfera dominante. A parede não compete com os volumes. Ela constrói o fundo necessário para que eles adquiram força. E isso torna-a especial.

O volume da lareira introduz uma nova intimidade na sala. Diferencia dois momentos distintos dentro do espaço social: a zona de jantar e a zona de estar.

O espaço de jantar organiza-se entre o móvel de entrada e a lareira. Entre ambos, introduz-se uma mudança de intensidade e, mais uma vez, sem fechar completamente o espaço, cria-se centralidade. A continuidade espacial mantém-se, mas deixa de ser homogênea. O espaço passa a revelar diferentes gradações de permanência.

Já a zona de estar constrói-se entre a contenção do móvel e a abertura para o pátio exterior. O móvel da televisão não é simples mobiliário. Surge da necessidade de impor um limite dentro da amplitude da sala, criando um ponto de apoio capaz de estabilizar esta zona. Mesmo assumindo uma expressão muito marcada, continua profundamente ligado à organização da casa. Não é objeto decorativo autónomo, é volume arquitetónico.

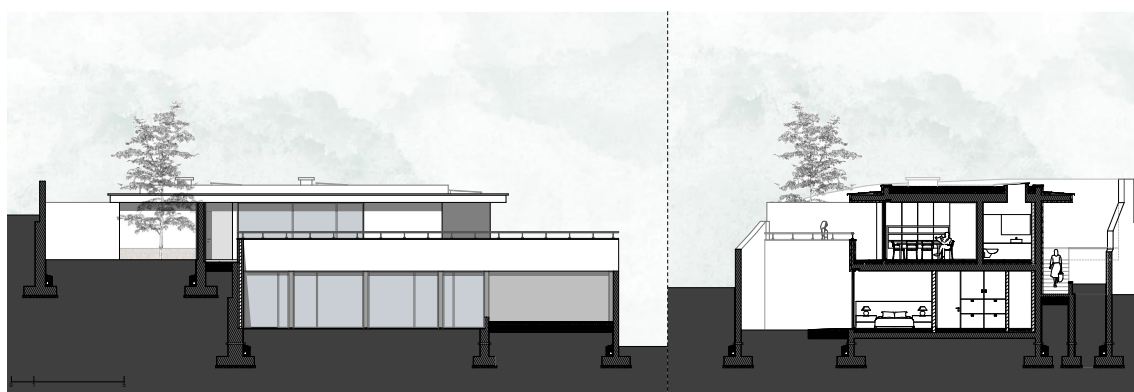
A diferença material entre os volumes reforça a singularidade espacial de cada elemento.

Os volumes interiores orientam o olhar, definem os graus de abertura e estruturam diferentes relações espaciais. A pedra ancora a casa ao terreno e reforça a sua dimensão mais gravítica. A madeira torna a atmosfera mais próxima e doméstica, enquanto os planos contínuos conferem maior quietude aos restantes elementos.

A sala aproxima-se agora do exterior.

Este “fora” não funciona como um simples “terraço”. Ele é um espaço intermédio cuidadosamente construído. Parcialmente protegido, parcialmente exposto, articula vegetação, horizonte e habitar. A cobertura prolonga a casa para o exterior sem o encerrar completamente. E isso faz com que o pátio não seja apenas “fora”. Ele passa a integrar a espacialidade da própria sala, participando diretamente na construção espacial do interior. O exterior passa a incorporar atmosfericamente a casa. Como uma sala exterior.

A vegetação interpõe-se entre a casa e o horizonte, cria sucessivos filtros e aproxima o exterior de uma condição mais íntima e habitável.



89- Alçado sul e corte transversal

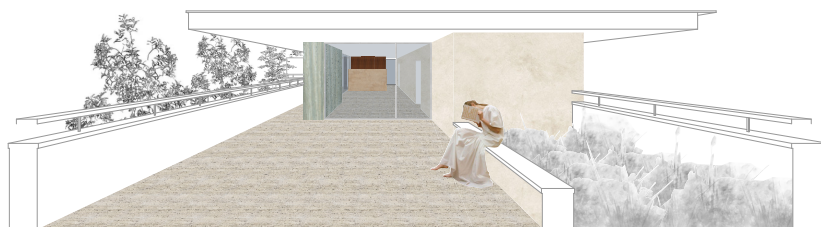
É no alçado principal que a dualidade tectónica da casa se torna muito clara. O piso inferior, mais denso e contido, enraíza-se no terreno, enquanto o piso superior assume uma expressão mais leve, pousado sobre ele.

A horizontalidade da casa organiza a sua experiência espacial. Não serve para “desenhar” a casa, serve para controlar a experiência do corpo e do olhar no espaço. Ao longo do projeto, o desenho foi sendo continuamente afinado numa procura constante de justeza. A aproximação entre teto e chão, o prolongamento das linhas e o controlo da profundidade procuram fazer com que o espaço nunca se imponha ao corpo, mas o acompanhe.

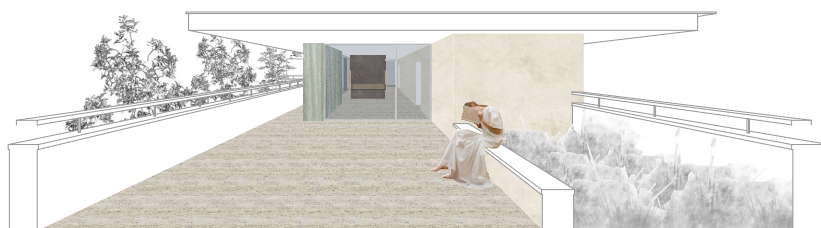
A cobertura é instrumento espacial que estabiliza tudo isto. O teto plano permite manter uma relação constante de proximidade entre o teto e o chão, fazendo com que os diferentes momentos da casa partilhem uma mesma proporção. E as proporções vão variando perante a área dos

espaços, perante o que a limita, perante as formas. Assim, a cobertura controla a relação do corpo com o espaço, a intensidade da luz e a continuidade entre os diferentes ambientes. Ela cria uma ordem comum entre espaços muito diferentes. E é precisamente isso que permite que a diferença entre ambos ganhe mais intensidade.

Essa mesma lógica estende-se ao desenho da guarda. A guarda participa diretamente na construção da relação entre corpo, interior, paisagem e horizonte. A parte opaca prolonga o próprio plano da casa, introduzindo proteção, limite e uma sensação de maior resguardo. Sobre ela, o elemento metálico dissolve parcialmente essa continuidade. Esta guarda deixa simultaneamente: o corpo protegido e o olhar livre. A parte opaca protege e constrói um limite habitável, enquanto o elemento metálico superior praticamente desaparece para libertar o olhar. Mesmo sentado à mesa, o horizonte continua presente, sem interrupção visual.



90- Perspectiva do diálogo entre volumes e materialidades na construção do espaço (sem lareira)



91- Perspectiva do diálogo entre volumes e materialidades na construção do espaço (com lareira)

Volta-se ao interior. Dirige-se à cozinha.

A cozinha ocupa uma posição muito precisa dentro da organização da casa. Apesar da sua dimensão doméstica e funcional, este volume prolonga a sua influência muito para além do próprio uso.

É neste momento que se percebe que a parede que acompanha a entrada da casa pertence afinal ao volume da cozinha. O mesmo gesto que conduz o corpo desde o momento da chegada define também o limite da cozinha, constrói o seu pátio e divide o próprio terreno.

Entre a cozinha e a sala, uma porta de correr introduz uma separação subtil entre os dois espaços. É uma sugestão. Pode desaparecer dentro da parede ou fechar a cozinha. É um limite variável. Permite que a relação entre ambos se transforme consoante as rotinas da vida doméstica. A divisão deixa de ser determinada exclusivamente pela arquitetura e passa também a ser construída pelo próprio habitante.

A presença de uma única abertura na cozinha é intencional. A caixilharia repete exatamente a mesma proporção da abertura da sala, mas aquilo que ela enquadra é radicalmente diferente. De um lado, o espaço prolonga-se para um pátio aberto ao horizonte; do outro, para um vazio encerrado.

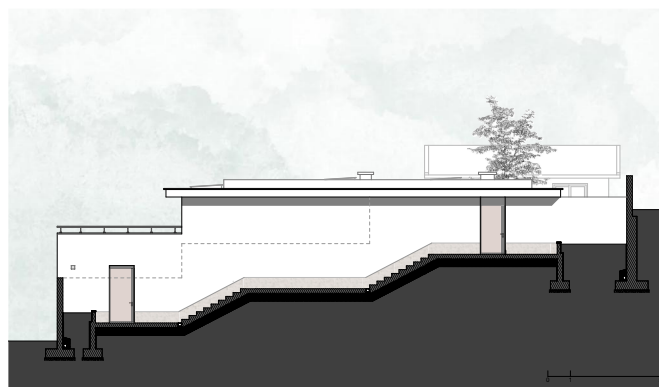
A verdadeira intenção está precisamente nesse contraste: a mesma moldura a olhar para momentos completamente diferentes. Como numa edição de filme, a mudança constrói-se na passagem entre ambos. Vira-se o corpo e, subitamente, mantém-se o enquadramento, mas o “fora” altera-se totalmente. E é precisamente esse contraste radical entre ambos que torna mais intensa a percepção do exterior dentro da própria casa. A mudança não acontece apenas no espaço que se habita, mas também na forma como ele é olhado. A casa constrói assim diferentes formas de olhar.

O volume dos serviços funciona como um eixo estabilizador da casa. Dentro da espacialidade mais livre e permeável do piso superior, este núcleo concentra a dimensão mais silenciosa da casa. A partir dele, o espaço começa progressivamente a transformar-se.

Existe uma diferença muito clara entre o espaço que se desenvolve “fora” do volume e aquele que acontece no seu interior. “Fora” dele, a casa prolonga-se fluidamente. “Dentro” dele, o espaço condensa-se.

O volume medeia: a frente e as traseiras da casa; abertura e compressão; luz e sombra; a abertura do piso superior e a descida para o inferior. Ergue-se como espinha dorsal do projeto. É talvez o lado mais tectónico da casa. Percebe-se que, aqui, a arquitetura já não depende da abertura, mas da massa, do percurso e da relação com a topografia. O volume surge como um corpo contínuo e abstrato, profundamente enraizado no terreno.

A luz entra por cima, de forma controlada, desligada da contingência imediata do exterior. As claraboias protegem a intimidade, evitam o confronto direto com a casa vizinha e mantêm a espessura do volume. Ao mesmo tempo, reforçam a autonomia do núcleo dos serviços e transformam a luz numa presença mais atmosférica do que visual.



92- Alçado norte

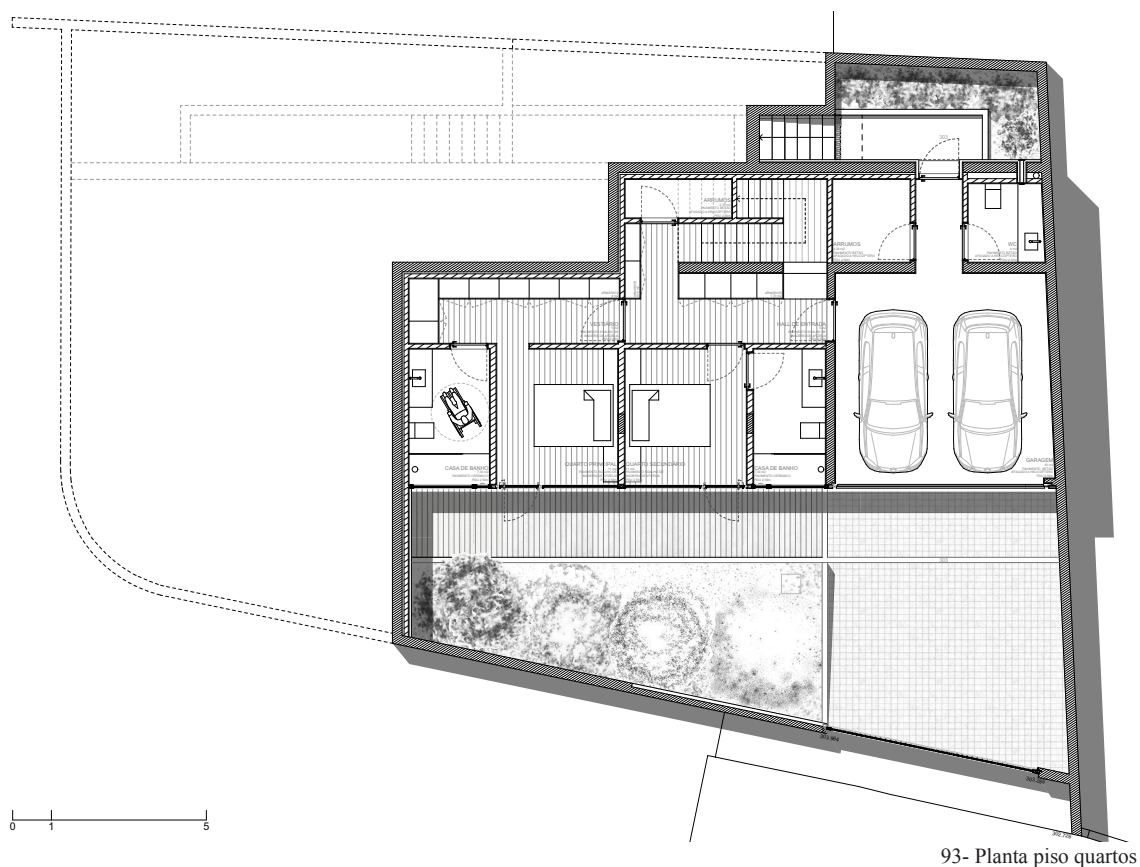
No alçado norte, a cobertura acompanha o percurso exterior que desce até ao piso inferior, protegendo-o ao longo do trajeto. O teto parece flutuar ligeiramente sobre um volume pesado, criando uma tensão precisa entre cobertura e terreno. Entre ambos, acontece a vida da casa.

Este percurso exterior torna-se fundamental para o quotidiano doméstico. Permite uma ligação mais direta entre os diferentes pisos sem obrigar à travessia constante do interior da casa, acompanhando as rotinas diárias, os momentos de jardinagem no exterior, a chegada das compras ou a utilização mais flexível da garagem em dias de encontro e festa. Em simultâneo, esta galeria exterior protege a fachada norte e evita uma relação direta com a proximidade da construção vizinha.

A escada acompanha a pendente como continuação natural do próprio terreno. Reforça a ideia de que a casa não foi simplesmente “colocada” sobre a topografia, mas construída a partir dela. Deixa de funcionar apenas como elemento de ligação entre pisos. Participa na construção gradual da relação entre a casa e o terreno.

A paisagem permanece presente. O corpo avança. Começa lentamente a descer. A cobertura acompanha o percurso, os muros aproximam-se e a luz torna-se progressivamente mais contida.

A descida adensa essa mudança. O espaço escurece, o terreno envolve a casa e o corpo sente a profundidade da descida. Aos poucos, o exterior desaparece e a relação com a terra intensifica-se.



Chega-se ao piso inferior.

Entra-se na garagem. O vazio reforça a sensação de que o piso superior repousa sobre uma base escavada no terreno. Aqui, a chegada é protegida, como se a casa se recolhesse para dentro da terra.

Embora pensada para os carros, a garagem permite também outros usos. Quando necessário, a amplitude do espaço possibilita a realização de festas e refeições mais informais. A proximidade à cozinha, o acesso ao apoio sanitário e a relação direta com o exterior tornam este funcionamento particularmente simples e natural.

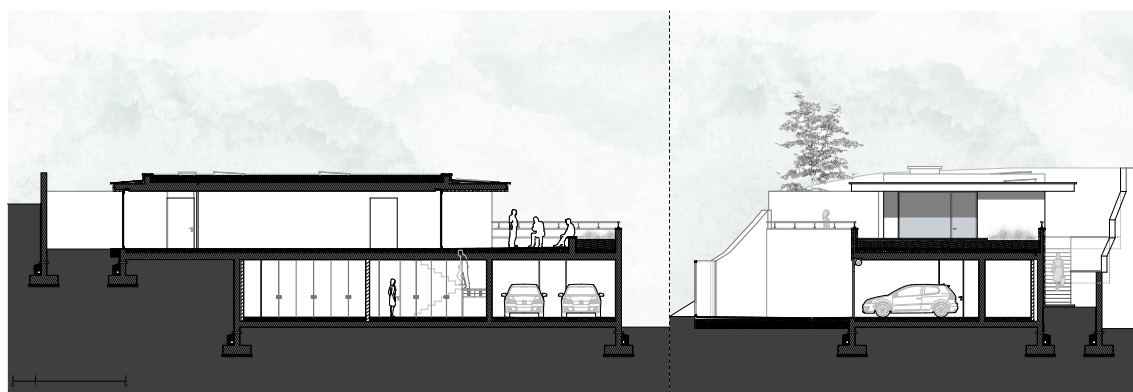
É também por aqui que os meus pais entram na casa.

Ao atravessar a porta, o corredor interrompe momentaneamente a sua atmosfera mais contida. A luz proveniente da claraboia desce sobre este espaço e estabelece uma relação direta com as escadas interiores, criando um momento inesperado de abertura dentro do piso inferior.

É aqui que começa a chegada diária à casa. Mesmo sem qualquer delimitação explícita, percebe-se claramente uma diferença entre este lugar de entrada — onde se pousam as chaves, onde o percurso abranda e o espaço respira — e o corredor que conduz aos quartos.

As escadas interiores prolongam a continuidade entre os dois pisos da casa. Mesmo perante ambientes muito distintos, a relação vertical mantém uma ligação contínua entre ambos, tornando a transição progressiva.

Mais do que um elemento de circulação, a escada funciona como uma preparação emocional e corporal para outro modo de habitar. À medida que se desce, o percurso afasta-se da dimensão mais exposta e social da casa e aproxima-se de uma relação mais íntima e protegida com o interior. É o momento onde o corpo muda de estado dentro da própria casa.



94- Corte longitudinal e alçado nascente

A presença contínua dos armários acompanha este percurso mais contido do piso inferior, integrando a arrumação na própria espessura da casa.

Aqui, a casa abranda.

Os limites afirmam-se, as paredes tornam-se contínuas e os espaços fecham-se.

Nos quartos, o enterramento deixa de ser apenas percebido e passa a ser sentido. O corpo reconhece a profundidade da casa, a proximidade dos muros, a redução da exposição e a quietude do interior.

O exterior continua presente, mas já não através da distância da paisagem. O jardim aproxima-se silenciosamente, construindo uma relação reservada com o interior. A casa deixa de olhar o horizonte e começa, pela primeira vez, a guardar o corpo.

Os quartos aproximam-se da ideia de covil. Mas nunca completamente. A relação com o exterior permanece sempre próxima, mas já sem urgência da paisagem.

O funcionamento da suite do casal foi cuidadosamente estudado a partir das rotinas quotidianas dos meus pais. Como ambos acordam a horas diferentes, tornou-se importante que a sua organização permitisse preservar o descanso de quem permanece a dormir.

A relação entre quarto, closet e casa de banho foi desenhada para que os percursos possam acontecer de forma independente, evitando regressos constantes ao espaço de descanso.

Há qualquer coisa de muito primordial neste momento da casa. Como se, depois de todo o percurso, o espaço procurasse finalmente aproximar-se daquilo que é essencial: proteger, recolher, desacelerar.

Nota Final

O projeto encontra-se concluído. No entanto, permanece ainda distante daquilo que verdadeiramente lhe dará vida. Entre o desenho e o habitar existe um intervalo inevitável: a construção, os detalhes, os imprevistos e todas as pequenas decisões que continuam para lá do papel.

O trabalho termina antes da vida da casa começar.

O que aqui se propõe corresponde apenas a uma possibilidade. Porque uma casa não se constrói só pela arquitetura, mas também pelo tempo, pelo uso e pela presença contínua daqueles que a habitam. Só então começa a libertar-se da abstração do projeto e a existir através daquilo que nela acontece.

O projeto é incompleto por natureza. Uma casa nunca termina no instante em que é desenhada. O habitante continua o trabalho do arquiteto, e a autoria do espaço divide-se entre quem o projeta e quem o vive. A partir desse momento, o projeto nunca será inteiramente seu. Porque habitar não é ocupar um espaço. É continuar a construí-lo.

É nesse quotidiano – nas pequenas ações, nas imperfeições, nas adaptações – que se encontra o verdadeiro equilíbrio entre o sonho do arquiteto e a realidade do habitante.

A arquitetura não dita o modo de viver, convida-o a acontecer. Espera pelas pessoas, pelas histórias, pelos objetos. O próprio ato de mobilar a casa fará já parte da sua construção. É um espaço que contém promessa, que está à espera de ser preenchido.

A verdadeira essência da casa está na experiência, na maneira como o espaço se torna cenário de vidas, de rotinas, de gestos.

Quando os meus pais chegam da padaria e pousam as chaves sempre no mesmo sítio, quando acendem a luz da cozinha e o cheiro do pão ainda lhes permanece nas mãos, a casa deixa de ser apenas o lugar onde vivem. Começa a tornar-se parte daquilo que são.

Não precisam de pensar nisso para o viverem todos os dias. Sabem, no corpo, que a casa é o lugar onde o mundo abranda, onde tudo tem o tamanho certo. As cadeiras já gastas, a toalha da mesa, a fotografia no corredor — tudo isso é memória e pertença. A casa torna-se quase uma extensão do que são: o sítio onde o trabalho e o silêncio, o cansaço e o afeto se encontram e fazem sentido.

A arquitetura prepara o cenário – mas é gente como eles que lhe dá verdade. Porque o que transforma uma casa em lar não é o desenho, nem o material. É o riso que fica preso nas paredes, é o cheiro do café depois de uma refeição, é o eco das conversas que se repetem sempre iguais e, por isso mesmo, tão nossas.

No fundo, a casa não é feita só de tijolo e betão – é feita de rotina, de amor e de tempo. E é isso que eles sentem, mesmo sem o dizer: a casa é o lugar onde o coração descansa.

Não pensam nessas coisas de “arquitetura e emoção” – mas vivem-nas todos os dias, sem darem por isso. A minha mãe faz a casa quando entra cansada, mas ainda vai regar as plantas. O meu pai faz a casa quando deixa a farda no mesmo lugar, dobra o pano e senta-se um pouco antes do jantar. É nesses gestos, repetidos, tão pequenos, que a casa se constrói.

Porque a casa não é o que se compra – é o que se cultiva. É o silêncio de domingo depois do forno, a toalha com migalhas que ninguém se apressa a limpar, os objetos que permanecem no mesmo lugar durante anos.

A casa, para eles, é o lugar onde o trabalho acaba e a vida começa. É o sítio onde podem parar, onde a rotina já não pesa – só embala. A arquitetura deixa de ser protagonista; torna-se companheira de vida. As paredes sabem quem são, a luz conhece os seus horários, o chão guarda-lhes o passo.

No fim, nenhuma casa alguma vez coincide inteiramente com o seu desenho.

Bibliografia

Material impresso:

ALARCÃO, Jorge de – O Domínio Romano em Portugal. 3ªed. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1988

Associação Arquitectos Portugueses - *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª ed. Lisboa:, 1980

MATTOSO, José – *História de Portugal*. vol. I, II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993

MENDES, Manuel, FERREIRA, Alfredo Matos, SIZA VIEIRA, Álvaro. «*Construir um paraíso*»: por uma casa livre: *Alfredo Matos Ferreira, Álvaro Siza: habitação, Parede, projecto, 1961-67: desenrolar uma experiência de desenho como lugar de ensaio*. Porto: Afrontamento Fundação Marques da Silva FAUP/CEAU, 2018

MOURA, Eduardo Souto de, SOUSA, Ângelo de – *Cá fora: arquitectura desassossegada = out here: disquieted architecture*. Lisboa: Direcção geral das artes, 2008

MOURA, Eduardo Souto de – *Frente & verso, documentos periódicos de construção 07: habitação unifamiliar, casa Maia*. Porto: CIAMH, 2015

RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura: FAUP, 2004

RAPOPORT, Amos – *Cultura, arquitectura y diseño = culture, architecture and design*. 1ª ed. Barcelona: Ediciones UPC, 2003

ROCHA, Marta, VACELET, Fabien – *Frente & verso, documentos periódicos de construção 26: habitação unifamiliar Casa RV*. Porto: CIAMH, 2017

SANTOS, A. – *Efeitos do Povoamento Disperso na Qualidade do Ambiente no Território da Feira*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1998

SILVA, C., & Rocha, J. – *Caracterização hidrogeomorfológica da bacia do rio Uíma*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017

SIZA VIEIRA, Álvaro – *Habitar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005

TÁVORA, Fernando – *O problema da casa portuguesa*. Lisboa: Manuel João Leal, 1947

TÁVORA, Fernando, e MENDES, Manuel – *Teoria geral da organização do espaço: arquitectura e urbanismo: a lição das constantes*. Porto: Faup Publicações, 1993

TRIGUEIROS, Luiz – *Fernando Távora*. Lisboa: Blau, 1993

VENTURI, Robert, SCULLY, Vincent – *Complejidad y contradicción en la arquitectura*. 2ª ed, 8ª tirada. Barcelona: Gustavo Gili, 2003

VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven – *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*. The Massachusetts Institute of Technology, 1977

VILARINHO, Gil, PEPOLIM, Filipe – *Prospecção geofísica no Castro de Romariz*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016

VILLANOVA, Roselyne – *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*. Ed. portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra, 1995

ZUMTHOR, Peter – *Pensar a arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005

Revistas:

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Alexandre Alves Costa. Os Verdes Anos*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Adalberto Dias. A Procura do Paraíso*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Eduardo Souto de Moura. Gosto de Chegar a Casa*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Álvaro Siza. Dar Forma a um Lugar*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – João Mendes Ribeiro. Uma Casa Feita de Pequenos Nadas*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Manuel Graça Dias. Uma Colecção de Surpresas*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto – *A Casa de quem faz Casas – Sergio Fernandez. Um Espaço de Liberdade*. Matosinhos: Cardume Editores, Lda., 2016

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. – *As Inquirições Medievais Portuguesas*, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto: Volume XII, 2013

VILARINHO, G. – *A terra sigillata do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira, Aveiro): da romanização ao abandono de um povoado fortificado no Noroeste Peninsular*. Lisboa: Ophiussa, Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, vol. 3, 2019

Webgrafia:

<https://archive.org/details/historia-de-portugal-volume-i-a-h-de-oliveira-marques>

https://archive.org/details/historiadeportug0000unse_flu2

<https://cm-feira.pt/indicadores-estatisticos-territorios>

<https://cm-feira.pt/economia2>

<https://cm-feira.pt/história>

<https://cm-feira.pt/romariz>

<https://cm-feira.pt/castro-de-romariz>

<https://cm-feira.pt/atlas>

<https://jf-romariz.pt/historia-e-caracterizacao/>

<https://jf-romariz.pt/locais-de-interesse/>

<https://pin.amp.pt/recurso/101>

<https://pt.scribd.com/document/850892416/260155839-Jorge-de-Alarcao-O-Dominio-Romano-Em-Portugal>

Crédito de Imagens

01- Mapa enquadramento do concelho de Santa Maria da Feira na região Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+1+-+Intróito.pdf/ace24248-41cc-ad6f-64ac-f62ca1c60958>

02- Localização de Romariz no concelho de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+3+-+Conhecimento+Humano.pdf/5637ef6e-d65c-2b2e-7999-06f429eb4b48>

03- Carta hipsométrica de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+2+-+Conhecimento+Físico.pdf/1e078ccf-7eeb-ef75-c07a-8b4502730685>

04- Carta de declives de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+2+-+Conhecimento+Físico.pdf/1e078ccf-7eeb-ef75-c07a-8b4502730685>

05- Carta da rede hidrográfica de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+2+-+Conhecimento+Físico.pdf/1e078ccf-7eeb-ef75-c07a-8b4502730685>

06- Carta geológica de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+2+-+Conhecimento+Físico.pdf/1e078ccf-7eeb-ef75-c07a-8b4502730685>

07- Carta de rede viária de Santa Maria da Feira

<https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Parte+1+-+Intróito.pdf/ace24248-41cc-ad6f-64ac-f62ca1c60958>

08- Vista de Romariz antes da introdução das infraestruturas rodoviárias contemporâneas, ca. 1940 – Fernando Pereira, via Wikimedia Commons / Panoramio

https://pt.wikipedia.org/wiki/Romariz#/media/Ficheiro:Romariz,_Santa_Maria_da_Feira,_ca._1940._-_panoramio.jpg

09- Frente edificada da casa de Judite e Joaquim – Fotografia da autora

10- Área agrícola no tardo da habitação – Fotografia da autora

11- Núcleo arbóreo produtivo do lote – Fotografia da autora

12- Parcelas de cultivo e estruturas de apoio – Fotografia da autora

13- Estrutura de criação animal – Fotografia da autora

14- Espaço de apoio ao trabalho agrícola – Fotografia da autora

15- O regresso a casa – Fotografia da autora

16- Entre o campo e a cozinha – Fotografia da autora

- 17- A cozinha – Fotografia da autora
- 18- Sala de jantar – Fotografia da autora
- 19- O tempo de descanso – Fotografia da autora
- 20- Um dos quartos – Fotografia da autora
- 21- Casa de banho – Fotografia da autora
- 22- A frente da casa – Fotografia da autora
- 23- O regresso da fonte – Fotografia da autora
- 24- O espaço sob o coberto – Fotografia da autora
- 25- A segunda cozinha – Fotografia da autora
- 26- O lugar dos arrumos – Fotografia da autora
- 27- Anexo de apoio à casa – Fotografia da autora
- 28- O lavadouro público – Fotografia da autora
- 29- A subida para o piso superior – Fotografia da autora
- 30- A cozinha do piso superior – Fotografia da autora
- 31- A vida na cozinha – Fotografia da autora
- 32- A sala de estar – Fotografia da autora
- 33- O salão familiar – Fotografia da autora
- 34- Construção da casa de Zélia e António, 1972-1973 – Arquivo pessoal da família
- 35- A casa concluída – Arquivo pessoal da família
- 36- A fachada após as transformações de 2006 – Arquivo pessoal da família
- 37- Estado atual da fachada da casa – Fotografia da autora
- 38- O salão preparado para um encontro familiar – Arquivo pessoal da família
- 39- A família reunida no salão da casa – Arquivo pessoal da família
- 40- O quarto mantido para acolher quem regressa à casa – Arquivo pessoal da família
- 41- O corredor que distribui o quotidiano da casa – Fotografia da autora
- 42- O piso térreo adaptado a novas rotinas – Fotografia da autora
- 43- O quarto do casal no piso térreo – Fotografia da autora
- 44- A cozinha preparada para receber a família – Fotografia da autora
- 45- A cozinha como novo centro de convívio – Fotografia da autora
- 46- A organização exterior do pátio – Fotografia da autora
- 47- O pátio e os espaços exteriores da casa – Fotografia da autora
- 48- Os utensílios do trabalho agrícola – Fotografia da autora

- 49- O espaço dedicado à costura – Fotografia da autora
- 50- O trabalho na horta – Fotografia da autora
- 51- O pátio habitado pela família – Fotografia da autora
- 52- A segunda cozinha – Fotografia da autora
- 53- O convívio familiar no pátio – Fotografia da autora
- 54- A antiga horta da casa – Arquivo pessoal da família
- 55- A passagem que conduz à adega – Arquivo pessoal da família
- 56- O convívio na antiga adega – Arquivo pessoal da família
- 57- O espaço atual da adega – Arquivo pessoal da família
- 58- A cozinha no piso superior – Arquivo pessoal da família
- 59- A cozinha atualmente – Fotografia da autora
- 60- A antiga sala de visitas – Arquivo pessoal da família
- 61- A sala de visitas atualmente – Fotografia da autora
- 62- O quarto do casal – Arquivo pessoal da família
- 63- O antigo quarto do casal atualmente – Fotografia da autora
- 64- A casa de banho do piso superior – Arquivo pessoal da família
- 65- A casa de banho agora – Fotografia da autora
- 66- A presença da casa perante a rua – Fotografia da autora
- 67- A volumetria em U – Fotografia da autora
- 68- O vazio central da habitação – Fotografia da autora
- 69- Relação da casa com a paisagem agrícola – Fotografia da autora
- 70- Planta de rés-do-chão – Projeto do arquiteto Jorge Manuel Neto de Sousa Balta-rejo
- 71- Implantação do terreno no contexto territorial de Romariz – Elaboração da autora sobre imagem satélite do Google Maps
- 72- Vista do terreno a partir da cota superior da Rua do Sol – Fotografia da autora
- 73- Aproximação ao terreno pela Travessa da Rua do Sol – Fotografia da autora
- 74- Relação entre o terreno e o declive da Rua do Sol – Fotografia da autora
- 75- Limite sul do terreno voltado à Rua do Sol – Fotografia da autora
- 76- Continuidade visual entre o terreno e o vale – Fotografia da autora
- 77- Estruturação topográfica do terreno – Imagem do Google Maps com edição da autora
- 78- Organização do terreno em socalcos agrícolas – Imagem do Google Maps com

edição da autora

- 79- O terreno visto a partir do último socalco – Fotografia da autora
- 80- Planta da habitação atual dos meus pais – Arquivo pessoal
- 81- Planta limites à escala 1:500 – Desenho da autora
- 82- O primeiro esquisso – Desenho da autora
- 83- Estudos e transformações da casa – Desenho da autora
- 84- Estudo do espaço da sala – Desenho da autora
- 85- Planta implantação – Desenho da autora
- 86- Alçado pela Travessa e Rua do Sol – Desenho da autora
- 87- Planta piso entrada – Desenho da autora
- 88- Perspetiva do momento de entrada da casa – Desenho da autora
- 89- Alçado sul e corte transversal – Desenho da autora
- 90- Perspetiva do diálogo entre volumes e materialidade na construção do espaço (sem lareira) – Desenho da autora
- 91- Perspetiva do diálogo entre volumes e materialidade na construção do espaço (com lareira) – Desenho da autora
- 92- Alçado norte – Desenho da autora
- 93- Planta piso quartos – Desenho da autora
- 94- Corte longitudinal e alçado nascente – Desenho da autora

Anexos





Fachada principal voltada à Travessa da Rua do Sol



Intervalo lateral da casa



Organização do acesso e do anexo da casa perante o terreno



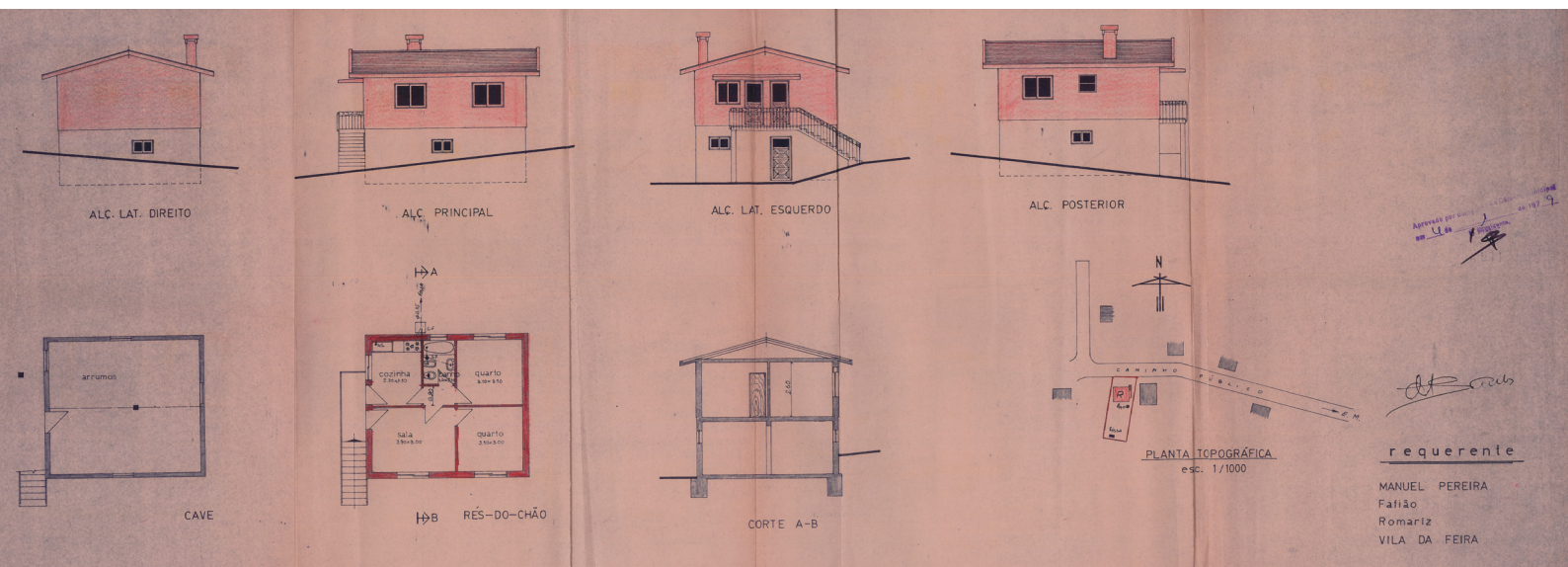
Presença da casa no limite norte do terreno



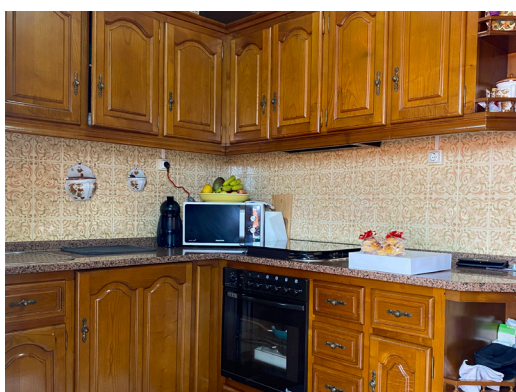
Fachada principal da casa voltada à Rua do Sol



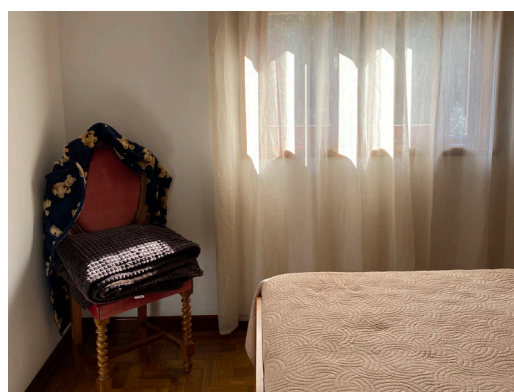
Entrada da casa junto ao limite poente do lote



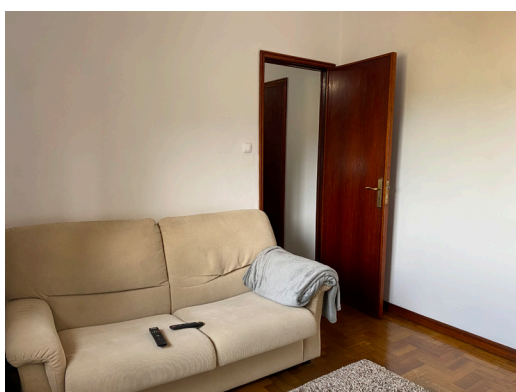
Conjunto das peças desenhadas originais da casa de Manuela



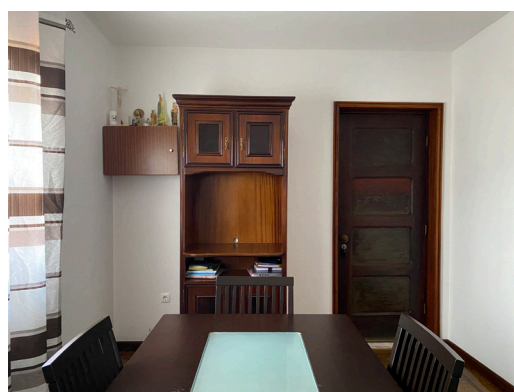
Cozinha



Quarto



Sala de estar



Sala de jantar



Entrada principal e relação visual com o terreno



Anexo de garagem junto ao acesso da casa



Espaço exterior de serviço



Vista para o terreno a partir da sala de estar



Estruturação do terreno em patamares e anexos de apoio produtivo



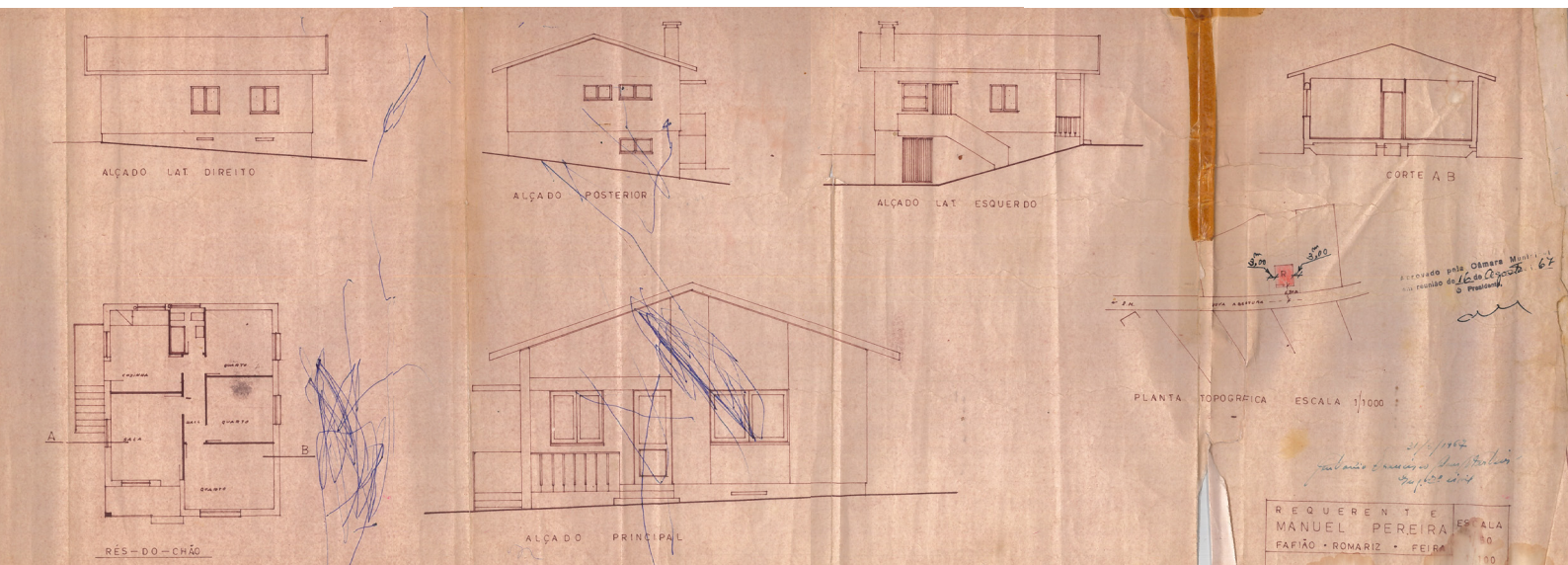
Área de cultivo e espaço de apoio agrícola



Acesso lateral ao piso inferior e relação entre as duas casas



Percurso entre patamares e relação entre as duas casas



Conjunto das peças desenhadas originais da casa de Margarida e António



Sala



Quarto



Cozinha e corredor de distribuição



Zona de refeições da cozinha



Anexo da casa



Espaço exterior de apoio ao anexo



Jardim



Area de cultivo



Tanque de apoio doméstico



Percurso lateral da casa



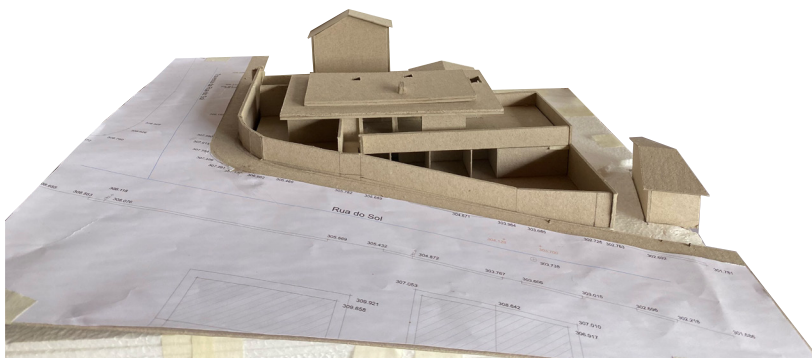
Entrada principal da casa



Relação entre a garagem e o acesso à rua



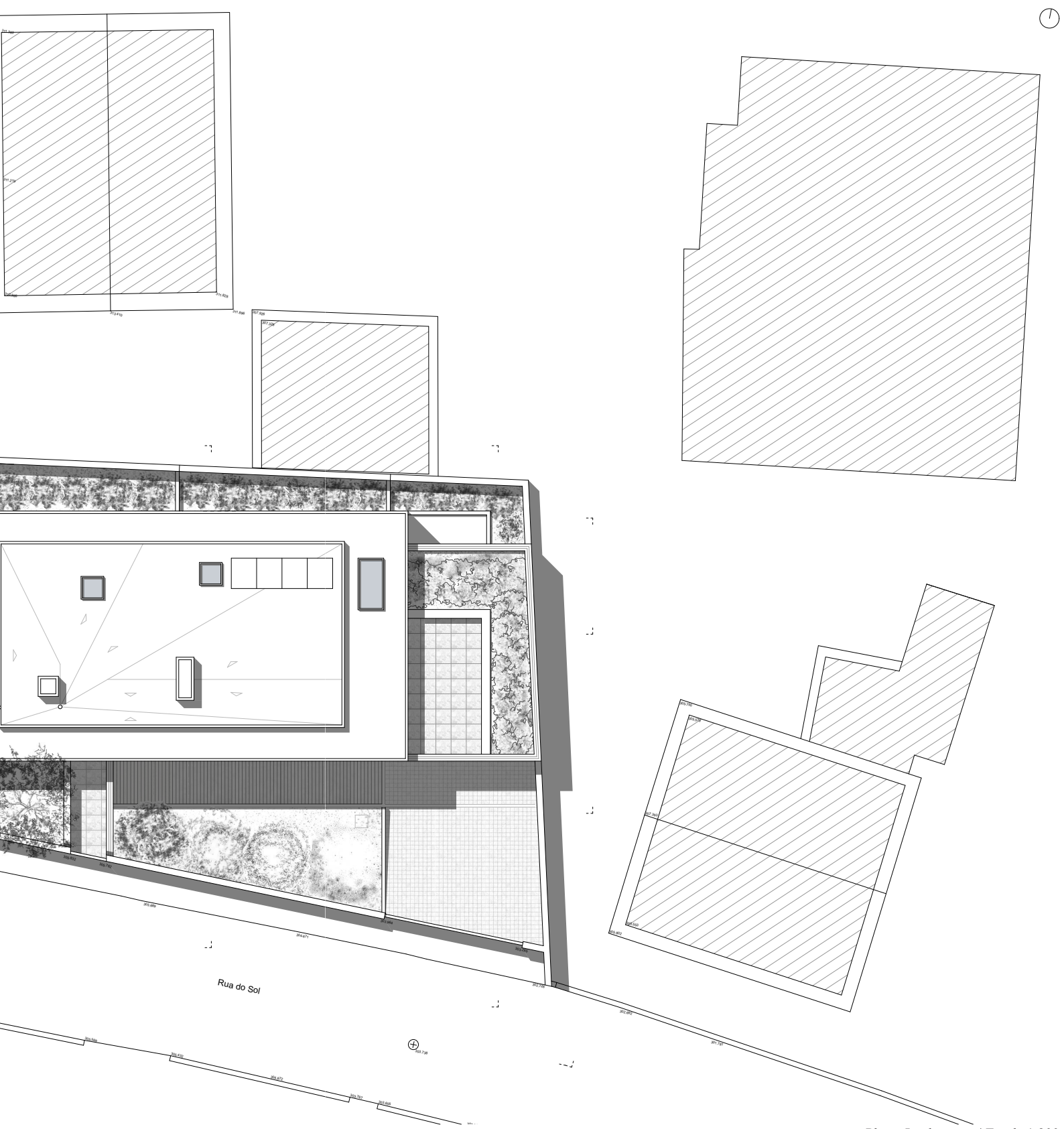
Planta limites | Escala 1:350



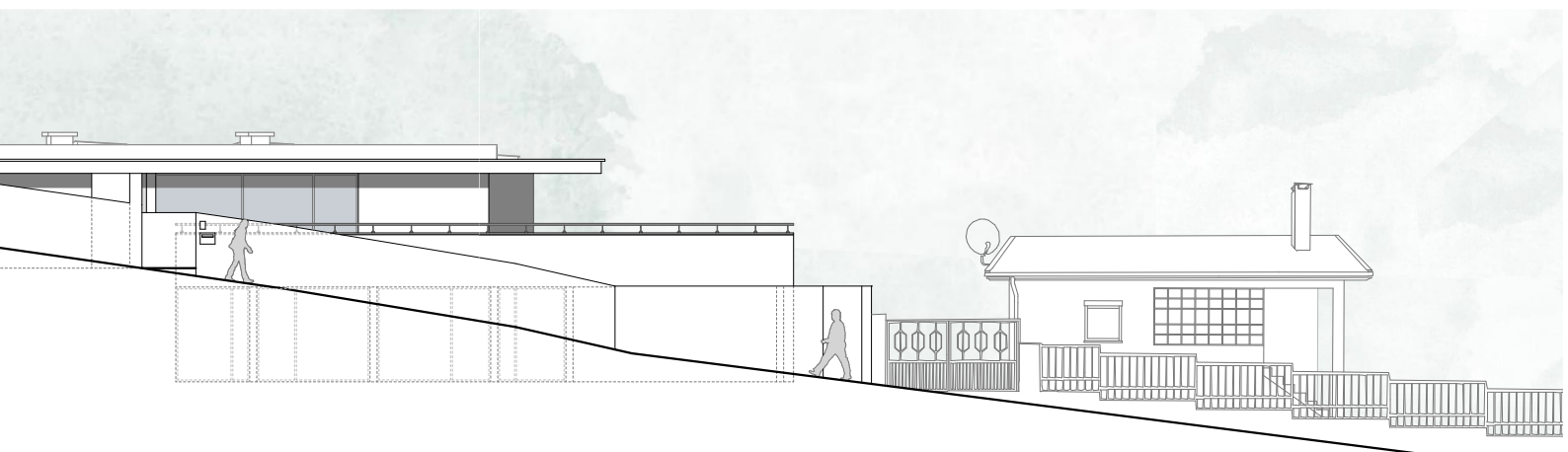
Maquete de trabalho



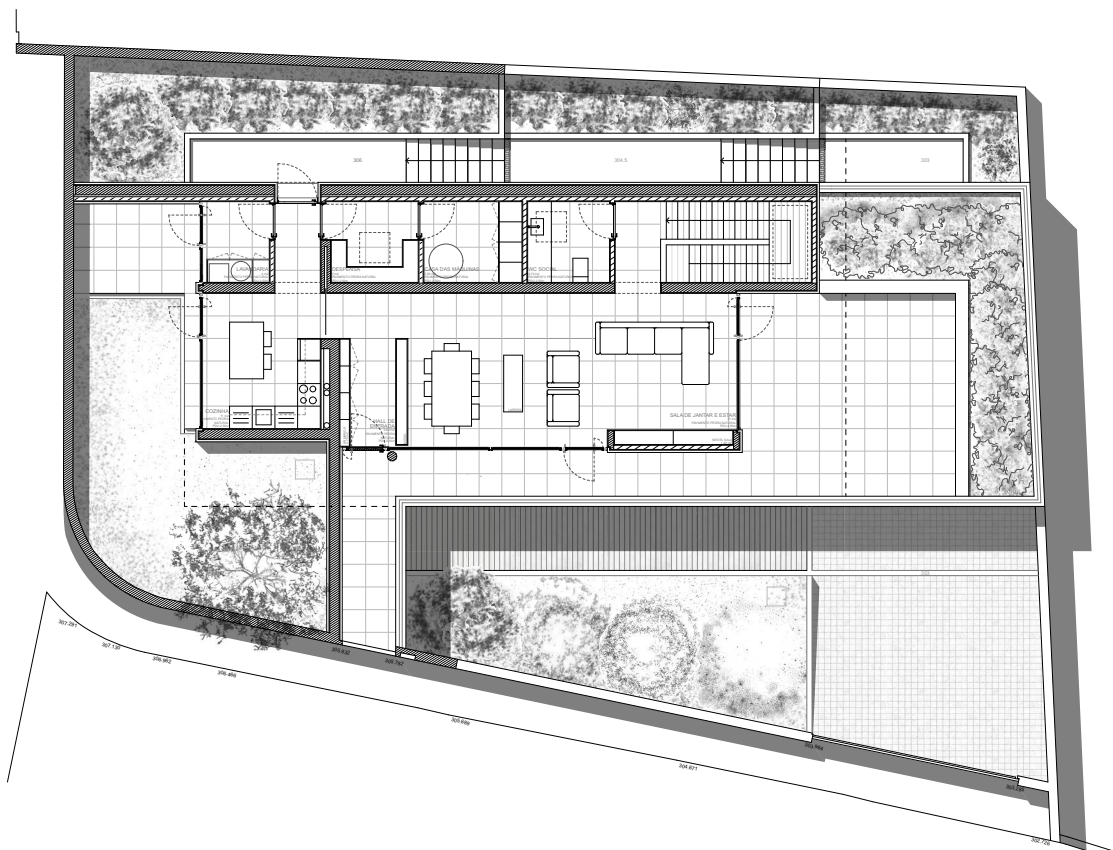
Maquete de trabalho



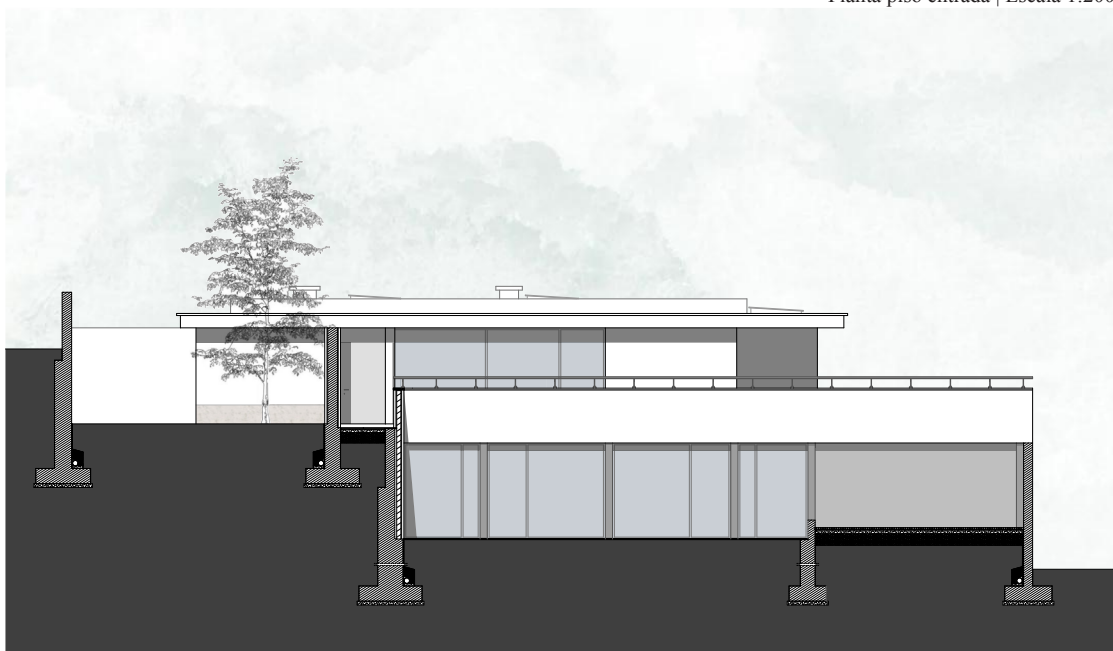
Planta Implantação | Escala 1:200



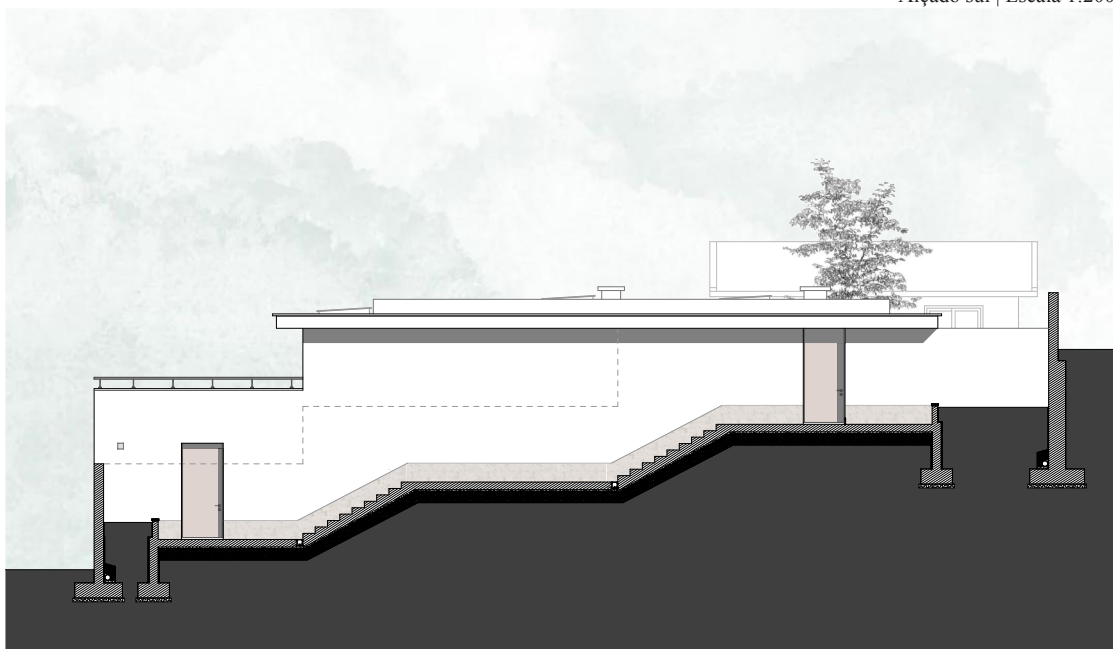
Alçado pela Travessa e Rua do Sol | Escala 1:200



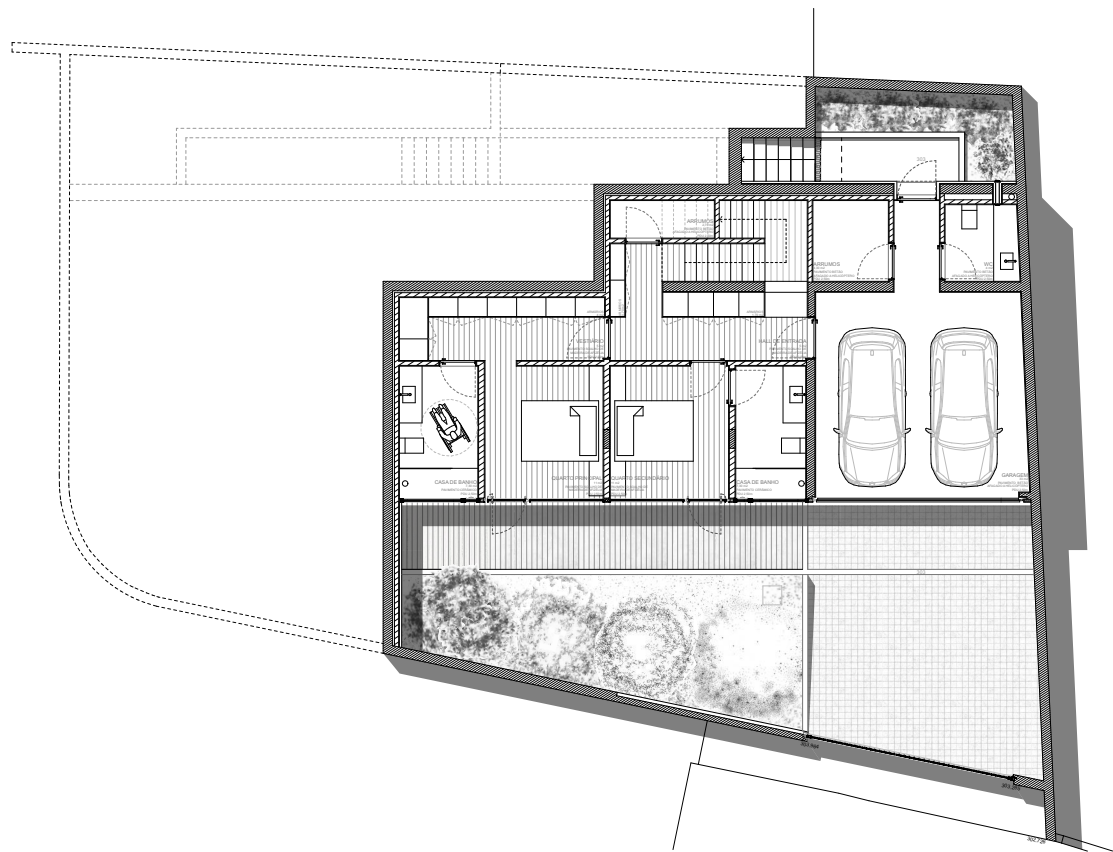
Planta piso entrada | Escala 1:200



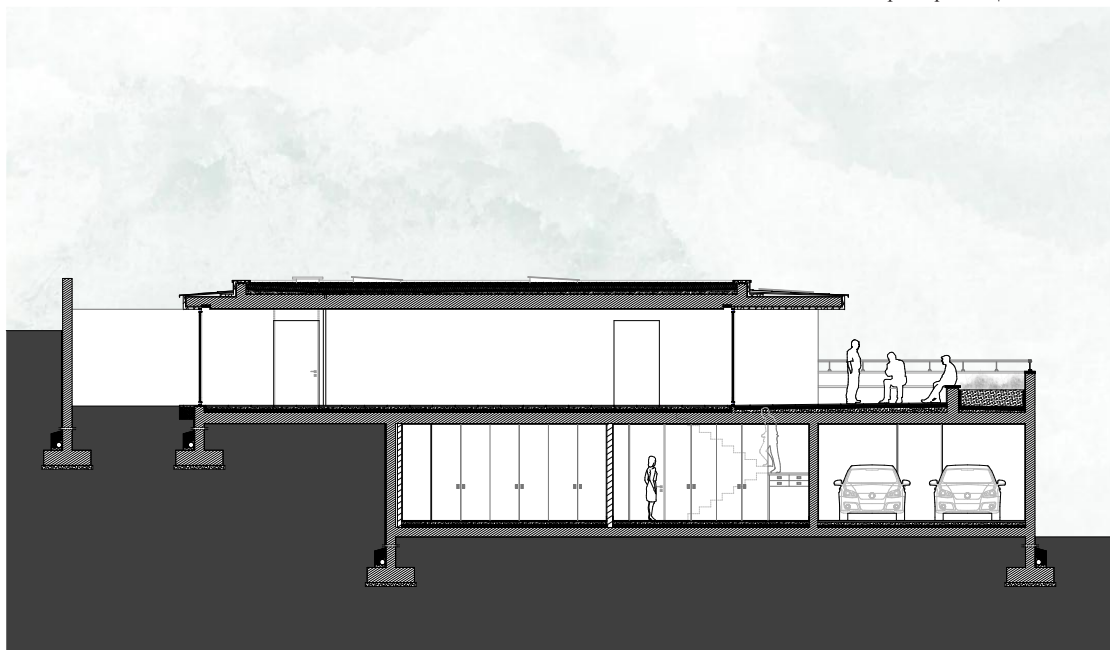
Alçado sul | Escala 1:200



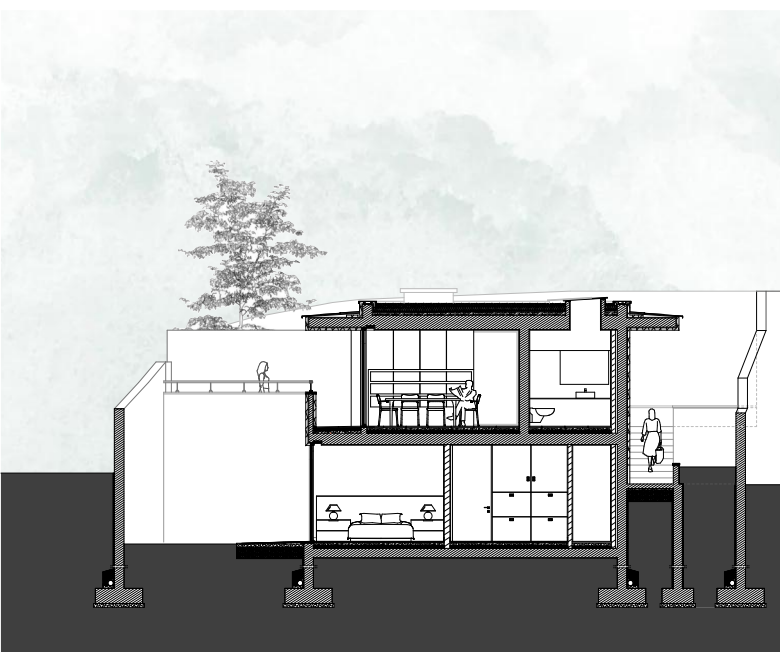
Alçado norte | Escala 1:200



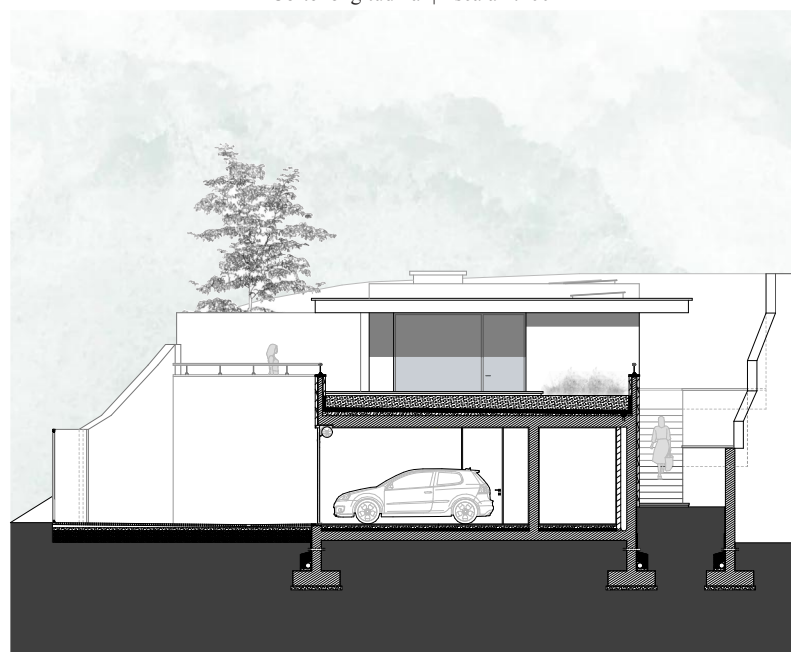
Planta piso quartos | Escala 1:200



Corte longitudinal | Escala 1:200

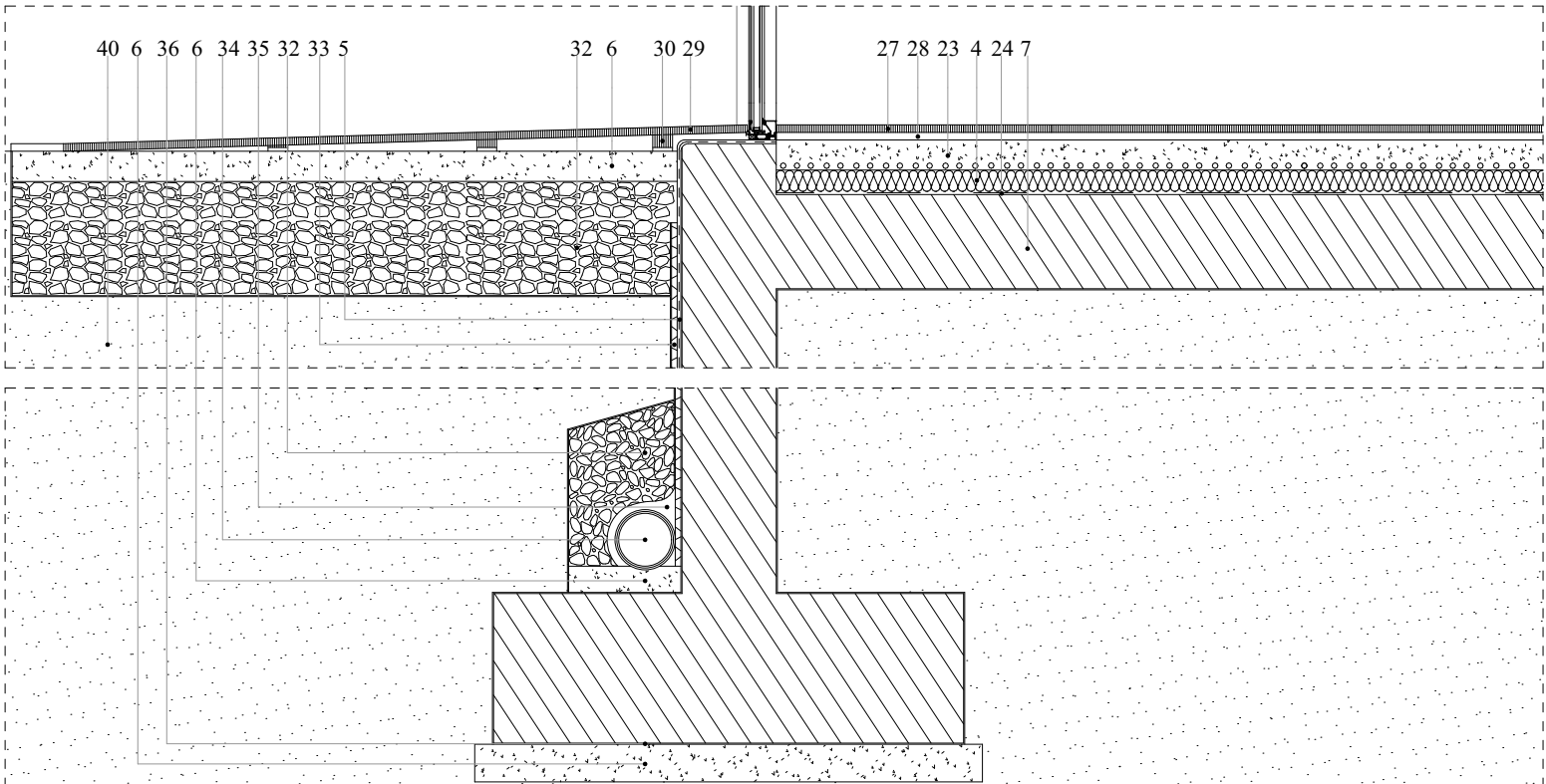
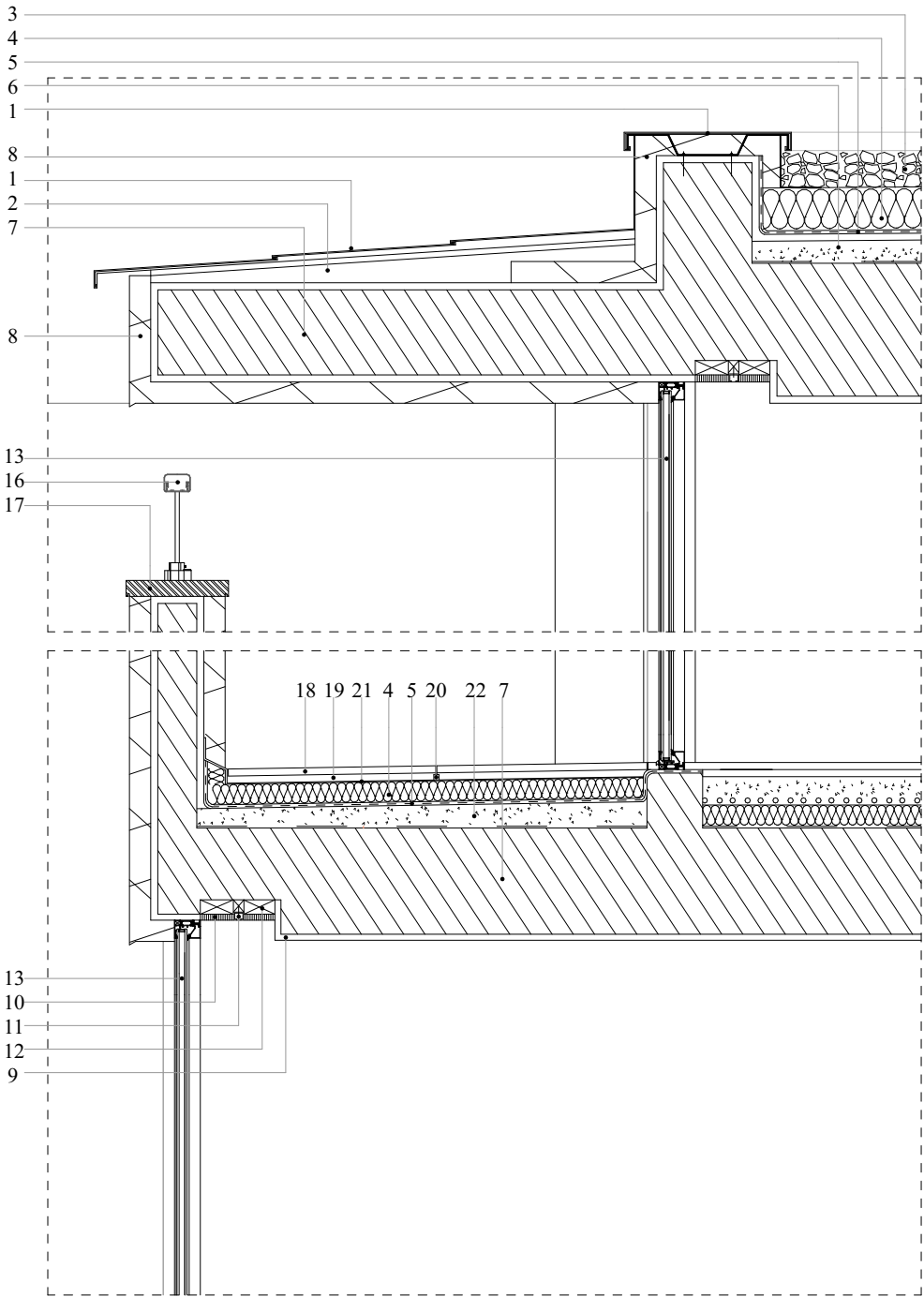


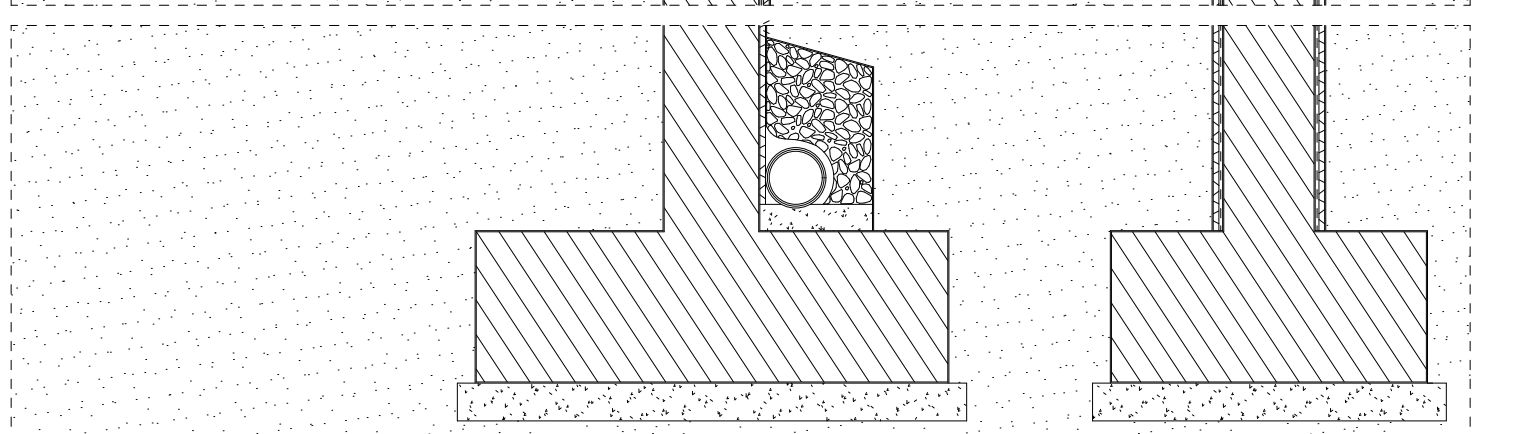
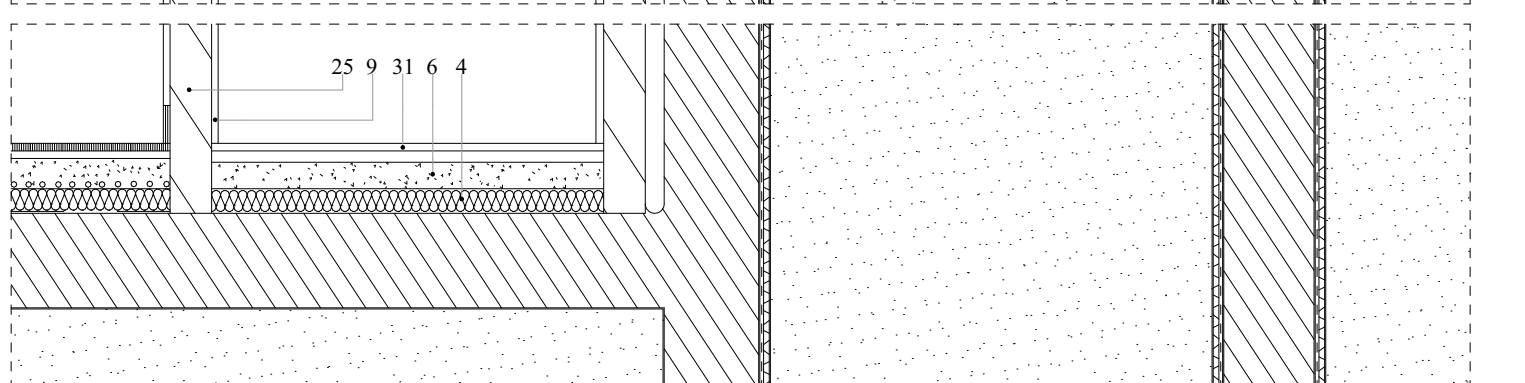
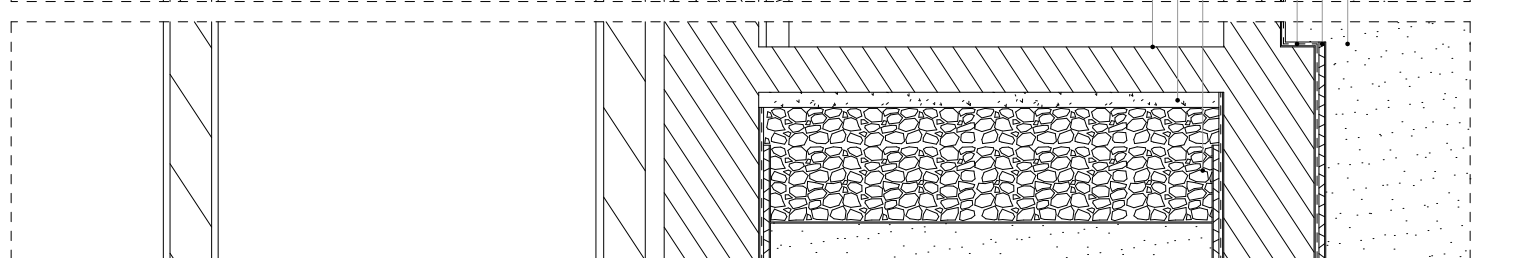
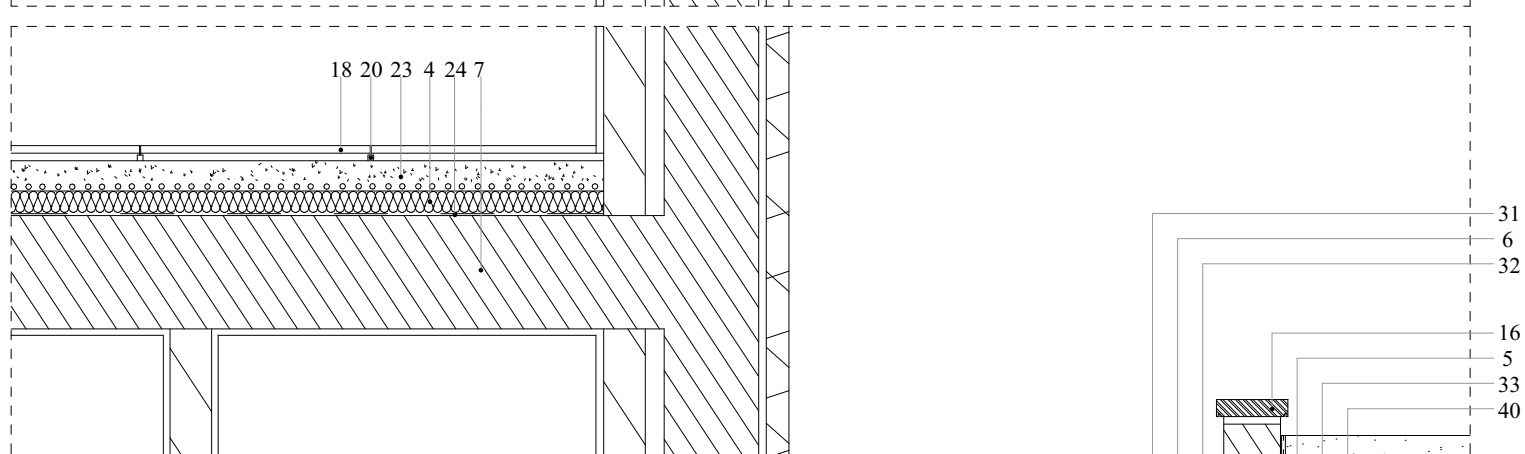
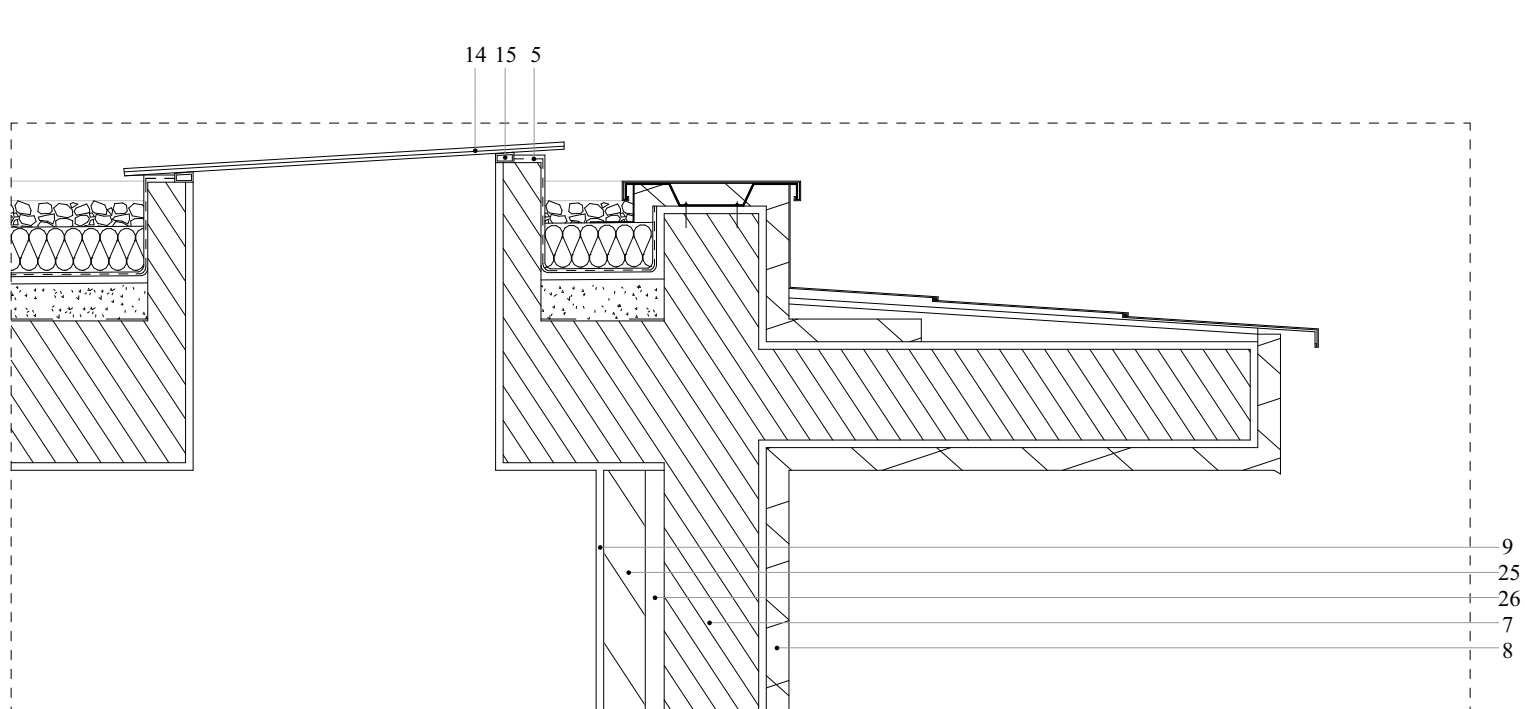
Corte transversal | Escala 1:200



Alçado nascente | Escala 1:200

- 1. Rufo em Zinco
- 2. Suporte de Madeira em perfil
- 3. Gravelha
- 4. Isolamento Térmico
- 5. Impermeabilização
- 6. Camada de Regularização Betão Leve
- 7. Lage ou Parede Estrutural de Betão
- 8. Fachada de Sistema ETICS
- 9. Reboco
- 10. Remate Superior de Madeira Maciça
- 11. Calha para Cortinado
- 12. Perfil de Fixação
- 13. Caixilho em Alumínio Fixo
- 14. Vidro Laminado Temperado - Claraboia
- 15. Perfil de Fixação Metálico
- 16. Guarda Metálica
- 17. Capeamento Pedra Granito
- 18. Pedra Natural- Travertino
- 19. Camada Drenante
- 20. Assentamento
- 21. Camada de Proteção Geotêxtil
- 22. Camada de Regularização a Betão Leve - Pendente 2%
- 23. Betonilha com Piso Radiante
- 24. Barreira de Vapor
- 25. Tijolo Tradicional
- 26. Caixa de Ar
- 27. Soalho de Madeira Afizélia
- 28. Cola ou Argamassa
- 29. Deck de Madeira
- 30. Barrotes de Madeira
- 31. Betão Afagado a Helocóptero
- 32. Caixa de Brita
- 33. Filtro Geotêxtil
- 34. Tubo de Drenagem
- 35. Tela Pitonada Caixa de Brita
- 36. Pintura Asfáltica
- 37. Vegetação Extensiva
- 38. Substrato Leve
- 39. Impermeabilização Anti-Raizes
- 40. Terreno Compacto





- 1. Rufo em Zinco
- 2. Suporte de Madeira em perfil
- 3. Gravilha
- 4. Isolamento Térmico
- 5. Impermeabilização
- 6. Camada de Regularização Betão Leve
- 7. Lage ou Parede Estrutural de Betão
- 8. Fachada de Sistema ETICS
- 9. Reboco
- 10. Remate Superior de Madeira Maciça
- 11. Calha para Cortinado
- 12. Perfil de Fixação
- 13. Caixilho em Alumínio Fixo
- 14. Vidro Laminado Temperado - Claraboia
- 15. Perfil de Fixação
- 16. Guarda Metálica
- 17. Capeamento Pedra Granito
- 18. Pedra Natural- Travertino
- 19. Camada Drenante
- 20. Assentamento
- 21. Camada de Proteção Geotêxtil
- 22. Camada de Regularização a Betão Leve - Pendente 2%
- 23. Betonilha com Piso Radiante
- 24. Barreira de Vapor
- 25. Tijolo Tradicional
- 26. Caixa de Ar
- 27. Soalho de Madeira Afizélia
- 28. Cola ou Argamassa
- 29. Deck de Madeira
- 30. Barrotes de Madeira
- 31. Betão Afagado a Helocóptero
- 32. Caixa de Brita
- 33. Filtro Geotêxtil
- 34. Tubo de Drenagem
- 35. Tela Pitonada Caixa de Brita
- 36. Pintura Asfáltica
- 37. Vegetação Extensiva
- 38. Substrato Leve
- 39. Impermeabilização Anti-Raizes
- 40. Terreno Compacto

